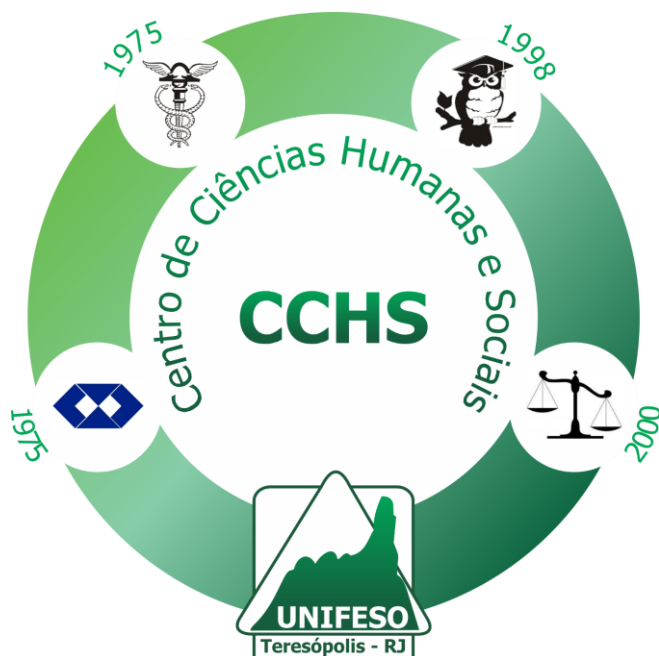


Projeto Pedagógico de Curso

DIREITO



Autores

Leonardo Figueiredo Barbosa

Ana Lucia Torres dos Santos

Carla Ferreira Gonçalves

Caroline da Rosa Pinheiro

Gisele Alves de Lima Silva

Joaquim Humberto Coelho de Oliveira

Lygia Brandão da Silva Pombo

Marcos Fonseca da Rocha

Tania Regina Peixoto Barone

Formatação

Grasiela Cardinot da Silva

Liliane Soares Custódio

Natasha Soares de Oliveira

Thamara Nogueira Vivas Sacilotti

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

MANTENEDORA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS - FESO

CONSELHO DIRETOR

Presidente

Antonio Luiz da Silva Laginestra

Vice-Presidente

Jorge de Oliveira Spinelli

Secretário

Luiz Fernando da Silva

Vogais

Jorge Farah

Kival Simão Arbex

Luiz Fernando da Silva

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

CONSELHO CURADOR

Presidente

Ariovaldo Antonio de Azevedo

Alexandre Fernandes de Marins

José Luiz da Rosa Ponte

Luiz Roberto Veiga Corrêa de Figueiredo

Wilson José Fernando Vianna Pedrosa

DIREÇÃO GERAL

Luis Eduardo Possidente Tostes

F977 Fundação Educacional Serra dos Órgãos.
Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Projeto Pedagógico de Curso – Direito / Fundação Educacional Serra dos
Órgãos. --- Teresópolis: UNIFESO, 2016.
152f.

1-Fundação Educacional Serra dos Órgãos. 2- Centro Universitário Serra dos
Órgãos. 3- Projeto Pedagógico. 4- Direito. I. Título.

CDD 378.8153

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS - UNIFESO

CHANCELARIA

Antonio Luiz da Silva Laginestra

REITORIA

Verônica Santos Albuquerque

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

José Feres Abido Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS

Ana Maria Gomes de Almeida

Curso de Graduação em Administração

Jucimar André Secchin

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Jucimar André Secchin

Curso de Graduação em Direito

Leonardo Figueiredo Barbosa

Curso de Graduação em Pedagogia

Maria Terezinha Espinosa de Oliveira

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS

Mariana Beatriz Arcuri

Curso de Graduação em Ciências Biológicas

Carlos Alfredo Franco Cardoso

Curso de Graduação em Enfermagem

Selma Vaz Vidal

Curso de Graduação em Farmácia

Valter Luiz da Conceição Gonçalves

Curso de Graduação em Fisioterapia

Andréa Serra Graniço

Curso de Graduação em Medicina

Manoel Antônio Gonçalves Pombo

Curso de Graduação em Medicina Veterinária

André Vianna Martins

Curso de Graduação em Odontologia

Monique da Costa Sandin Bartole

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CCT

Elaine Maria Paiva de Andrade

Curso de Graduação em Ciência da Computação

Laion Luiz Fachini Manfroi

Curso de Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária

Vivian Telles Paim

Curso de Graduação em Engenharia de Produção

Vivian Telles Paim

Curso de Graduação em Engenharia Civil

Heleno da Costa Miranda

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Edenise da Silva Antas

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Solange Soares Diaz Horta

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Michele Mendes Hiath Silva

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro

CLÍNICA-ESCOLA DE FISIOTERAPIA

Alba Barros Souza Fernandes

CLÍNICA-ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Priscila Tucunduva

CLÍNICA-ESCOLA DE ODONTOLOGIA PROF. LAUCYR PIRES DOMINGUES

Leonardo Possidente Tostes

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE TERESÓPOLIS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa

APRESENTAÇÃO

O projeto pedagógico de curso (PPC) é um documento norteador tanto da formação quanto do cotidiano da prática pedagógica, o qual explicita o seu vínculo com o projeto pedagógico institucional (PPI) no sentido de guardar coerência com a proposta filosófico-educacional da instituição de ensino.

No UNIFESO, os coordenadores de cursos de graduação constroem/reconstroem e atualizam os PPC contando com a colaboração de seus Colegiados e/ou Núcleos Docentes Estruturantes (NDE). Além disso, este texto precisa ser revisitado periodicamente por conta de prováveis mudanças que podem ser de ordem burocrática ou de ordem circunstancial. Esta socialização da discussão enriquece o processo à medida que há uma reflexão acerca da importância deste documento, o qual reflete o “retrato” do curso, mesmo porque é essencial contemplar a realidade da formação profissional, o próprio mercado de trabalho, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

O processo sistemático de acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação no UNIFESO é definido pelo Programa de Autoavaliação Institucional – PAAI e os critérios são elencados conforme demandas estabelecidas pelo MEC e pela instituição.

A partir das especificidades e a análise individualizada do estágio de desenvolvimento de cada PPC dos diferentes Centros de Ciências e cursos, torna-se possível constituir uma agenda de trabalho bastante ampla e diversificada que oscila entre pequenas reestruturações em determinados cursos até ampla revisão de todo o PPC em outros e, em casos de mudanças estruturais, é realizada a conexão com o planejamento estratégico institucional, fazendo com que este documento também seja um importante instrumento de gestão acadêmica.

Isto não contém um primeiro princípio, mas parece ser o primeiro princípio de todo o resto. E para conter todas as coisas, e guiar todas as coisas, como tudo identifica aqueles que não apreciam outras causas além do infinito e isto é divino. Posto que é imortal e indestrutível [...].

Aristóteles, *Física* 3.4 203b10-15

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	4
PARTE I: REFERÊNCIAS NORTEADORAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	9
Capítulo I.....	9
Contextualização.....	9
1.1. O contexto Local e Regional	9
1.2. Evoluindo ao longo de 40 anos.....	11
Capítulo II.....	15
O Curso de Graduação em Direito	15
2.1 Apresentação.....	15
2.1.1. Princípios ou Pressupostos Fundamentais	16
2.2. Estrutura Organizacional.....	17
2.3 Órgãos Institucionais de Apoio	19
2.3.1 Secretaria Geral de Ensino	19
2.3.2 Setor de Apoio Docente	19
2.3.3 Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade.....	19
2.3.4 Assessoria Pedagógica do CCHS	23
PARTE II: CONCEPÇÃO DO CURSODE GRADUAÇÃO EM DIREITO	24
Capítulo III.....	24
Perfil de Formação.....	24
3.1. Apresentação.....	24
3.2. Concepção do Curso.....	24
3.3 Objetivo Geral.....	25
3.4 Objetivos Específicos.....	25
3.5 Ações de Nivelamento	26
3.6 Perfil do Egresso	26
3.7 Competências e Habilidades.....	27
3.8 Campo de Atuação.....	28
Capítulo IV	28
Organização Curricular	28
4.1 Fundamentação	28
4.2 Base Legal.....	28
4.3 Currículo.....	29
ÁREA TEMÁTICA I: Direitos Humanos e Políticas Públicas.....	29
ÁREA TEMÁTICA II: Princípios Constitucionais e Relações Privadas	30
4.4 Eixos de Formação Curricular.....	31
4.4.1 Eixo de Formação Fundamental.....	31
4.4.2 Eixo de Formação Profissional.....	32
4.4.3 Eixo de Formação Prática.....	32
4.4.4 Atividades Complementares.....	33
4.4.5 Estágio Obrigatório Supervisionado.....	34
4.4.6 Oficina Jurídica	35
4.4.7 Laboratório Jurídico	35
4.4.8 Tópicos Avançados em Direito	36
4.4.9 Trabalho de Conclusão do Curso.....	36
4.4.10. Disciplina Optativa de Libras	37
4.4.11. Disciplinas Optativas do Curso	38
4.4.12 Produção de Conhecimento.....	38
4.5 Metodologias.....	39
4.6. Processo Avaliativo Discente.....	42

4.7 Matriz Curricular.....	44
4.8 Avaliação Interna do Curso: Teste de Progresso e Avaliação Docente	48
PARTE III: ESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO	50
Capítulo V.....	50
Coordenação, Corpo Docente, Corpo Discente e Administração	50
5.1 A Coordenação.....	50
5.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	51
5.3 Colegiado do Curso.....	52
5.4 Perfil Docente	53
5.5 Corpo Discente.....	53
5.5.1 O Aluno do Curso de Graduação em Direito no UNIFESO	53
5.5.2 Condições de Ingresso.....	53
5.5.3 Assistência ao Discente.....	54
5.5.4 Divulgação de Trabalhos e Produções dos Alunos e Apoio à Participação em Eventos.....	54
5.5.5 Acompanhamento de Egressos.....	55
5.5.6 Representação Estudantil	56
5.6 Pessoal Técnico e Administrativo	56
Capítulo VI.....	56
Espaços de Pesquisa e Prática	56
6.1 Pesquisa	56
6.1.1 Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão.....	56
6.1.2 Produção acadêmica.....	57
6.1.3 Monitoria	59
6.2 Núcleo de Prática Jurídica.....	59
Capítulo VII.....	61
Bibliotecas e Instalações Físicas	61
7.1 Bibliotecas	61
7.1.1 Publicações Avulsas.....	62
7.1.2 Publicações Periódicas	62
7.1.3 Bases de Dados	63
7.1.4 Multimídia	63
7.1.5 Comutação Bibliográfica.....	63
7.1.6 Instalações e Serviços	63
7.2 Instalações Físicas do Curso de Graduação em Direito.....	66
ANEXO I	69
Ementário e Bibliografia do curso de Graduação em Direito.....	69

CONSIDERAÇÕES GERAIS

INSTITUIÇÃO MANTENEDORA	
NOME	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS - FESO
CNPJ	32.190.092.0001-06
ENDEREÇO	Av. Alberto Torres 111 - Alto
CEP	CEP: 25.964-004
MUNICÍPIO	Teresópolis/RJ
TELEFONE	(21) 2641-7000
ENDEREÇO ELETRÔNICO	www.dirger@feso.edu.br
REGIME JURÍDICO	Entidade com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Instituída pelo Decreto-Lei Municipal n.º 2, de 20/01/1966. Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto-Lei n.º 1.356, de 27/06/1991. Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto-Lei n.º 98, de 05/09/1969. Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n.º 88.747, de 23/09/1983.
REGISTRO	Serviço Registral e Notarial do 2º Ofício –Teresópolis/RJ – Livro:470; Folha: 020 – 025; Ato n.º 009

INSTITUIÇÃO MANTIDA	
NOME:	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS - UNIFESO
ENDEREÇO:	Avenida Alberto Torres, 111 – Alto
CEP:	CEP: 25.964-004
MUNICÍPIO:	Teresópolis/RJ
TELEFONE:	(21) 2641-7000
ENDEREÇO ELETRÔNICO	dirger@feso.edu.br
SITE INSTITUCIONAL	HTTP://www.unifeso.edu.br
BASE LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> • Credenciamento: Portaria n.º 1.698, de 13/10/2006, Publicada no DOU em 16/10/2006 • Recredenciamento: Portaria n.º 1428 de 07/10/ 2011, Publicada no DOU em 10/10/2011

DADOS DO CURSO	
TIPO DE CURSO	Graduação – Bacharelado
DENOMINAÇÃO	Curso de Bacharelado em Direito
MODALIDADE	Ensino Presencial
VAGAS AUTORIZADAS ANUAL	210 (Parecer CEPE 017/2014 e Resolução 017/CAS/2014, de 30/06/2014)
DIMENSIONAMENTO DAS TURMAS	Até 80 alunos
REGIME DE MATRÍCULA	Semestral
DURAÇÃO DO CURSO	05 anos (10 semestres)
INTEGRALIZAÇÃO	Mínima: 10 Semestres Máxima: 15 Semestres
CARGA-HORÁRIA DO CURSO	4.320 horas
TURNO DE FUNCIONAMENTO	Noturno
BASE LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> • Autorização: Portaria n.º 1.732 de 03/12/1999 – Publicada no DOU em 07/12/1999 • Reconhecimento: Portaria n.º 3606 de 17/10/2005 – Publicada no DOU em 20/10/2005 • Renovação de Reconhecimento: Portaria n.º 124 de 09/07/2012 – Publicada no DOU em 10/07/2012
COORDENADOR DO CURSO	Leonardo Figueiredo Barbosa
	Titulação: Doutor
	Regime de trabalho: Tempo Integral
TELEFONE	(21) 2641-7070
PORTARIA DE NOMEAÇÃO	Portaria PO/GR/A n.º 020/14 de 09 de julho de 2014.
ENDEREÇO ELETRÔNICO	coordcursodireito@unifeso.edu.br
COMPONENTES DO NDE	Presidente: Leonardo Figueiredo Barbosa (Doutor/Tempo Integral) Membros: Ana Lucia Torres dos Santos (Mestre/Tempo Integral) Carla Ferreira Gonçalves (Mestre/Tempo Integral) Caroline da Rosa Pinheiro (Mestre/Tempo Parcial) Gisele Alves de Lima Silva (Mestre/Tempo Integral) Joaquim Humberto Coelho de Oliveira (Doutor/Tempo Parcial) Lygia Brandão da Silva Pombo (Mestre/Tempo Parcial) Marcos Fonseca da Rocha (Doutor/Tempo Integral) Tania Regina Peixoto Barone (Mestre/Tempo Integral)
PORTARIA NOMEAÇÃO NDE	Portaria DIR n.º 004/2015 – de 29/10/2015
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO	Avenida Alberto Torres – 111 – Alto – Teresópolis/RJ – CEP: 25.964-004

Instituição de Educação Superior
Endereço
Curso

DETALHES

➤ **DETALHES DA IES**

(Código) Nome da IES: (480) CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS - UNIFESO

➤ **RELAÇÃO DE CURSOS**

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC
20627	Presencial	Bacharelado	DIREITO	RJ	Teresópolis	3	3	4

Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20

PARTE I: REFERÊNCIAS NORTEADORAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Capítulo I

Contextualização

Apresenta-se, a seguir, uma contextualização local do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) e a evolução histórica da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO), sua entidade mantenedora, até a criação e instalação desse Centro Universitário.

1.1. O contexto Local e Regional

O Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO está sediado no Município de Teresópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com os municípios de Petrópolis, Nova Friburgo, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, São Sebastião do Alto, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Macuco, Carmo, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes. Confronta-se em seus limites geográficos com: Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia e Sumidouro.

Com uma área aproximada de 770 Km², tem um território que corresponde a 11,1% da região serrana. É servido por duas rodovias federais: a BR-116 e a BR-495 que interligam a Guapimirim, São José do Vale do Rio Preto e Petrópolis e pela rodovia estadual RJ-130, que interliga com Nova Friburgo. Sua altitude é de 871 m, sendo o Município mais alto do estado do Rio de Janeiro. Segundo o IBGE (2014) o município tem uma população estimada de 171.482 habitantes, sendo aproximadamente 52% do sexo masculino e 48% feminino.

Teresópolis tem no turismo, na indústria de bebidas e confecções, na produção agrícola e na prestação de serviços, os pilares de sustentação de sua base econômica. Neste contexto, o UNIFESO é a segunda empresa em arrecadação do município. Possui cerca de 5010 empresas atuantes, um salário médio mensal de 2,1 salários mínimos (IBGE 2012) e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,730 (Atlas Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O município é conhecido por suas áreas verdes de Mata Atlântica e por seu clima ameno, aliado à topografia entremeada por vales e montanhas. Como espaços territoriais protegidos destacam-se: o Parque Nacional Serra dos Órgãos, junto à entrada da cidade, para quem vem do Rio de Janeiro; o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Municipal Natural Montanhas.

Em razão de suas belezas naturais, cachoeiras e formações rochosas (Pedra do Sino, Agulha do Diabo, Pedra da Tartaruga, Mulher de Pedra e vista para o Dedode Deus), o ecoturismo também se destaca como uma atividade crescente na região que é considerada a capital nacional do alpinismo.

Em contraste com essa paisagem bucólica o município possui um processo histórico de uso e ocupação desordenado de seu território, a ocupação de áreas naturalmente instáveis, a ausência de planejamento urbano, a carência de saneamento básico, além da inexistência de estações de tratamento de esgoto.

Teresópolis passou ainda, em sua história recente, por uma das maiores catástrofes climáticas brasileiras, conhecida como “MEGATRAGÉDIA DA REGIÃO SERRANA”. Na madrugada do dia 12 de janeiro de 2011, uma intensa precipitação se abateu sobre a região desencadeando diversos pontos de movimentos de massa com centenas de vítimas. O megadesastre e as fortes chuvas de abril de 2012 fizeram com que grande parte dos problemas socioambientais e de falta de gestão ambiental ganhasse projeção em âmbito nacional e internacional.

O Curso de Direito vem buscando auxiliar na superação dos problemas oriundos desta tragédia, seja através do atendimento aos hipossuficientes que procuram o Núcleo de Prática Jurídica, do estímulo a realização de pesquisas e atividades de extensão com foco no tema, bem como da participação ativa em órgãos que influenciam na criação, aplicação, aperfeiçoamento, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas ligadas ao tema como o *Fórum de Habitação Popular* – organização civil formada para debater as questões de habitação em Teresópolis – o *Projeto Sala Verde*, o *Núcleo de Direitos Humanos* e o *Observatório Social de Teresópolis*.

Apesar de nos municípios de Petrópolis (60 km de Teresópolis) e Nova Friburgo (76 km de Teresópolis) serem também ofertados cursos de Direito, as imensas demandas da região impulsionam no sentido de formar profissionais tecnicamente habilitados para responder com competência as questões específicas da área jurídica. Neste sentido, o curso de Direito firmou convênios com diversas instituições públicas e privadas, dentre as quais podem ser destacadas: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Vara Federal de Teresópolis; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público Federal; Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; dentre outros.

Nesse cenário de potencialidades e demandas, o UNIFESO vislumbra, com o curso de Direito, empreender ações de ensino, pesquisa e extensão para a formação de profissionais que contribuam para o desenvolvimento sustentável do município e da região.

1.2. Evoluindo ao longo de 40 anos

A Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO), sediada em Teresópolis, foi criada em 20 de janeiro de 1966, por um grupo de pessoas, setores e instituições da sociedade civil organizada.

Sua história é fruto do trabalho árduo e incessante de um grupo de idealistas empenhados na concretização de um projeto que a muitos parecia impossível. Esses pioneiros, integrados na vida política e social do município e preocupados com seu desenvolvimento, tinham por objetivo ampliar a oferta educacional do segundo grau em Teresópolis. Para atingir tal objetivo, a Instituição foi organizada naquele ano como fundação de direito privado sem fins lucrativos pelo Decreto Municipal nº. 2/66, passando a ser reconhecida como de Utilidade Pública Municipal três anos depois, pelo Decreto nº. 98/69 e de Utilidade Pública Federal em 1983, pelo Decreto nº. 88.747/83.

Sua implantação começa em 1970, com a criação da Faculdade de Medicina de Teresópolis (FMT), autorizada pelo Decreto nº. 66.435 de 10/04/70 e reconhecida pelo Decreto nº. 75.237 de 16/01/75.

Objetivando oferecer um cenário de aprendizagem hospitalar para seus estudantes, a FESO firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Teresópolis, em 1972, para cessão do então Hospital Municipal, que passou a ser Hospital das Clínicas de Teresópolis (HCT), denominado Hospital das Clínicas de Teresópolis Constantino Ottaviano (HCTCO) desde 21 de junho de 2000, certificado pelo MEC / MS como hospital de ensino.

Atenta às necessidades do município de Teresópolis e dos municípios circunvizinhos na área do ensino superior, a FESO ampliou seu foco de atenção, em 1975, com a criação das faculdades de Administração e de Ciências Contábeis – FACCE expandindo a oferta educacional para área de ciências humanas e sociais. Em 1985, implantou-se a Faculdade de Enfermagem.

Em 1983, foi criada uma Unidade Básica de Saúde em uma comunidade de Teresópolis, denominada Beira-Linha, com o objetivo de desenvolver ações de atenção primária à saúde, bem como servir de cenário de ensino/aprendizagem aos estudantes do Curso de Medicina e do Curso de Enfermagem. Em 1998, implantou-se, nessa unidade, o Programa de Saúde da Família (PSF), como parte de um projeto municipal, atingindo outras oito unidades administradas pelo poder público local com orientação técnica da FESO.

No ano de 1982, fiel à filosofia institucional de atendimento às demandas comunitárias e a sua vocação original, a Fundação criou o Centro Educacional Serra dos Órgãos – CESO, para atender à educação básica, nos níveis da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Ao mesmo tempo em que se dava este crescimento da instituição, aperfeiçoou-se o processo pedagógico e acadêmico internamente. Em 1989, a FESO estruturou o Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPP, para atender, em princípio, às necessidades na área de ensino/aprendizagem do Curso de Medicina. Oriundos de diversos estados do Brasil, os estudantes, ao fixar residência em Teresópolis, sofriram significativa mudança psicossocial cujas consequências se faziam perceber academicamente, passando, posteriormente a atender todos os cursos oferecidos pelo UNIFESO.

Em 1994 foi autorizada a transformação em Faculdades Unificadas, unificando-se, desta forma, as normas acadêmicas e todo o processo de gestão, buscando-se maior agilidade e eficiência acadêmico-administrativa.

Tal unificação gerou a necessidade de ordenar as ações voltadas para a pós-graduação e a extensão, até então desenvolvidas no âmbito de cada faculdade isoladamente, ocasionando a criação, ainda em 1994, do Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – NPPE, com três funções definidas à época: 1) promover cursos de especialização e aperfeiçoamento para as comunidades interna e externa; 2) iniciar uma política de pesquisa e 3) viabilizar a atividade de extensão.

Neste mesmo ano, considerando o rápido desenvolvimento da informática e suas crescentes aplicações na sociedade, foi implantado um novo curso, denominado Tecnologia em Processamento de Dados.

Atenta às questões do seu tempo, a FESO, em função do aumento da expectativa de vida das pessoas, bem como a necessidade de criar espaços de inserção social dos idosos na cidade de Teresópolis em que se concentra significativa faixa da população de mais de 60 anos, implantou em 1996 um programa de extensão intitulado Universidade na Terceira Idade – UNIVERTI.

No ano seguinte, como nova expressão da preocupação constante em ampliar sua presença no contexto sociocultural de Teresópolis, a FESO acatou proposta de encampação da Fundação Theodor Heuberger – Pró-Arte, cujo objetivo era fomentar atividades artísticas e de incentivo à cultura, e que, naquele momento, apresentava sérias dificuldades financeiras, instituindo o Núcleo Cultural FESO Pro Arte, hoje, Centro Cultural FESO Pro Arte.

Ainda em 1997 foi adquirida a Fazenda Quinta do Paraíso, com cerca de um milhão de metros quadrados, localizada estrategicamente próxima ao Hospital das Clínicas ao eixo rodoviário formado pelas estradas Rio-Bahia e Teresópolis-Friburgo. Essa aquisição garantiu um espaço adequado para a construção de um novo campus, visando a sustentação da expansão institucional.

Em 1998, consagrando o interesse institucional de ampliar a oferta educacional e cultural na cidade de Teresópolis, foi criado o curso de Pedagogia.

Em 1999, foram criados os Centros de Ciências Biomédicas – CCBM, hoje Centro de Ciências da Saúde - CCS e de Ciências Humanas e Sociais – CCHS, visando à integração e à articulação dos cursos de graduação em áreas afins e seu consequente fortalecimento. No mesmo período, agregaram-se aos seus respectivos Centros os novos Cursos de Odontologia e de Direito, bem como o de Medicina Veterinária no ano seguinte, todos em função da necessidade de responder à diversificação de oferta e captação de recursos que a instituição demandava. Em 2001 foi implantado o Curso de Fisioterapia, que encerrou o ciclo de expansão planejado, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2003-2007.

Vale destacar que o Curso de Tecnologia em Processamento de Dados por solicitação institucional foi, após avaliação realizada pelo MEC, transformado em Curso de Ciência da Computação em 2006.

No ano de 2007 foi criado o Curso de Farmácia e, em 2009, criaram-se também os cursos de Engenharia Ambiental, de Engenharia de Produção, Ciências Biológicas e Matemática.

A Pós-graduação lato-sensu na FESO iniciou-se na instituição com a oferta de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em meados da década de 70. Em seguida surgiram as Residências Médicas que se expandiram até aos seis programas hoje existentes, juntamente com uma Residência Multiprofissional. A pós-graduação lato sensu se desenvolveu atingindo o total de 18 cursos de especialização ofertados.

A partir de 2000, sob a influência das Diretrizes Curriculares Nacionais, das autoavaliações promovidas pela Comissão Permanente de Avaliação como era denominada na época a CPA, das avaliações externas (Exame Nacional de Cursos e Condições de Ensino) foi desencadeado um movimento institucional de discussão e aprimoramento dos projetos pedagógicos dos cursos para atender as demandas externas e internas identificadas.

No ano de 2001, deu-se a criação da Odontoclínica, possibilitando a prática diária aos estudantes de odontologia e em 2002, foi criada a Clínica Veterinária, setor de fundamental importância para o desenvolvimento profissional dos estudantes, propiciando a atenção à saúde animal, representando mais uma área de integração do UNIFESO com a comunidade.

Ainda em 2002, criou-se o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito, representando outro setor de integração com a comunidade através do atendimento realizado no escritório-modelo, em benefício da população menos favorecida.

Em 2004, instalou-se a Clínica de Fisioterapia, prestando serviços à comunidade, mais uma vez fortalecendo e incrementando o serviço de saúde local, complementando os serviços de saúde já existentes.

Destaca-se, a partir de 2003, a seleção do curso de Medicina feita pelo MEC/MS/OPAS para financiamento e implantação do PROMED (Programa de Mudança Curricular para os Cursos de Medicina) estando entre as 19 escolas selecionadas nacionalmente.

Na perspectiva do aperfeiçoamento institucional, nos aspectos pedagógico, acadêmico e administrativo, a FESO antecipou-se às políticas oficiais de avaliação instituindo, a partir de 1999, a já citada Comissão Permanente de Avaliação – CPA que desenvolveu a cultura avaliativa como instrumento do seu desenvolvimento e transformação.

Nas avaliações institucionais de 2000 e 2003 ficara evidente o estágio incipiente da pesquisa na instituição, malgrado iniciativas e esforços isolados. Desde então vêm sendo desenvolvidas ações destinadas ao incentivo da integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão, iniciando-se com a criação do Fundo de Apoio à Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – FAPPE e culminando com a aprovação para o Plano de Metas 2006 de um Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão - PICPE.

Recentemente, no PDI para o quinquênio 2013-2017, foram definidas as cinco diretrizes de atuação na área de extensão universitária: a) divulgação e disseminação de produção acadêmica institucionalizada com a publicação de livros, periódicos e a realização de eventos científicos; b) atividade assistencial desenvolvida nos serviços de saúde; c) prestação de serviços nas consultorias e atendimentos jurídicos à população de baixa renda; d) participação e promoção de manifestações artístico-culturais; e) participação em movimentos comunitários e político-sociais.

De acordo com o PDI as instalações físicas da Instituição foram sendo ampliadas para atender as demandas crescentes, tanto aquelas advindas da implantação dos novos cursos, quanto às determinadas pelas necessidades de melhoria da qualidade dos serviços oferecidos.

Em 2006, revelaram-se as condições de transformação das Faculdades Unificadas em Centro Universitário.

A partir de 2007, o Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO) inicia a aplicação do Teste de Progresso para todos os cursos. O teste tem por finalidade avaliar o desempenho individual dos estudantes ao longo de todo o curso em suas diversas áreas de formação, visando o aprimoramento dos projetos pedagógicos, a partir da análise dos resultados, tendo assim a possibilidade de traçar um mapa ano a ano, registrando o crescimento dos alunos bem como os aspectos curriculares a serem aprimorados, aprofundando a ação dialógica entre a comunidade acadêmica, indispensável aos processos de avaliação formativa.

A partir de 2010, o Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), continuando sua política de avaliação formativa é implantada a Avaliação Docente pelo Discente, importante ferramenta de aferição, acompanhamento e reflexão sobre a prática baseada na ética, revendo ações administrativas, técnicas e

pedagógicas de forma crítica e participativa e oportunizando ao corpo docente o conhecimento sobre seu desempenho profissional, metas estabelecidas, resultados alcançados, correção dos rumos necessários ao bom andamento de suas práticas didático-pedagógicas e, ao corpo discente, a participação efetiva na busca constante por um ensino de excelência.

Capítulo II

O Curso de Graduação em Direito

2.1 Apresentação

O Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário Serra dos Órgãos – autorizado pela Portaria do MEC nº 1.732 de 03 de dezembro de 1999, de acordo com o parecer 998/99 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicado em Diário Oficial de 07 de dezembro de 1999 e reconhecido pela Portaria do MEC nº. 3.606 de 17 de outubro de 2005 e publicado em Diário Oficial de 20 de outubro de 2000 – espelha, naturalmente, a missão desta IES: *“promover a educação, a ciência e a cultura, constituindo-se num polo de desenvolvimento regional de modo a contribuir para a construção de uma sociedade justa, solidária e ética”*.

A política pedagógica do curso e o perfil do profissional que pretende formar, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) aprovado no ano de 2006 e pelo Regimento Geral do UNIFESO aprovado no ano de 2007, têm como um de seus fatores de fundamentação as condições socioeconômicas e culturais da região serrana, sem desconsiderar uma visão nacional e transnacional.

A Região Serrana encontra-se diante de um desafio: deter as consequências do impacto da deterioração de seu meio natural e social que comprometem o processo de urbanização e de organização da cidade, dentro de uma perspectiva sustentável.

A situação social de Teresópolis apresenta também características preocupantes, tendo em vista o acelerado processo de ocupação irregular, com inegáveis consequências para o seu perfil econômico e ambiental. As consequentes construções, na sua maioria, irregulares, estão criando sérios problemas ambientais e contribuindo para o aumento da poluição dos mananciais, com reflexos nefastos para toda comunidade.

Importante destacar que o Curso de Graduação em Direito do UNIFESO contribui para aumentar o nível de profissionalização na região, ampliando e consolidando as atividades econômicas geradoras de emprego, bem como efetivou mudanças em seu currículo visando estimular a criação de mecanismos de reflexão, de busca de soluções no campo jurídico para, por exemplo, os problemas decorrentes da posse irregular da terra e de danos ambientais, além de estimular a organização da população na defesa de seus direitos de cidadania.

Levando-se em conta as mudanças profundas pelas quais vem passando a sociedade brasileira ao longo da lenta retomada da democracia, esta IES considera de extrema importância os desafios trazidos para o campo jurídico por ocasião da promulgação da Carta Constitucional de 1988. Tais desafios exigem dos futuros juristas, graduados no nosso curso, o domínio de categorias e noções de pensamento fundamentais para o funcionamento real de um Estado Democrático de Direito em nosso País.

No plano nacional, esse desafio se coloca na reformulação de nossa cultura jurídica, na modernização de nosso aparato judiciário, na ampliação do acesso aos direitos de cidadania e na construção de um poder judiciário capaz de atender às demandas e exigências de uma sociedade cada vez mais complexa e dinâmica, já inserida num mundo globalizado. O Curso de Graduação em Direito do UNIFESO busca formar cidadãos com habilidades e competências jurídicas, além de proporcionar uma visão humanística para enfrentar desafios no exercício de atividades decisivas para este processo.

2.1.1. Princípios ou Pressupostos Fundamentais

Destacam-se, a seguir, os princípios básicos e fundamentais, baseados no Projeto Político Institucional do UNIFESO e nas especificidades do Curso de Graduação em Direito:

2.1.1.1 A educação é um processo de formação integral, integrada, integrante e integradora das pessoas e dos grupos, calcada na liberdade do ser humano. Nisto reside o fundamento da autonomia moral e intelectual, que é uma capacidade a ser exercida pelos atores do processo educacional, e seu desenvolvimento se dá em função de uma prática educativa, coerentemente com esta finalidade.

2.1.1.2 O estudante é considerado antes de tudo, como uma pessoa, autônoma e livre, na sua identidade biopsicossocial, histórico-cultural, nas suas particularidades, interesses e necessidades, sujeito de um processo de inter-relações e de interações históricas de humanização, de personalização, de socialização e politização, na construção do mundo.

2.1.1.3 O profissional docente, como agente deste processo educativo, define-se em uma função pedagógica e andragógica de diálogo permanente em que importa que seja capaz de interrogar constantemente sua própria prática, assim como orientar o estudante nesse sentido para que ambos reconstruam suas concepções, sua maneira de olhar o mundo e seu engajamento nas práticas sociais, como cidadãos e como profissionais.

2.1.1.4 O processo de desenvolvimento da capacidade de aprender e do pensamento crítico se faz com o aperfeiçoamento da comunicação interpessoal no uso das linguagens, como meio de constituição dos conhecimentos e da formação de atitudes e valores. Assim se fixam as bases teóricas da concepção do currículo e programas do curso.

2.1.1.5 A interdisciplinaridade didática, decorrente da unidade e da integração do objeto do saber, será buscada pela constante cooperação entre as áreas do conhecimento e os campos de suas confluências. Esta posição epistemológica supõe um eixo integrador, a constituir-se como um objeto de um projeto de investigação (**pesquisa**), de uma proposta de construção científica (**ensino**) e um plano de intervenção, aplicação e transferência (**extensão**).

2.1.1.6 A atividade investigativa e o exercício da extensão, por serem fundamentais à vida acadêmica, estão articulados e integrados indissociavelmente ao ensino. A prática investigativa promoverá a formação do cidadão participativo e do profissional reflexivo que não apenas se utiliza do conhecimento e da prática, mas recria e atualiza novas formas de domínio, apropriação e aplicação do saber científico para o bem comum da sociedade.

2.1.1.7 O ensino em todos os seus níveis e graus haverá de concretizar-se pela articulação entre a teoria e prática profissionais, pela otimização e flexibilização dos currículos, pela qualificação e dedicação docentes às atividades acadêmicas e pela busca da integração entre os diversos cursos e programas.

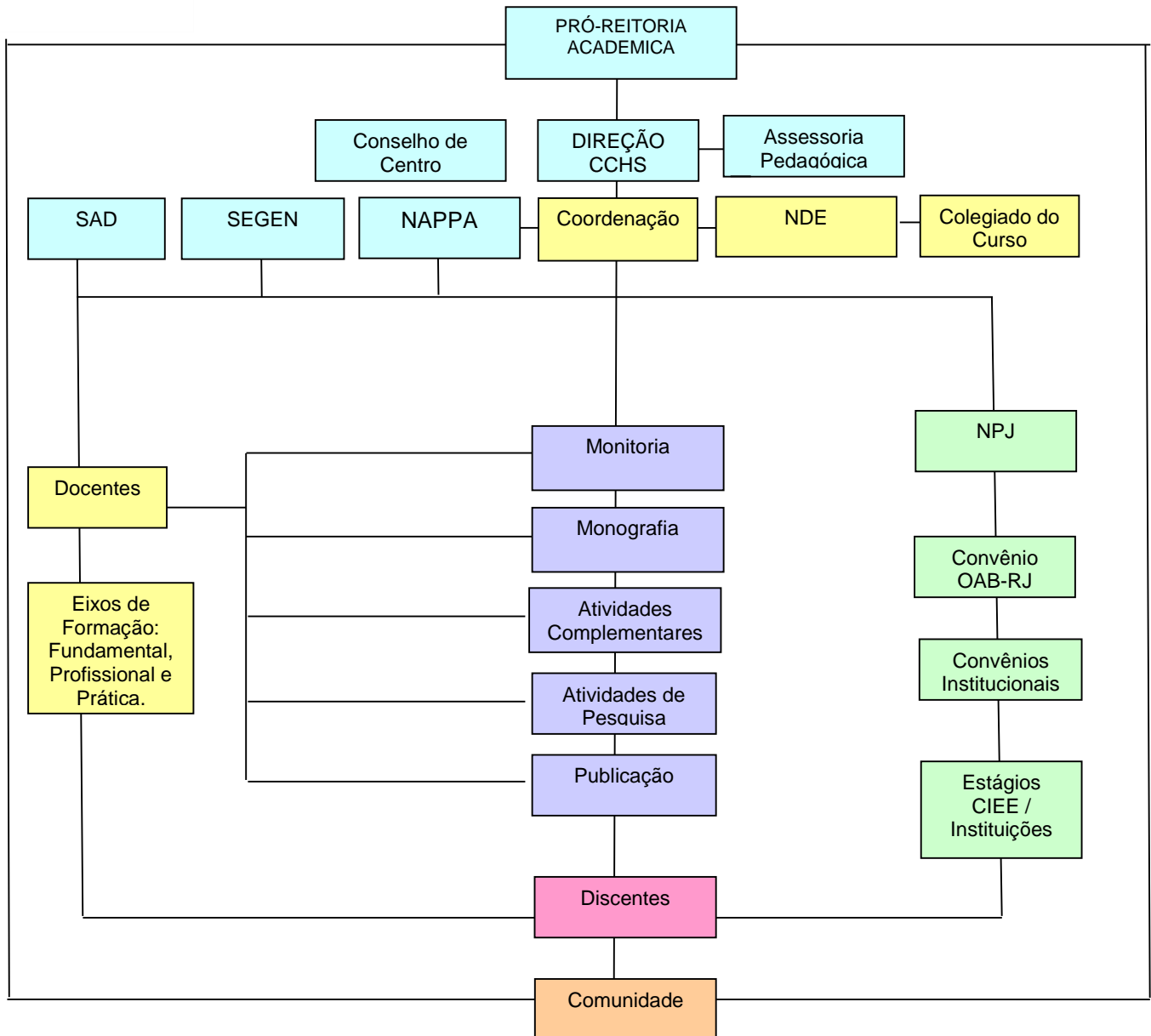
2.1.1.8 O ensino de graduação em Direito, por sua natureza, há de ser generalista, pluralista e crítico, admitindo-se, todavia, especificidades na formação profissional e técnica, considerando-se que sólidos conhecimentos fundamentais das diversas áreas do saber embasam o desenvolvimento das competências do estudante.

2.1.1.9 A produção científica far-se-á no âmbito das atividades de ensino, estruturadas curricularmente nas propostas político-pedagógicas do curso ou programa em projetos de disciplinas, de áreas e de campos temáticos, articulados com o desenvolvimento da investigação científica de professores, estudantes e técnicos e com a prática das atividades de extensão.

2.2. Estrutura Organizacional

A título de introdução, a seguir, pode-se visualizar um quadro da estrutura organizacional do Curso de Graduação em Direito com a hierarquia institucional, com os órgãos de apoio, tais como o NDEe o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), Docentes e Discentes, e suas respectivas atividades.

Estrutura Organizacional do Curso de Graduação em Direito



Legenda:

CCHS (Centro de Ciências Humanas e Sociais)

NPJ (Núcleo de Prática Jurídica)

NAPP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico)

NDE (Núcleo Docente Estruturante)

SEGEN (Secretaria Geral de Ensino)

SAD (Setor de Apoio Docente)

2.3 Órgãos Institucionais de Apoio

2.3.1 Secretaria Geral de Ensino

A Secretaria Geral de Ensino (SEGEN) é o órgão encarregado do registro dos fatos acadêmicos, em conformidade com a legislação e com as disposições emanadas da Reitoria e da Pró-Reitoria Acadêmica do UNIFESO. Assiste diretamente a Reitoria através da produção, organização e manutenção dos registros, arquivos, correspondências, escrituração acadêmica e confecção e expedição de documentos, além da consolidação de estatísticas e outras informações que subsidiam o processo decisório e a formulação de estratégias.

2.3.2 Setor de Apoio Docente

O Setor de Apoio Docente (SAD) tem como seu plano de ação atribuições de ordem pedagógica e, sobretudo, de ordem gerencial por se caracterizar em um setor de apoio à Pró-Reitoria Acadêmica (PROAC).

É articulada, portanto, com outros setores de apoio à PROAC, especialmente à SEGEN, em suas atividades rotineiras e as demais Diretorias.

2.3.3 Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade (NAPPA) – criado em abril de 2015 a partir da evolução do antigo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) que foi inaugurado em março de 1989 – é um órgão vinculado diretamente à Pró-Reitoria Acadêmica e desenvolve seu trabalho a partir de dois eixos: o Institucional e o Educacional.

O eixo institucional, em função das metas estabelecidas pela IES, está voltado para os fins da educação superior e a projeção de cenários futuros, principalmente nos processos de avaliação institucional e de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional.

No eixo educacional, o trabalho desenvolvido tem como referência o estudante. O NAPPA colabora em sua adaptação ao ensino superior considerando-o como ser biopsicossocial em processos de aprendizagem, atuando nas áreas psicológica, psicopedagógica e de acessibilidade, de forma preventiva e assistencialmente.

Suas atribuições, no que concerne à acessibilidade, tem a finalidade de promover o acompanhamento e o acolhimento dos portadores de necessidades especiais, visando sua inserção. O termo acessibilidade é compreendido de forma ampla, seja no aspecto físico e/ou psicológico, tomando-se como base a legislação pertinente.

O acompanhamento psicológico visa apoiar o estudante nas dificuldades de adaptação (cidade, moradia, rotina, dinâmica do curso superior), dificuldades acadêmicas (concentração, falta de motivação), dificuldades pessoais (social, afetiva, saúde), dificuldades familiares (gravidez, separação, luto, doença).

O acompanhamento psicopedagógico visa orientar os estudantes, na organização e planejamento dos estudos durante o processo de vivência acadêmica.

Os estudantes procuram o setor de forma espontânea, por sugestão de colegas, parentes ou docentes ou ainda encaminhados oficialmente por docentes, coordenadores ou diretores.

Programa de Acessibilidade do UNIFESO

O Programa de Acessibilidade do UNIFESO vem responder às demandas sociais e acadêmicas, a fim de possibilitar a inserção, acompanhamento e acessibilidade de estudantes, docentes e funcionários com mobilidade reduzida, necessidades físicas, neurológicas ou sensoriais, pessoas obesas, pessoas com transtornos de espectro autista, ou ainda, pessoas com problemas de aprendizagem como: dislexia, TDA, TDAH e outros.

De acordo com Sasaki¹, a prática desta inclusão social, educacional, repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência com diferentes grupos sociais e a aprendizagem através da cooperação, com a proposta de uma educação que respeite os direitos humanos.

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e principalmente na mentalidade e comportamento de todas as pessoas, como também das pessoas com necessidades especiais.

Já no universo do seu fazer didático, o docente encontra heterogeneidade nas classes que leciona e mediante presença de estudantes com alguma deficiência ou necessidade especial, várias adequações se fazem necessárias do ponto de vista da acessibilidade a todos no que se refere ao acesso à literatura de apoio às disciplinas; utilização de laboratórios de ensino; acompanhamento das aulas, principalmente daquelas que exigem a interpretação de gráficos, esquemas, figuras, filmes não dublados, recursos áudio visuais, etc.; realização de provas em conjunto com a classe; socialização e locomoção, além da sensibilização dos demais estudantes e comunidade acadêmica para o convívio com as diferenças.

¹ SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Existem formas para solucionar, de maneira satisfatória, alguns dos problemas acima apresentados, formas estas que devem ser conhecidas pelos docentes não especializados em educação especial, antes que digam "não" a um aluno com algum tipo de deficiência/necessidade, por desconhecerem o que pode ser a ele oferecido.

Em atenção à legislação atual referente à inclusão (Decreto nº 5.296/2004, nas Portarias MEC e nº 5.626/2005), no UNIFESO, foi constituído o Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade – NAPPA.

A Instituição considera que o acesso e o acompanhamento de estudantes com necessidades especiais constituem-se em recurso que as identifica, promovendo políticas que visam o aprimoramento das ações acadêmicas e comunitárias. Neste sentido, o Programa Institucional de Acessibilidade do UNIFESO constitui-se em ação que busca conhecer as políticas públicas que se referem às condições de acessibilidade, não só estruturais, mas, vencer principalmente as barreiras atitudinais, viabilizando ações pedagógicas que garantam uma formação acadêmica de qualidade a estes estudantes, efetivando a sua inserção no mercado de trabalho, assim como orientar os docentes na condução do atendimento e/ou aprimorar as diferentes ações institucionais, tanto no que condiz ao ensino e a estrutura curricular, como às práticas na área da extensão, pós-graduação, e demais atividades da instituição.

Com a implementação deste programa, o UNIFESO pretende garantir ao estudante com necessidades especiais, o acesso e o acompanhamento das atividades acadêmicas, proporcionando aos docentes os conhecimentos necessários às práticas pedagógicas inclusivas, oferecendo recursos de tecnologias assistivas, à flexibilização na implementação do currículo, a exemplo de avaliações diferenciadas, assim como facilitar a mobilidade nos espaços da instituição.

Os objetivos do Programa estão abaixo definidos:

- promover a inclusão de estudantes com necessidades especiais, na educação superior, garantindo condições de acessibilidade e acompanhamento das atividades acadêmicas.
- oferecer suporte técnico e pedagógico aos professores que trabalham diretamente com os estudantes com necessidades especiais.
- sensibilizar a comunidade acadêmica do UNIFESO para o desenvolvimento de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão sobre o tema inclusão/acessibilidade.
- oportunizar ao estudante com necessidades especiais, o acompanhamento das atividades acadêmicas, com recursos didáticos apropriados e os encaminhamentos externos que se fizerem necessários.

O Programa Institucional de Acessibilidade do UNIFESO vincula-se à Pró-Reitoria Acadêmica - PROAC e sua gerência está a cargo do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade - NAPPA.

O NAPPA é o setor de referência ao atendimento psicopedagógico da instituição, sendo assim é o setor que, com frequência, recebe, acolhe e acompanha os estudantes que apresentam dificuldades em sua trajetória acadêmica, através do seu Programa de Acompanhamento Psicopedagógico.

A elaboração de um Programa de Acessibilidade que se adeque satisfatoriamente à realidade de nosso trabalho, levou o setor, então, a refletir, e a sugerir uma rotina/fluxo, cuja abordagem encontra-se imersa em nossa realidade institucional. Não temos a pretensão de fazer deste modelo, um padrão, mas, pretendemos, com ele, dar início a um efetivo trabalho de inclusão/acessibilidade.

Segue o fluxo de acompanhamento:

1. Identificação do estudante com necessidade especial pelo professor/tutor.
2. Encaminhamento formal do estudante ao NAPPA.
3. Agendamento de um horário no setor para entrevista com o assistente educacional do setor.
4. Se necessário, solicitação do Laudo com o diagnóstico do estudante, que amplia e oficializa a informação sobre o mesmo.
5. Acolhimento institucional seguindo as orientações do Programa de Acessibilidade do UNIFESO.
6. Se necessário, encaminhamento formal, externo do estudante para profissionais de serviços especializados.

O NAPPA oferece os seguintes recursos para o atendimento:

A) Sala de Recursos Multifuncionais

Esta sala objetiva apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, matriculados em classes comuns do ensino superior, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem, possibilitando uma formação acadêmica de qualidade.

A Sala de Recursos do UNIFESO é composta por recursos técnicos (computadores com programas especializados, máquina Perkins Braille e acessórios como lupa, reglete e punção) e pedagógicos.

B) Profissionais Especializados

- Ledor

Para o atendimento aos estudantes com deficiência visual, a instituição dispõe de um ledor, assim como a montagem de uma sala com recursos multifuncionais. Esta sala objetiva apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, matriculados em classes comuns do

ensino superior, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem, possibilitando uma formação acadêmica de qualidade.

- Intérprete de Libras

Aos estudantes que apresentam deficiência auditiva ou surdez, a instituição já disponibiliza três intérpretes de LIBRAS, que acompanham os estudantes na sala de aula, viabilizando a compreensão dos conteúdos apresentados e, de acordo com a solicitação dos estudantes já atendidos no espaço acadêmico, alguns filmes serão legendados para possibilitar a compreensão e interação com a mensagem do filme.

2.3.4 Assessoria Pedagógica do CCHS

O curso e o corpo docente contam, ainda, com a assessoria pedagógica do Centro de Ciências Humanas e Sociais, presencial e personalizada, com a função de realizar palestras e reuniões com os professores para discussão, reflexão, troca de experiências e avaliação. Assessora a Direção e os coordenadores nos assuntos pedagógicos pertinentes aos cursos de graduação, propõe ações que promovam a melhoria do ensino e da aprendizagem, acompanha a elaboração e implementação dos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos. Orienta os coordenadores e professores na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação dos planos de ensino. Planeja e desenvolve, em conjunto com os coordenadores, as orientações didático-pedagógicas junto aos professores, relativas à organização do trabalho.

PARTE II: CONCEPÇÃO DO CURSODE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Capítulo III

Perfil de Formação

3.1. Apresentação

O Curso de Direito tem procurado consolidar seu projeto pedagógico através da construção, acompanhamento e atualização de seu currículo pleno buscando uma sólida formação geral e humanística. Nosso objetivo é formar profissionais com elevado preparo intelectual, aptos ao exercício técnico e profissional do Direito, capazes de analisar e articular conceitos e argumentações, de valorizar os fenômenos jurídicos sociais com base numa postura reflexiva e visão crítica que qualifique para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania. As modificações efetuadas e implantadas a partir do segundo semestre de 2012 marcam, dentre outras preocupações, as seguintes: a mudança das áreas temáticas do curso (i) Direitos Humanos e Políticas Públicas e ii) Princípios Constitucionais e Relações Privadas); diminuição e qualificação do número de disciplinas oferecidas na modalidade semipresencial; inclusão e/ou ênfase de alguns temas fundamentais como disciplinas obrigatórias ou conteúdos transversais (direitos humanos, questões ambientais e questões étnico-raciais); debate sobre o aprimoramento das formas de avaliação disciplinar; verificação contínua dos conteúdos e da metodologia das disciplinas de Oficina Jurídica e Laboratório Jurídico, enquanto ambientes de interação entre teoria e prática.

Portanto, no tocante à reforma curricular, ela objetiva, logicamente, o aprimoramento do ensino de Direito, através do necessário processo de avaliação permanente do curso no intuito de acompanhar as constantes transformações da realidade, mantendo-se, ainda, em consonância com os mais amplos interesses sociais. Este é o perfil que consolidamos no presente Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito.

3.2. Concepção do Curso

O Curso de Graduação em Direito do UNIFESO tem como essência o desenvolvimento de aptidões cognitivas e práticas, comprometido com a formação de cidadãos responsáveis e profissionais competentes.

Busca-se, assim, garantir o disposto nos Princípios Constitucionais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), na Resolução n°. 09CNE/CES de 2004 e na Resolução n. 2 e 3 do CNE/CES de 2007.

Quanto às normas de caráter interno, o presente Projeto se remete ao Plano de Desenvolvimento Institucional do quinquênio 2013-2017, ao Projeto Político Pedagógico Institucional e ao Regimento Geral do UNIFESO.

O curso conta com um currículo dinâmico, voltado para uma sólida formação geral, com ênfase no caráter humanístico. Propicia, ainda, a necessária flexibilização atenta às necessidades de seu tempo e de sua localidade. O curso se propõe, portanto, a desenvolver as competências essenciais ao exercício do Direito, consideradas em seus aspectos técnico-científico, ético-político, social e educativo.

O desenvolvimento de atividades e projetos de cunho interdisciplinar favorece a formação de profissionais pluralistas e ao mesmo tempo com domínio adequado do saber técnico em sua área de atuação. Este é um caminho viável para a superação da fragmentação, contribuindo para a construção de um perfil de egresso que tenha domínio sobre o seu campo de conhecimento e seja capaz de dialogar com outros saberes, num processo permanente de formação independente e continuada.

A interdisciplinaridade se realiza não só por meio das disciplinas integrantes do currículo, tais como os Laboratórios Jurídicos e os estágios curriculares no NPJ, oficinas jurídicas e tópicos avançados, mas também através de sua construção com base em duas áreas temáticas: Direitos Humanos e Políticas Públicas e Princípios Constitucionais e Relações Privadas.

3.3 Objetivo Geral

Formar bacharéis capazes de atuar nas esferas pública e privada com perfil ético e crítico, conscientes de seu papel, numa sociedade plural e diversificada, com habilidades e competências indispensáveis ao exercício do ensino, pesquisa e extensão.

3.4 Objetivos Específicos

- Assegurar a autonomia intelectual do estudante, conscientizando-o da necessidade para o aprendizado permanente.
- Promover uma formação acadêmica pautada no princípio da integração entre IES e o contexto regional, conscientizando o futuro bacharel de seu papel social, estimulando sua interação com as demandas da comunidade, de forma a habilitá-lo para equacionar problemas e buscar soluções compatíveis com a realidade.
- Estimular o pensamento crítico, dentro de uma lógica racional e ética, em um mundo plural e complexo.
- Preparar o aluno para atuar em grupos, demonstrando atitudes flexíveis, razoabilidade, ponderação, tolerância e disponibilidade para o trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

- Capacitar o discente para atender às novas demandas técnicas, científicas e tecnológicas, interagindo em vários níveis de atuação, demonstrando engajamento com as questões ligadas à sustentabilidade social e ambiental.

3.5 Ações de Nivelamento

Considerando o perfil diversificado de nossos estudantes, onde alguns são oriundos de escolas públicas enquanto outros se originam de escolas particulares com maiores possibilidades, alguns com maior base de conhecimentos agregados, outros com maior dificuldade de aprendizado, torna-se necessária a busca por medidas que tenham como fulcro colaborar para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento das atividades típicas do ensino superior, bem como contribuir para minimizar algumas defasagens básicas oriundas do ensino fundamental e médio.

Considerando as especificidades do Curso de Graduação em Direito, os conhecimentos relacionados à língua portuguesa – em especial aqueles relacionados à interpretação e produção de textos, sejam eles de caráter geral ou de cunho jurídico – constituem elemento essencial para que o estudante possa alcançar o perfil desejado do formando.

Para auxiliar na superação de defasagens nestes conhecimentos, adotou-se a estratégia de oferecimento de disciplinas obrigatórias, no primeiro e segundo períodos do curso, que têm como conteúdo prioritário a utilização temas relacionados à língua portuguesa: as disciplinas de “Análise e Elaboração de Texto”, no primeiro período, e “Linguagem Jurídica”, no segundo, cada uma com carga horária de 80h/a.

Além disso, o UNIFESO possibilita que os professores dessas e das outras disciplinas desenvolvam atividades de monitoria, sendo que os monitores devem atuar como facilitadores na superação das dificuldades que os alunos eventualmente apresentem, mormente através de orientações de monitoria que ocorrem em horários especiais (fora do horário regular de aulas).

3.6 Perfil do Egresso

O egresso deverá ter competência nas diversas atividades profissionais do Direito, com visão crítica e comprometimento com o uso dessas capacidades e habilidades para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, solidária e ética, conforme preconiza a Missão do UNIFESO:

- Formação ético-humanista, sólida formação geral axiológica, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização;

- Capacidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- Visão atualizada de mundo e consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço, com responsabilidade social;
- Capacidade de liderança com empatia e equidade visando interesses interpessoais e institucionais;
- Capacidade de trabalhar em equipe compreendendo a importância da complementaridade das ações coletivas;
- Capacidade de negociação, demonstrando atitudes flexíveis e de adaptação a terceiros e a situações diversas, essenciais para um adequado perfil do operador do Direito.
- A Coordenação do Curso e o NDE buscam a elaborar atividades que permitam a participação de discentes e egressos, como cursos de extensão, eventos, ações sociais, congressos, seminários, encontros, simpósios, visitas, concursos, torneios, campanhas, palestras, entrevistas, publicação de artigos, grupos de pesquisa, monitoria, além de atividades complementares.

3.7 Competências e Habilidades

O Curso de Graduação em Direito do UNIFESO deve abranger conteúdos e atividades que fundamentem, de forma coerente e orgânica, a formação do seu bacharel de acordo com os eixos temáticos do curso e com o perfil do profissional a ser formado.

As seguintes competências e habilidades devem ser materializadas conforme determinado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, através da Resolução CNE/CES 9/2004:

- Capacidade de leitura, compreensão e elaboração de textos acadêmicos, atos e documentos jurídicos, com o devido critério na utilização das normas técnico-jurídicas;
- Habilidade para interpretação e aplicação do Direito;
- Estímulo para a pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

3.8 Campo de Atuação

As competências e habilidades próprias do profissional de Direito o legitimam para atuar nas seguintes áreas:

- Magistratura Estadual e Federal;
- Ministério Público Estadual e Federal;
- Advocacia Geral da União;
- Procuradoria Geral Federal;
- Procuradoria Estadual e Municipal;
- Defensoria Pública Estadual e Federal;
- Polícia judiciária Estadual e Federal;
- Demais funções de Estado;
- Exercício de advocacia em suas diversas modalidades.

Capítulo IV

Organização Curricular

4.1 Fundamentação

Baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como nos fundamentos ético-políticos, epistemológicos e pedagógicos do Plano Institucional, a estrutura curricular foi organizada visando à integração, tanto vertical quanto horizontal, entre as disciplinas, e facilitando a interação entre os diversos tipos de conhecimentos.

Foi concebido de modo a atender aos princípios da excelência acadêmica, das responsabilidades social e profissional e do compromisso regional que, por sua vez, informam o currículo pleno do Curso.

4.2 Base Legal

A Fundamentação do Curso de Graduação em Direito tem por base a Resolução nº. 9 CNE/CES de 29/09/2004 e a Resolução nº 2 do CNE/CES de 2007.

A integralização do curso se faz em 10 períodos semestrais mínimos e 15 períodos semestrais máximos, sendo o curso seriado, com a carga horária total de 4.320 horas.

O Curso de Direito concentra suas atividades no período noturno, das 18h50min às 22h20min, ressalvada a possibilidade de desenvolver atividades específicas em outros turnos e aos sábados (Núcleo de Prática Jurídica, Laboratórios Jurídicos, atividades complementares, disciplinas eletivas e optativas, orientações de TCC, estágios, atividades de extensão, grupos de pesquisa, dentre outros).

O fracionamento das atividades acadêmicas ocorre de forma a integralizar a carga horária, visando à consecução dos objetivos curriculares e das habilidades e competências pretendidas pelo UNIFESO.

4.3 Currículo

A implementação do currículo do Curso de Graduação em Direito do UNIFESO se dá a partir das duas áreas norteadoras já mencionadas.

Nos debates que precederam a atualização do Projeto Pedagógico, e conseqüentemente da matriz curricular do Curso, foi posta em destaque a substituição das áreas temáticas anteriores (Criminologia e Sistemas Penais e Direitos Humanos), por terem se demonstrado inadequadas à atual conjuntura e contextualização do curso, sendo substituídas pelas áreas de Direitos Humanos e Políticas Públicas e Princípios Constitucionais e Relações Privadas, através das quais tem se buscado uma maior comunicação transversal do novo currículo.

Caber ressaltar que as duas áreas norteadoras do currículo atendem tanto aos eixos de formação fundamental, quanto ao de formação profissional e prática de forma a reforçar a interdisciplinaridade propiciando o estudo do direito de forma sistemática e contextualizada, considerando sua evolução social, econômica, política e cultural.

ÁREA TEMÁTICA I: Direitos Humanos e Políticas Públicas

Esta área busca focalizar nas questões de construção da cidadania, que envolvem a proteção e a implementação dos direitos civis, políticos e sociais diante de outros indivíduos e do Estado, incluindo também a dimensão ambiental.

Alguns aspectos fundamentais fazem os Direitos Humanos, e mais especificamente os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCA), perpassarem praticamente todas as disciplinas – e não apenas o eixo de formação fundamental do curso – bem como grande parte das atividades desenvolvidas ao longo do curso. Especial atenção será dada às noções sobre o processo histórico de formação da sociedade civil e do Estado e as tensões entre um e outro; à reflexão sobre o atual papel e importância do Estado face à propalada autonomia do mercado; as formas de Direito decorrentes destas tensões e as conseqüentes lutas por seu reconhecimento e exigibilidade, incluindo as relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena, na forma estabelecida pela Lei 11.645 de 10.03.2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004.

As atividades desenvolvidas no curso, mesmo aquelas que englobam conteúdos classificados tradicionalmente como privatísticos, não podem mais passar ao largo de aprofundamentos relativos à esfera pública como estrutura da democracia, à sociedade de risco, das incertezas geradas contraditoriamente ao desenvolvimento, onde os DESCA se colocam como objeto privilegiado de pesquisa e conceituação.

Resumidamente, concretizando o disposto no art. 3º da Resolução CNE/CES nº. 9 de 29 de setembro de 2004, bem como os documentos institucionais do UNIFESO, que enunciam o desejado perfil do graduando, os Direitos Humanos, com especial enfoque nos DESCAs, e a análise das políticas públicas capazes de concretizá-los, municiam profissionais do Direito, em qualquer das específicas áreas de inserção, com visão crítica que possibilita uma atuação para a permanente evolução da sociedade.

ÁREA TEMÁTICA II: Princípios Constitucionais e Relações Privadas

A tradicional divisão entre Direito Público e Direito Privado sempre teve uma função e utilidade didática, mas nunca significou uma cisão entre estas duas áreas do direito. Como ensina Luís Roberto Barroso², Ministro do Supremo Tribunal Federal:

A distinção entre direito público e direito privado remonta o direito romano clássico, que atribuía ao primeiro as coisas do Estado e ao segundo, os interesses individuais. Essa divisão jamais significou quebra da unidade sistemática do Direito, tampouco a criação de dois domínios apartados e incomunicáveis. [...]

Não obstante se reconheça esta afirmação é fato que o direito privado, em especial o direito civil atravessou décadas reforçando a ideia de livre iniciativa e autonomia da vontade, conceitos que, em conjunto com o direito de propriedade, constituíam o centro gravitacional do sistema privado. Entretanto este quadro vem sofrendo alterações significativas desde o século passado, culminando com o que alguns autores denominam de constitucionalização do direito como um todo, inclusive do direito privado. Mais uma vez, seguindo lição de Barroso³:

A ideia de constitucionalização do Direito aqui explorada está associada a um efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiológico se irradia, com força normativa, por todo o sistema jurídico. Os valores, os fins públicos e os comportamentos contemplados nos princípios e regras da Constituição passam a condicionar a validade e o sentido de todas as normas do direito infraconstitucional. Como intuitivo, a constitucionalização repercute sobre a atuação dos três Poderes, inclusive e notadamente nas suas relações com os particulares. Porém, mais original ainda: repercute, também, nas relações entre particulares.

Portanto, por meio desta área temática procura-se preparar um profissional capaz de observar reflexiva e criticamente as novas relações sociais e jurídicas de seu tempo e o impacto da Constituição e dos princípios constitucionais no âmbito das relações privadas, examinando os critérios interpretativos para a releitura dos institutos fundamentais do Direito Privado, nas situações jurídicas subjetivas existenciais e patrimoniais.

² BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

³ BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. THEMIS: Revista da ESMEC / Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 25, jul/dez. 2006.

As duas áreas temáticas apresentadas não atravessam a estrutura curricular de modo estanque, mas integram-se por meio das atividades complementares, das atividades de pesquisa, de extensão e das atividades práticas.

4.4 Eixos de Formação Curricular

Os eixos de formação do curso estão distribuídos da seguinte forma:

4.4.1 Eixo de Formação Fundamental

Com objetivo permitir um aprendizado integrado e integrador, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. Este ciclo atende à dupla finalidade:

- a. Capacitar o aluno, por meio da formação sócio-político-econômica, para o estudo das regulamentações jurídicas específicas quanto às suas raízes e à sua evolução no tempo, assim como quanto às consequências práticas da sua aplicação às relações sociais cotidianas;*
- b. Habilitar o estudante para a reflexão crítica em torno dos princípios gerais, de ordem epistemológica, lógica e ética, legitimadores do desenvolvimento teórico e da operacionalização das instituições jurídicas, positivadas.*

Este eixo é composto por 15 disciplinas com conteúdos fundamentais contemplados nas disciplinas:

- Introdução ao Direito;
- Análise e Elaboração de Texto;
- Sociologia e Antropologia Jurídicas;
- Ciência Política;
- Filosofia Geral e do Direito;
- Economia Política;
- Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade I;
- Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade II;
- Criminologia;
- Teoria do Estado;
- Linguagem Jurídica;
- História do Direito;
- Ética e Teoria da Justiça;
- Psicologia Jurídica;
- Metodologia da Pesquisa.

4.4.2 Eixo de Formação Profissional

Desenvolve conteúdos essenciais abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

Abrange os seguintes conteúdos:

- Direito Constitucional (Direito Constitucional I e II).
- Direitos Humanos;
- Direito Ambiental;
- Direito Civil (Teoria Geral do Direito Civil I e II, Direito das Obrigações, Direito dos Contratos, Posse e Propriedade, Direitos Reais, Direito de Família, Direito das Sucessões e Responsabilidade Civil);
- Direito Penal (Direito Penal I, II, III e IV);
- Direito Administrativo (Direito Administrativo I e II);
- Direito Tributário (Direito Tributário I e II);
- Direito Empresarial (Direito Empresarial e Societário, Direito Creditício e Direito Concursal);
- Direito do Trabalho (Direito do Trabalho I e II);
- Direito da Cidade;
- Direito Internacional (Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado);
- Direito Processual (Teoria Geral do Processo; Direito Processual Civil I, II, III e IV; Direito Processual Penal I, II e III; Direito Processual do Trabalho);
- Tópicos Avançados em Direito I e II
- Ética Profissional.

4.4.3 Eixo de Formação Prática

Tem por objetivo a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos. Desenvolve-se através das seguintes atividades:

- Estágios Obrigatórios Supervisionados: Estágio I (área de Direito Penal); Estágio II (área de Direito Civil); Estágio III (área de Direito do Trabalho); Estágio IV (área de Direito de Família);
- Trabalho de Conclusão de Curso: desenvolvido por meio de Monografia, havendo elaboração de projeto na disciplina Projeto de Monografia no 7º período, o desenvolvimento nos 8º, 9º e 10º períodos com a orientação dos professores, com a defesa escrita e oral da Monografia no 10º período;
- Atividades complementares;
- Oficinas Jurídicas;

- Laboratórios Jurídicos: disciplinas semipresenciais realizadas paralelamente aos estágios curriculares.

4.4.4 Atividades Complementares

As atividades complementares, instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 09/2004, em seu artigo 5º, III, são cumpridas por meio de uma carga horária total de 200 horas, são componentes obrigatórios que contribuem para a formação profissional, possibilitando o desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimento do discente.

Tais atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Ministério da Educação e conforme Portaria específica exarada pelo Curso de Direito.

No desenvolvimento de atividades complementares, o Curso de Graduação em Direito do UNIFESO vem atuando de maneira intensa desde sua implantação. Assim, sempre houve o oferecimento de muitas atividades ao longo do semestre.

Os mecanismos de acompanhamento e cumprimento das atividades complementares consubstanciam-se por meio de listas de presença e relatórios dos eventos, que permitem registrar o aproveitamento da atividade realizada pelos alunos, além de outros comprovantes especificados em anexos da Portaria de Atividades Complementares do Curso. A carga horária dos alunos é registrada e computada através de um programa que gerencia o registro acadêmico dos alunos do UNIFESO.

Podem ser enumeradas, dentre outras, as seguintes atividades oferecidas pela IES, em consonância com o artigo 102 do Regimento Geral do UNIFESO:

- a. **Aula Magna:** tradicional evento nos cursos de Direito, inaugurando simbolicamente o semestre ou ano letivo;
- b. **Jornada de Pesquisa e Iniciação Científica:** tem como objetivo a apresentação, discussão e o acompanhamento das pesquisas institucionais, principalmente aquelas que recebem fomento interno e externo (PICPE, CNPq, FAPERJ), promovendo e incentivando a cultura de pesquisa, estimulando a produção acadêmica e contribuindo para o aprimoramento da formação de profissionais e estudantes do UNIFESO, além de promover a divulgação de tais atividades para a sociedade civil.
- c. **Jornada Jurídica:** evento temático, no qual são feitas diversas atividades, como palestras, mesas-redondas, cursos, seminários, etc.;

- d. **Direito e Cinema:** evento por meio do qual se realizam exibições e debates acerca de filmes e documentários, cuja temática possa contribuir para a formação discente;
- e. **Bate Papo com o Autor:** evento no qual se convida um autor de obra jurídica ou de tema transversal para conversar com os estudantes sobre sua produção literária;
- f. **Palestras, seminários, eventos:** por meio das quais são apresentados temas do universo jurídico e correlatos, visando atualização, aprofundamento e desenvolvimento de visão crítica sobre temas relevantes;
- g. **Iniciação Científica e participação em Grupos de Pesquisa ou Atividades de Extensão:** visando fomentar uma cultura de estudo permanente e de aprofundamento, bem como a importância da produção de conhecimento com foco nas necessidades e demandas sociais;
- h. **Produção de artigos e traduções:** o Curso de Direito do UNIFESO tem uma tradição de divulgação do conhecimento através da publicação de estudos da comunidade acadêmica interna, nacional e internacional. Esta tradição foi interrompida durante algum tempo, mas está sendo retomada com a edição de periódicos próprios, bem como com a participação em congressos e publicação de trabalhos em veículos reconhecidos. Sendo assim, já existem instrumentos que possibilitam que o estudante possa divulgar suas pesquisas (*Observatório Jurídico, Blog do CCHS, Revista UNIFESO – Humanas e Sociais*), bem como estão em fase de implantação outros que fomentarão esta atividade (retomada dos Cadernos de Direito);
- i. **Atividades Culturais:** a IES tem, em sua composição, o Centro Cultural FESO Pro-Arte que tem a atribuição do planejamento e realização das atividades culturais do UNIFESO. Sua programação anual conta com concertos musicais, exposições de arte, eventos literários e multiculturais, seminários e mostras que acontecem em toda a Instituição.
- j. **Representação estudantil:** visando incentivar, apoiar e reconhecer as atividades exercidas por estudantes do curso em entidade representativas devidamente registradas.

São reconhecidas ainda como atividades complementares as desenvolvidas externamente, tais como cursos, palestras, seminários, congressos e outras, conforme as normas estabelecidas pelo curso.

4.4.5 Estágio Obrigatório Supervisionado

O estágio obrigatório supervisionado é realizado no Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, situado na Rua Tenente Luiz Meireles, 789, Várzea, Teresópolis, local estratégico para atender às necessidades da população e do estudante na prática do exercício da profissão. Além deste objetivo, o NPJ presta serviço à comunidade carente, defendendo os seus direitos perante aos órgãos do Poder Judiciário.

O estágio obrigatório supervisionado computa 320 horas. É dividido em 4 etapas de 80 (oitenta) horas cada:

- Estágio I (área de Direito Penal): no 7º período,
- Estágio II (área de Direito Civil): no 8º período,

- Estágio III (área de Direito do Trabalho): no 9º período,
- Estágio IV (área de Direito de Família): no 10º período.

Nas atividades de estágio obrigatório supervisionado, os alunos contam com a supervisão de professores nas áreas cível, trabalhista, criminal e família.

O estágio obrigatório supervisionado é fundamentado em norma interna própria, aprovada pelo Conselho de Administração Superior (CAS) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

As tarefas e atividades, previstas no Manual do Estagiário e nas Normas Gerais de Procedimentos do NPJ, desempenhadas pelo estagiário em cada mês serão anotadas em impresso denominado Relatório Mensal.

O não cumprimento da carga horária de estágio acarretará para o aluno o dever de repetir o mesmo no período letivo regular que se seguir.

O estagiário que tenha concluído o estágio supervisionado completando a integralidade da carga horária na forma prevista no regulamento do NPJ será conferido certificado de conclusão das respectivas atividades.

4.4.6 Oficina Jurídica

Nas oficinas jurídicas são desenvolvidas atividades de grande importância na formação acadêmica e profissional, bem como na construção de competências e habilidades, visando uma maior correlação entre teoria e prática, ainda em períodos iniciais e intermediários (3º, 4º, 5º e 6º períodos), em um movimento contínuo que subsidia o preparo para as atividades junto ao Núcleo de Prática Jurídica e, conseqüentemente, colaboram para o desenvolvimento dos Eixos de Formação Prática e Profissional. Elas contribuem para desenvolver a autonomia do aluno, enquanto agente, no universo técnico-científico-cultural do mundo jurídico.

Visando colaborar com a interdisciplinaridade curricular, estas disciplinas buscam a correlação entre teoria e prática através da análise de casos (reais ou hipotéticos) que versem sobre temas relacionados aos Direitos Humanos, estimulando a consciência crítica dos alunos e realçando o papel dos juristas como defensores das garantias individuais e coletivas e fomentadores do desenvolvimento social.

4.4.7 Laboratório Jurídico

Os laboratórios jurídicos complementam o eixo de formação prático-profissional e têm como finalidade integrar os conteúdos correlatos às áreas específicas do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). As atividades constituem disciplinas previstas do 7º ao 10º períodos, a serem desenvolvidas na modalidade semipresencial, por intermédio da plataforma moodle.

Fundamentam-se no processo de autonomia do corpo discente, em proposta de aprendizagem mediada por docentes utilizando instrumentos de autoaprendizagem, como: estudos de casos, textos dirigidos, discussões, seminários e fóruns, atividades colaborativas, troca de mensagens, agendas e avaliações presenciais.

Os temas enfocados têm o objetivo de garantir a ampliação de conhecimento organizado, valorizando a cultura investigativa, através de análise de casos e estudo de questões que possibilitam o aprofundamento e sedimentação do conhecimento jurídico.

4.4.8 Tópicos Avançados em Direito

São disciplinas cujos conteúdos variam de acordo com as necessidades específicas de cada uma das turmas. Tais necessidades são mensuradas com base nos mecanismos de avaliação do curso de Direito, principalmente nos Testes de Progresso que são aplicados anualmente. Portanto, utilizam uma metodologia que visa à atualização e recuperação de conteúdos em função da evolução dos conhecimentos, da legislação e/ou jurisprudência, bem como da identificação de temas específicos que demandam revisão. Os tópicos são constituídos por duas disciplinas que adotam uma divisão didática em: Direito Processual e Direito Material.

4.4.9 Trabalho de Conclusão do Curso

No que se refere ao Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, o Curso de Graduação em Direito do UNIFESO iniciou sua implantação no primeiro semestre de 2004. Desde então, procura-se o aprimoramento constante desta importante fase da formação acadêmica, tendo em vista que a monografia de conclusão do curso é o trabalho que possibilita o amadurecimento do pensamento crítico e criativo do aluno e permite o aprimoramento da capacidade de pesquisa, de uso da linguagem jurídica e da habilidade de produção científica de acordo com determinada metodologia.

Com o intuito de possibilitar a efetiva orientação de forma organizada e com tempo hábil para o amadurecimento do tema e pesquisa qualificada, as normas do curso determinam que os alunos iniciem oficialmente as atividades relacionadas ao TCC no 7º período, através da elaboração do projeto de monografia em disciplina denominada *Projeto de Monografia*, sendo que um dos critérios para a aprovação nesta disciplina é a **entrega do projeto, com parecer favorável do professor** que ficará responsável pela orientação do trabalho. O desenvolvimento da Monografia ocorrerá do 8º ao 10º período, por intermédio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como por meio de encontros presenciais e defesa oral perante banca examinadora.

Além das diretrizes gerais indicadas abaixo, estudantes e professores deverão respeitar as determinações específicas estipuladas na Portaria de regulamentação de TCC vigente e nos calendários que definem os prazos para realização das atividades:

- I. **Disciplina de TCC1** - No curso do 8º período, o estudante, sob supervisão do professor-orientador, redigirá cerca de metade de seu trabalho, conforme portaria que indicará os procedimentos e as partes pré-textuais, textuais e pós-textuais que devem compor esta primeira etapa, devendo postar no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) seu TCC, em arquivo digital formato word, para obtenção de parecer com a indicação do professor orientador e da Supervisão de TCC.

- II. **Disciplina de TCC2** - Ao longo do 9º período, o estudante, sob supervisão do professor-orientador, redigirá o restante do conteúdo de seu trabalho, que deve ser finalizado com todas as partes pré-textuais, textuais e pós-textuais, determinadas na portaria supracitada, devidamente formatadas de acordo com o Manual de Elaboração de Projeto e Monografia Jurídica do Curso de Direito, devendo postar no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) a versão final do seu TCC, para obtenção de parecer com a indicação do professor orientador e da Supervisão de TCC, além de entregar cópias impressas e encadernadas da sua versão final, bem como a versão digital em mídia.

- III. **Disciplina de TCC3** - No 10º período, o estudante deverá redigir um *Resumo Expandido* com autorização para publicação, além de apresentar oralmente seu Trabalho de Conclusão de Curso perante banca examinadora, devendo obter parecer favorável para sua aprovação.

O estudante que não obtiver parecer favorável e aprovação, em cada uma das etapas, será considerado reprovado na disciplina específica, devendo cursá-la novamente no semestre subsequente. As disciplinas TCC 1, TCC 2 e TCC 3 não poderão ser cursadas simultaneamente.

Numa visão interdisciplinar, e de maneira geral, espera-se que as monografias de conclusão do curso versem sobre temas atuais, relativos às duas Áreas Temáticas que norteiam o Curso de Graduação em Direito do UNIFESO, e que estejam articuladas com as linhas de pesquisa institucionais.

Os professores-orientadores trabalham de forma a oferecer orientação, conforme sua disponibilidade e carga-horária, bem como apoio aos alunos para a elaboração e a defesa dos trabalhos.

Deste modo, a monografia representa o ponto de culminância do estudo acadêmico no Curso no que se refere ao aprendizado do aluno e ao desenvolvimento de sua capacidade crítica.

4.4.10. Disciplina Optativa de Libras

O UNIFESO oferece aos seus estudantes a possibilidade de cursarem a disciplina optativa LIBRAS, com o seu conteúdo nuclear voltado para o conhecimento dos signos linguísticos para os portadores de necessidades especiais. A disciplina LIBRAS é oferecida semestralmente por se tratar de uma disciplina que propicia inclusão social e acessibilidade.

Ressalte-se que a IES também oferece o curso básico de LIBRAS aos professores, funcionários e à comunidade de Teresópolis, gratuitamente na modalidade de extensão.

4.4.11. Disciplinas Optativas do Curso

As disciplinas optativas têm por objetivo principal ampliar a formação geral e temática no aprofundamento de questões e perspectivas, bem como na consolidação de conhecimentos basilares que vão além das proposições curriculares gerais. Elas renovam conceitos e revitalizam os processos de ensino dando a tônica da contextualização, modernidade e atualização com temas novos e que alcançam relevância social significativa, cumprindo, desta forma, os objetivos do Curso.

As disciplinas optativas são integrantes da estrutura curricular do Curso de Graduação em Direito, cujos conteúdos são selecionados pela Coordenação do Curso, que deverá estabelecer um rol destas disciplinas, versando sobre temas de relevância no mundo atual, oferecendo uma capacitação indispensável para a compreensão da realidade jurídica e social do mundo contemporâneo.

As disciplinas optativas não são obrigatórias e tem o aluno plena liberdade de escolha em cursá-las. Uma vez inscritos, os alunos serão avaliados de acordo com os critérios definidos no sistema de avaliação corrente.

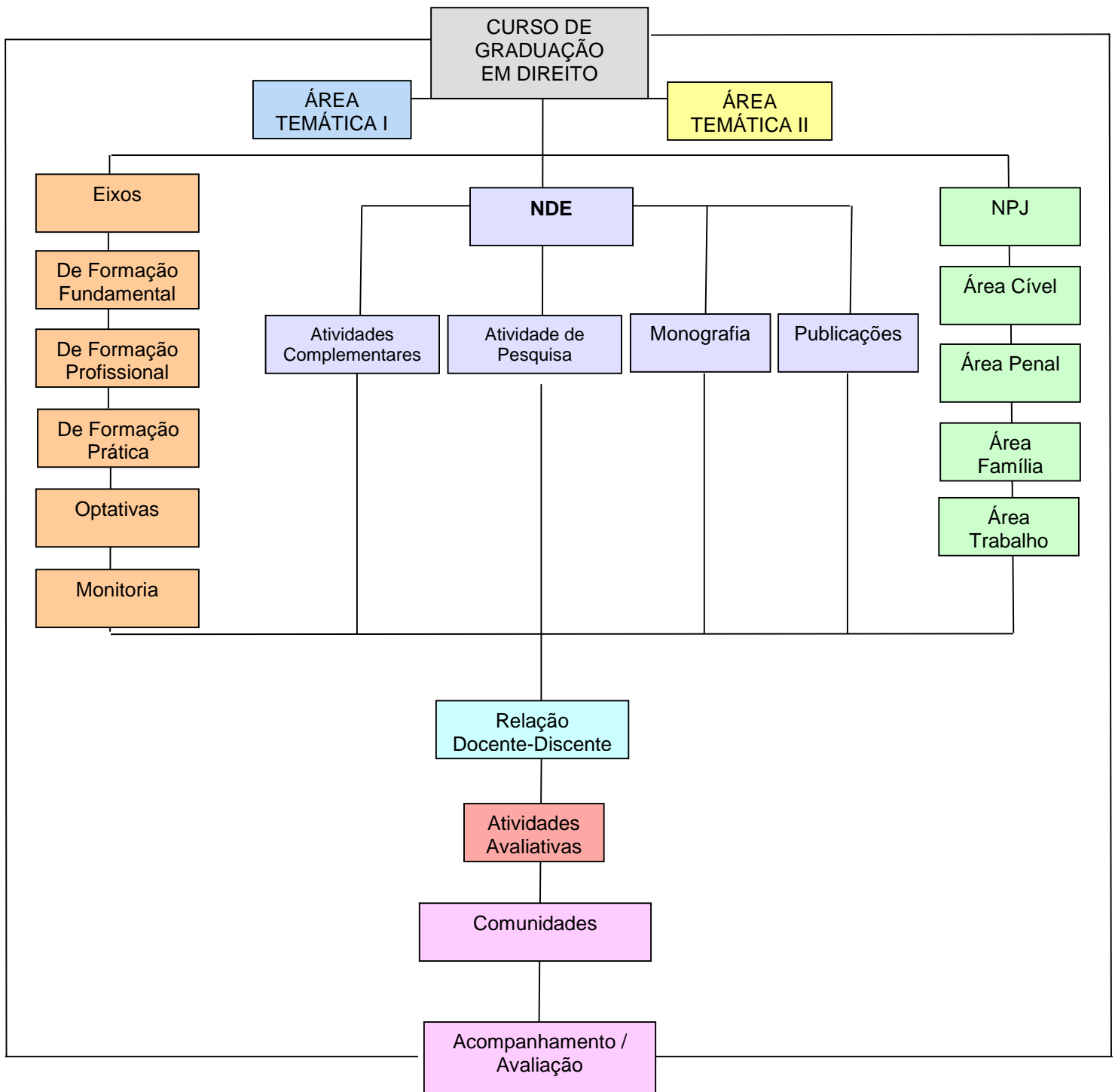
As disciplinas optativas são oferecidas em horários flexíveis e podem ser cursadas por alunos de todos os períodos, portanto sem pré-requisitos oficiais, embora orientados pelos professores que as ministram e pela coordenação quanto aos conhecimentos prévios desejáveis.

Disciplinas Optativas
Acesso à Justiça e Cidadania
Cidadania e Políticas Públicas
Democracia e Sistema Eleitoral
Direito Comunitário e Organismos Internacionais
Direito da Criança e do Adolescente
Direito do Consumidor
Direito Econômico
Direito Imobiliário
Direito Previdenciário
Medicina Legal
Meio Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento
Organização Jurídica Empresarial

4.4.12 Produção de Conhecimento

O quadro a seguir ilustra o processo de produção de conhecimento nas atividades curriculares do Curso de Graduação em Direito do UNIFESO.

Fluxo do Processo de Produção de Conhecimento



4.5 Metodologias

A metodologia utilizada indica a sistematização de um conjunto de ações que devem ser observadas por todos os docentes, em todas as disciplinas, nas atividades complementares oferecidas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), consolidando a perspectiva do ensino, da pesquisa e da extensão. As atividades pedagógicas são desenvolvidas a partir da seleção de informações, da análise, da síntese, da argumentação, da cooperação, de forma que o aluno participe como agente do processo de formação jurídica.

O estímulo à vocação do acadêmico para lidar criticamente com as situações sociais e jurídicas envolvidas nas áreas temáticas adotadas passa pela preparação crítica e prática durante sua formação, pela metodologia da contextualização, interdisciplinaridade e transversalidade da estrutura curricular. Tal perspectiva permite uma efetiva preparação para o egresso enfrentar as problemáticas contemporâneas.

Pode-se afirmar que a importância da contextualização se pauta pela necessidade constante de o curso estar coerente e sintonizado com a realidade social e econômica em que interage. Em razão disso é que as disciplinas Tópicos Avançados foram acrescentadas na grade, trazendo a flexibilidade curricular necessária para se trabalhar de forma aprofundada com novas situações relacionada, sempre que possível, ao contexto e a evolução social do direito.

A interdisciplinaridade é uma resposta crítica à percepção da segmentação de diferentes campos do conhecimento. A percepção das disciplinas como caixas isoladas e que não se comunicam perde o seu significado diante de uma formação sólida que integre conhecimentos jurídicos dentro de uma base humanística.

A transversalidade, referindo-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exige uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Os temas transversais não constituem uma disciplina em si: são temas integradores que trazem clareza ao perfil desejado, pois são trabalhados sistematicamente no curso como um todo.

Assim, as áreas temáticas são trabalhadas ora transversalmente, ora interdisciplinarmente e dentro de uma contextualização sintonizada com as demandas locais, assim como as específicas da área jurídica, aí incluídas as relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira e indígena perpassando as disciplinas do eixo fundamental. As questões que envolvem a educação ambiental e desenvolvimento sustentável são trabalhadas nas disciplinas do eixo profissional, integrando o conteúdo curricular, podendo ser trabalhadas de forma inter ou multidisciplinar.

O confronto de opiniões faz parte da necessidade de entendimento e da superação, particularidades do profissional que se pretende formar. Discussões em diferentes perspectivas fazem com que professor e aluno conquistem a possibilidade de articular o conhecimento de forma organizada, sem imposição de uma visão única e parcial da realidade objetiva com a qual o estudante e, no futuro, o profissional estejam trabalhando.

O debate e o diálogo são formas de auxiliar o aluno a construir pontos de vista articulados sobre o objeto em avaliação. A ênfase dos procedimentos de aplicação, análise, síntese e avaliação dos conceitos e práticas do campo jurídico se faz com base nos fundamentos dos direitos humanos e do princípio da dignidade da pessoa humana, basilares que são do sistema jurídico brasileiro e decisões do STF.

Conhecer e analisar as perspectivas representam um começo para a construção das escolhas individuais. Neste caso, o aluno passa de mero espectador ou reproduzidor de saberes a sujeito de conhecimento e análise. Nesse exercício também se pressupõe a formação crítica frente ao aprendizado, à reflexão e à produção.

Outra estratégia metodológica é a **interação social**. Com ela se produz a construção do indivíduo, aproximando o entendimento mútuo e meios para entender o presente e construir o futuro. A interação, mediada e possibilitada pela linguagem, não está restrita à sala de aula. Como mencionado anteriormente, nesse ponto reside o papel chave do NPJ. Colocando o estudante em contato direto com a realidade social, marca o campo de sua preferência e o meio social de sua atuação. É nesse contato direto com a realidade concreta do mundo social que se constitui a identidade do profissional do Curso de Graduação em Direito.

Nesse espaço, teoria e prática se harmonizam e são complementares, representam o contato da reflexão e da experiência. Ao se analisar o comportamento dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, percebe-se, por um lado, a ansiedade do aluno de hoje em buscar a prática, questionando o ensino teórico. Por outro lado, o docente questiona os alunos quanto à falta de leitura, ao uso de respostas pré-formuladas e, com frequência, a falta de compreensão ou descuido para com a teoria. Ante esta realidade, percebeu-se a necessidade de expandir a atividade prática não só no Núcleo de Prática Jurídica, mas na forma de oficinas jurídicas dentro da matriz curricular como uma possibilidade de construção material e real do conhecimento jurídico. É pela provocação do aluno à problematização e a estudos de caso, nestas oficinas jurídicas, que encontramos melhor adequação à confluência da teoria com a prática e com todas as atividades concernentes à interdisciplinaridade.

A ação pedagógica envolvendo prática e teoria é um trabalho que exige método. O conhecimento se estrutura quando se favorece o diálogo entre a teoria e a experiência. A construção da teoria exige que se questione a prática. Esta habilidade precisa ser sempre cultivada na relação estudante-professor. Assim, efetua-se o crescimento do aluno enquanto indivíduo, por meio da experiência da relação teoria-prática desenvolvida pela vida acadêmica, em especial, no estudo do Direito.

Os laboratórios jurídicos são trabalhados na modalidade semipresencial, nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos, de forma a promover a contextualização e a relação teoria-prática interdisciplinaridade, a inclusão digital, desenvolvendo habilidades e competências para o desempenho on-line das funções forenses, trabalhando em conjunto com o NPJ a prática jurídica.

Desta forma, o curso está orientado para articular harmonicamente teoria e prática porque compreende a prática discente como práxis que se materializa mediante a análise de documentos e situações problema; estudos de caso; mediante o estímulo à análise de jurisprudência; realização de audiências e júris simulados no Tribunal do Júri existente no 6º andar das instalações do curso de direito; elaboração de peças processuais, tomando por base os estudos teóricos realizados no âmbito dos componentes curriculares. As práticas pedagógicas operadas

no decorrer do curso, têm no espaço do estágio obrigatório a interface a diferentes temas nas áreas de família, penal, civil e trabalhista.

Além disso, são importantes as visitas orientadas, como as exemplificativamente listadas a seguir:

- Vara da Infância, Juventude e Idoso de Teresópolis;
- Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Sindicatos de Teresópolis, tais como:
 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Servidores da Saúde de Teresópolis e Três Rios;
 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Construção do mobiliário de Teresópolis;
 - Sindicato dos empregados nas indústrias de Fiação, tecelagem e Malharia de Teresópolis;
 - Sindicato dos trabalhadores Rodoviários e Conexos de Teresópolis.
- 110ª Delegacia de Polícia de Teresópolis;
- Parque Nacional da Serra dos Órgãos, focando nas questões ambientais;
- Evento jurídico teatralizado no Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Centro de Recurso Integrado ao Adolescente (CRIAAD);
- Centro de Reabilitação Kairós.

4.6. Processo Avaliativo Discente

A avaliação compreende um processo desenvolvido em momento de reflexão da ação dos atores que constituem o PPC, atividades curriculares, metodologias e interação aluno-professor. Analisa instrumentos avaliativos, respondendo às particularidades de cada componente curricular, tais como pesquisa, aulas teóricas e práticas, trabalhos cooperativos, estágios, seminários, atividades complementares e aulas integradas. Nesse conjunto de possibilidades, o currículo é flexibilizado por atividades diversificadoras, variados processos avaliativos, na busca de se repensar a prática pedagógica em todos os seus segmentos. A avaliação orienta o Projeto Pedagógico do Curso aqui proposto, enfatizando o processo e não apenas o produto e identificando o mérito ou a relevância deste.

Os objetivos do processo de avaliação do Curso de Graduação em Direito em consonância com os princípios gerais da avaliação Curricular previstos na Seção I do Capítulo III, artigos 106 a 113 do Regimento Geral do UNIFESO, são:

- Avaliar a abrangência do processo de construção do conhecimento, levando em conta as habilidades que o aluno deve apresentar.
- Utilizar instrumentos diversificados de avaliação de modo a atender situações diferenciadas de aprendizagem.

- Atentar para que o processo educativo não se limite à sala de aula.

Nesta dimensão, apontam-se como objeto do processo avaliativo o saber (conhecimento), o saber ser (atitude) e o saber fazer (competências), fazendo o aluno sujeito ativo, reflexivo e partícipe de transformação de si mesmo e do mundo à sua volta, indo ao encontro do disposto no PPPI do Centro Universitário Serra dos Órgãos de que o ensino, preferencialmente, não esteja focado apenas em uma concepção conteudística.

A avaliação do desempenho escolar dos discentes é feita por componente curricular, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Sendo o curso presencial, a frequência mínima para que o aluno obtenha aprovação é de 75% das aulas, atividades curriculares ou acadêmicas. Compreende-se por atividade acadêmica todas as atividades previstas no Plano de Curso da disciplina, inclusive as avaliações.

O registro das avaliações de aproveitamento são efetivados por graus de 0 (zero) a 10 (dez). A avaliação de desempenho discente será assim compreendida:

- **Avaliação 1 (AV1)** - avaliação de caráter formativo, contando com pelo menos 3 (três) instrumentos, com pesos definidos previamente a critério do professor – sendo que um dos instrumentos deverá adotar a forma devolutiva –, totalizando o valor de 10,0 (dez) pontos.

- **Avaliação 2 (AV2)** - um instrumento individual e presencial, aplicado como prova, com valor de 10 (dez) pontos, será composto de todo o conteúdo programático ministrado no semestre letivo e previsto no calendário estabelecido pela Coordenação do Curso de Graduação em Direito, divulgado no início do semestre letivo.

- **Nota Final (NF)** - A nota final será resultante da média aritmética simples das avaliações: primeira mais segunda, cujo somatório será dividido por dois.

$$NF = (AV1 + AV2) / 2$$

O discente que obtiver uma média aritmética igual ou maior a 6,00 (seis) está aprovado. Média final inferior a 6,00 (seis) e superior ou igual a 4,00 (quatro) dará o direito de realizar a Reavaliação de Conhecimento. Média inferior a 4,00 significa reprovação sem direito a Reavaliação de Conhecimento.

- **Segunda chamada** - No caso de falta da avaliação geral individual (AV2), o discente terá direito a segunda chamada, que será aplicada conforme calendário estabelecido pela Coordenação do Curso, com o valor de 10

(dez) pontos e nos mesmos moldes da avaliação geral. A nota da segunda chamada deverá ser divulgada no prazo máximo de 48 horas antes da data da Reavaliação de Conhecimento.

- **Reavaliação de Conhecimento (RC)** - constitui-se de uma prova escrita, individual e presencial, que contempla todo o conteúdo programático da disciplina/componente curricular em que o estudante não conseguiu aprovação. O discente que obtiver média inferior a 4,0 (quatro) na Nota Final (NF) não terá direito à reavaliação de conhecimento, sendo automaticamente reprovado. O discente que obtiver a média entre 4,0 (quatro) e 5,99 (cinco e noventa e nove) terá direito à reavaliação. Não há segunda chamada desta avaliação. A nota alcançada pelo aluno substituirá a Nota Final (NF). Se o aluno obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) estará aprovado, caso não obtenha nota igual ou superior a seis o aluno estará reprovado e deverá cursar novamente a disciplina.

- **Vista de Prova e Revisão de Resultados das Avaliações** – cabe ao professor, após a correção da prova, dar ciência dos resultados e sanar as dúvidas, contribuindo para a concretização da avaliação formativa.

A revisão de provas é concedida ao aluno que submeter requerimento específico devidamente fundamentado, de acordo com os prazos institucionalmente estabelecidos. O requerimento tempestivo e devidamente fundamentado será submetido ao professor da disciplina, conforme art. 57 do Anexo I do Regimento Geral do UNIFESO.

- **Recursos e Apelações** - O discente que obtiver resultado final de avaliação contraditório ou passível de contestação tem a possibilidade de impetrar recurso à Coordenação do Curso, por meio do Protocolo Geral, desde que seja justificado e fundamentado, conforme os prazos institucionais. O recurso será apreciado por uma banca composta por três professores, sendo um deles o da disciplina e os outros indicados pela Coordenação do Curso.

Ressalte-se que algumas disciplinas e atividades tem seu processo de avaliação ocorrendo de forma diferenciada em função de suas singularidades, como as disciplinas de *Projeto de Monografia e Trabalho de Conclusão de Curso*, bem como as atividades de *Estágio* obrigatório.

4.7 Matriz Curricular

A estrutura curricular visa atender às diretrizes curriculares em seus aspectos essenciais, tais como, conteúdos programáticos do eixo de formação fundamental (antropologia, psicologia, ética, entre outros).

No eixo de formação profissional, a preocupação se faz com o enfoque técnico-analítico, ou seja, o conhecimento e a aplicação dos diversos ramos do Direito e o seu estudo sistemático e contextualizado considerando as profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais recentes do Brasil.

No âmbito da consolidação da teoria e prática – eixo de formação prática – contemplamos uma ampliação das atividades práticas, com as Oficinas Jurídicas (desenvolvidas do 3º ao 6º períodos) e Laboratórios Jurídicos (nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos) realizadas na modalidade semipresencial, conjuntamente com os estágios.

A última alteração da estrutura curricular do Curso de Direito teve duas motivações:

A primeira é a busca pela formação conferida a seus egressos, as efetivas demandas de natureza econômica e social na região em que está inserido. Considera-se que um dos pontos essenciais para um bom atendimento das demandas existentes é uma definição adequada do perfil do egresso.

A segunda diz respeito a atender os indicadores de qualidade adotados pelo INEP na avaliação institucional e de cursos, cristalizadas no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação e Institucional. O atual instrumento traz entre seus indicadores na estrutura curricular, dentro de uma análise sistêmica e global os seguintes aspectos:

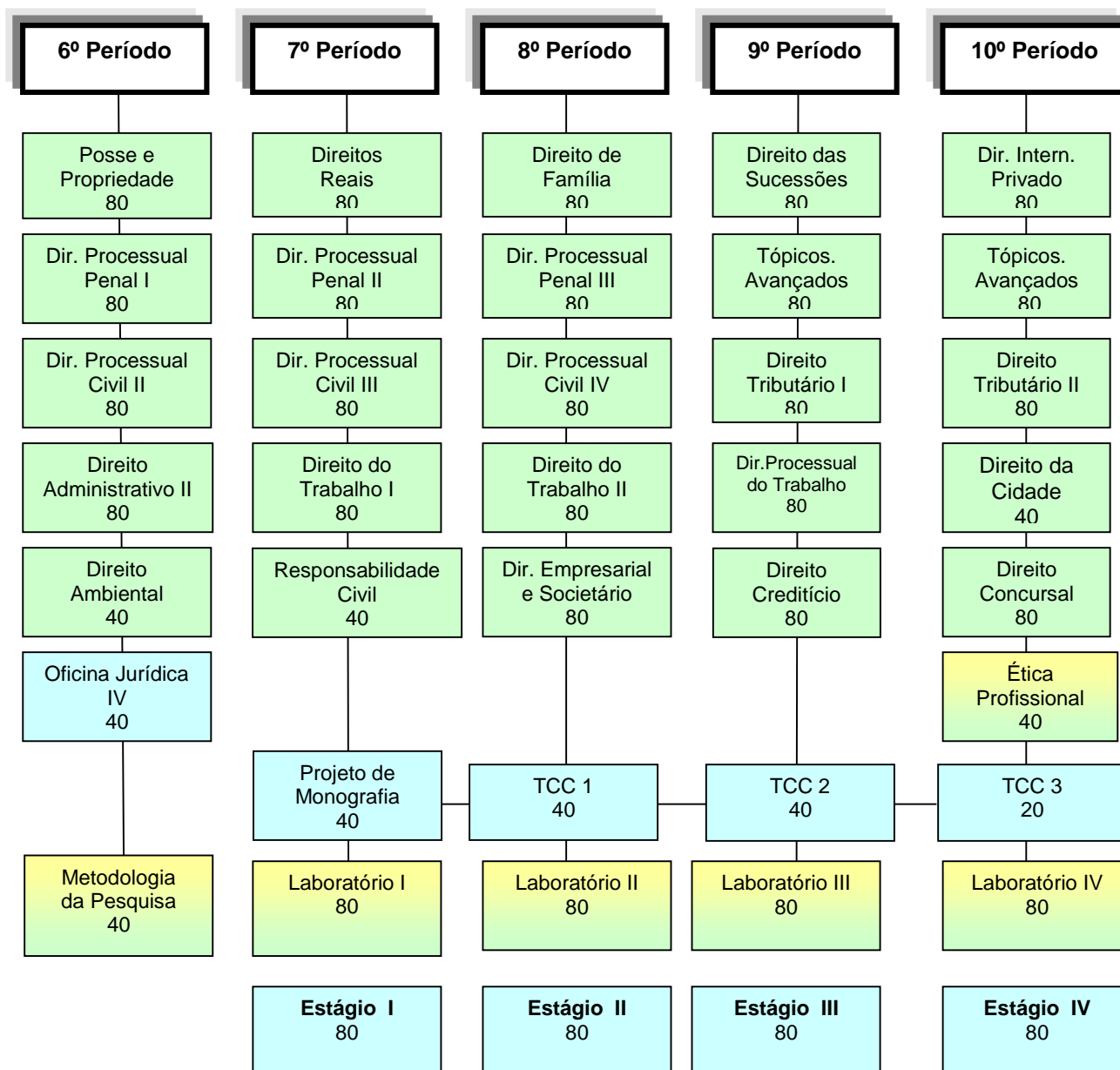
- 1) **Flexibilidade** – com as disciplinas tópicos especiais, as atividades complementares, as disciplinas optativas, os grupos de pesquisa e monitorias;
- 2) **Interdisciplinaridade** – com as disciplinas que trabalham e interagem conteúdos em comum e/ou complementares (Oficinas Jurídicas, Laboratórios e Estágios Curriculares), bem como com atividades interdisciplinares (Atividade Interdisciplinar do NPJ; Direito e Cinema; Grupos de Pesquisa). Além disso, buscando concretizar o debate de temas de forma transversal, o UNIFESO tem criado mecanismos e instrumentos que auxiliem neste objetivo como o **Núcleo de Direitos Humanos**, o **Projeto Sala Verde** e o **Humanus: Fórum Permanente de Diversidade** que constituem ações com o intuito de fomentar o debate transversal (inclusive com a participação de profissionais, professores e discentes de diferentes áreas do conhecimento).

Em síntese, as alterações curriculares introduziram inovações com a finalidade de flexibilizar a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, efetivando as orientações da legislação própria, reconhecendo a consolidação do próprio curso e adequando-se aos indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (INEP/MEC), trazendo elementos mais dinâmicos, flexíveis, com efeitos positivos ao processo ensino-aprendizagem e à formação profissional jurídica de base humanística do egresso.

Atividades	Hora Aula (50min)	Hora Relógio (60min)
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS PRESENCIAIS E SEMIPRESENCIAIS	4.440	3.700
ATIVIDADES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	-	320
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	-	200
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	-	100
TOTAL	-	4.320

Matriz Curricular

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período
Introdução ao Direito 80	Teoria Geral do Direito Civil I 80	Teoria Geral do Direito Civil II 80	Direito das Obrigações 80	Direito dos Contratos 80
Análise e Elaboração de Texto (80)	Direito Penal I 80	Direito Penal II 80	Direito Penal III 80	Direito Penal IV 80
Soc. e Antrop. Jurídicas 80	Criminologia 40	Dir. Intern. Público 80	Teoria Geral do Processo 80	Dir. Processual Civil I 80
Ciência Política 40	Teoria do Estado 80	Direito Constitucional I 80	Direito Constitucional II 80	Direito Administrativo I 80
Filosofia Geral e do Direito 80	Linguagem Jurídica 80	Ética e Teoria da Justiça 40	Psicologia Jurídica 40	Direitos Humanos 40
Economia Política 40	História do Direito 40	Oficina Jurídica I 40	Oficina Jurídica II 40	Oficina Jurídica III 40
Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade I (40)	Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade II (40)			



Legenda:

- Eixo de Formação Fundamental
- Eixo de Formação Profissional
- Eixo de Formação Prática

4.8 Avaliação Interna do Curso: Teste de Progresso e Avaliação Docente

A avaliação institucional é um processo de constante atualização e superação que pressupõe a participação intensa dos atores que integram a comunidade acadêmica-institucional balizado pelo contexto sociocultural e econômico em que a instituição está inserida, na busca por patamares superiores de qualidade.

Dentre as políticas institucionais podemos citar a CPA - Comissão Própria de Avaliação, o Programa de Autoavaliação Institucional- PAAI, implementado no UNIFESO que contempla as especificidades institucionais, as dimensões do SINAES e integra, entre outros projetos, a Avaliação do Desempenho Docente e o Teste de Progresso.

- **Avaliação do Desempenho Docente**– visa proporcionar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas, identificando fortalezas e fragilidades, bem como um maior envolvimento nas atividades do curso, nas relações e na produtividade didática e investigativa, oferecendo subsídios para a mudança positiva na atuação docente na busca pela melhoria contínua da qualidade de ensino oferecida pelos cursos de graduação do UNIFESO.

Certos de que o processo de avaliação docente deveria envolver diferentes dimensões de sua prática pedagógica e conscientes de que, além da avaliação realizada pelos estudantes, também seria de fundamental importância que o docente realizasse a autoavaliação, foi construído um processo de avaliação balizado em dois aspectos: a avaliação do docente pelo discente e a autoavaliação do docente.

Esta avaliação não representa um mecanismo de discriminação e classificação entre bons e maus professores, tampouco se apresenta como um processo de punição àqueles que obtêm resultado indesejável, mas ao contrário, apresenta-se, juntamente com os demais programas de avaliação institucional, como uma importante ferramenta de gestão acadêmica para o curso e para os próprios docentes, no sentido de aperfeiçoarem suas práticas.

Assim, o objetivo geral do programa foi avaliar o desempenho docente a partir do ponto de vista do discente e do próprio docente, visando identificar carências e oferecer subsídios para a mudança positiva na atuação docente e proporcionar a melhoria contínua da qualidade de ensino.

Através do processo de avaliação do desempenho, o docente é capaz de avaliar sua contribuição para a democratização e aprimoramento das atividades acadêmicas, diagnosticando fragilidades, potencialidades e apontando alternativas para o aprimoramento do trabalho docente.

A avaliação de desempenho docente é realizada anualmente, tendo sido implementada no curso em 2011 encontrando-se totalmente incorporada às práticas acadêmicas.

- **Teste de Progresso** – a cultura de aplicação, análise e utilização nas atividades de planejamento acadêmicas do **Teste de Progresso** é uma conquista do Centro Universitário Serra dos Órgãos/UNIFESO. Aplicado anualmente no Curso de Graduação em Direito desde 2009, tem por intenção medir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem do estudante, sem primar por uma conotação somativa, no sentido de classificar, promover ou punir os estudantes que dele participam. Apesar de seu conteúdo ser relativo à totalidade do conhecimento esperado por um estudante egresso, tem por filosofia a aplicação linear em todos os períodos do curso, propiciando, assim, que cada estudante acompanhe seu progresso em direção ao domínio dos conteúdos, habilidades e competências esperados para um profissional recém-formado.

PARTE III: ESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Capítulo V

Coordenação, Corpo Docente, Corpo Discente e Administração

5.1 A Coordenação

A coordenação do Curso de Graduação em Direito, vinculada ao Centro de Ciências Humanas e Sociais, é um órgão de coordenação didático-pedagógica e administrativa. É responsável, em particular, pelas atividades acadêmicas, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Político Pedagógico Institucional e no Projeto Pedagógico do Curso. É dirigida por um Coordenador, professor Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa, membro do Corpo Docente, designado pela Reitora do Centro Universitário Serra dos Órgãos, de acordo com o Estatuto do UNIFESO e conta, ainda, com uma Assessoria Acadêmica (exercida por docente do curso nomeada para esta atividade) e Administrativa (exercida por três funcionários, sendo um Secretário do curso de Direito e dois auxiliares administrativos). A Coordenação atua conjuntamente com o NDE – Núcleo Docente Estruturante e com um Colegiado.

São atribuições da Coordenação do Curso:

- Coordenar, orientar, acompanhar, assistir e fiscalizar as atividades e disciplinas do respectivo curso;
- Elaborar, junto aos docentes e discentes, as propostas relativas ao Projeto Pedagógico do curso;
- Organizar o trabalho docente e discente;
- Coordenar as atividades de recepção dos estudantes em ingresso, bem como sua inserção no meio acadêmico;
- Acompanhar os indicadores de qualidade do curso;
- Avaliar o desempenho didático-pedagógico dos professores;
- Promover treinamento de professores e funcionários do Curso;
- Promover cursos de extensão;
- Acompanhar o desenvolvimento das atividades práticas, inclusive aquelas realizadas em setores específicos, tais como o Núcleo de Prática Jurídica;
- Acompanhar as atividades de iniciação científica;
- Sugerir a aquisição de materiais bibliográficos e didático-pedagógicos;
- Indicar mudanças no quadro docente do Curso;
- Coordenar programas como os de estágio;

- Manter relacionamento constante com os organismos estudantis, tais como o Diretório Acadêmico e o Conselho de Representantes, no tocante às questões didático-pedagógicas;
- Substituir o Diretor de Centro, quando designado;
- Propor à Direção de Centro a designação de assessorias, ouvida a Pró-Reitoria Acadêmica;
- Exercer as funções delegadas pelo Diretor de Centro ou pelo Pró-Reitor Acadêmico;
- Apresentar relatórios anuais de atividades ao Diretor de Centro;
- Presidir as reuniões do Colegiado do Curso e do NDE.

Além dos colegiados institucionais - Conselho de Administração Superior (CAS) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), nos quais o coordenador do curso poderá vir a ser eleito, para deles fazer parte, a Coordenação do Curso participa, efetivamente, dos seguintes órgãos colegiados:

- Conselho do Centro de Ciências Humanas e Sociais se reúne mensalmente e que funciona como órgão consultivo em matéria administrativa, como órgão consultivo e deliberativo em questões ligadas ao ensino e à pesquisa e como órgão de coordenação didática do Projeto Pedagógico do curso e das atividades que compõem o Centro. Neste Conselho, existe a representação docente e discente realizada a partir de eleições gerais do Centro de Ciências Humanas e Sociais;
- Reunião dos Coordenadores de Curso, que trata de assuntos ligados à Coordenação e ao curso.

São realizadas reuniões periódicas com os docentes, com o Colegiado do Curso e com o corpo discente, presididas pelo Coordenador.

O Colegiado se caracteriza como outro órgão de importância na estrutura do curso, composto pelo coordenador de curso, pela supervisora do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e por representantes docentes e discentes eleitos conforme o regulamento do próprio Colegiado.

5.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Conselho de Centro do CCHS estabeleceu a criação das Comissões de Avaliação para os seus cursos que, a partir de 2010.2, passou a adotar a nomenclatura de Núcleo Docente Estruturante (NDE) para melhor identificação com os documentos regulatórios do Conselho Nacional de Educação. O Núcleo Docente Estruturante é composto por um conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante possui regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Centro, que define as suas atribuições e competências, tendo como principais atribuições:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Acompanhar, consolidar e atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente por meio da avaliação institucional;
- Planejar mecanismos de preparação para as avaliações externas e atividades de nivelamento;
- Colaborar na preparação do Teste de Progresso e na avaliação dos resultados.

O Núcleo Docente Estruturante objetiva também promover a política de investigação científica do Curso de Graduação em Direito e articular as monitorias dentro desse quadro de investigação, além de desenvolver as atividades complementares a serem oferecidas aos alunos, organizar as publicações do Curso, estruturar a elaboração de monografia, promover as atividades de extensão e gerenciar o acervo bibliográfico.

5.3 Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Graduação em Direito do UNIFESO é vinculado à Coordenação do Curso, tem a função consultiva, deliberativa e de assessoramento com relação às matérias e projetos pertinentes ao curso e existe para avaliar e sugerir mudanças no curso, de maneira que este acompanhe o dinamismo da vida acadêmica, a transformação do alunado e o desenvolvimento da própria sociedade.

O Colegiado do Curso de Graduação em Direito do UNIFESO, cujo regulamento foi revisto e aprovado em 05 de abril do ano de 2010, tem como integrantes: o Coordenador do Curso, como seu presidente; 10 (dez) representantes do Corpo Docente, sendo: 01 (um) como membro permanente e ocupante do Núcleo de Prática Jurídica; 07 (sete) como membros efetivos e 02 (dois) suplentes, eleitos por seus pares, todos com mandato de 02 (dois) anos; 01 (um) representante do Centro Acadêmico de Direito, indicado por seus pares.

Tantos os representantes docentes quanto discentes poderão ser reconduzidos por períodos sucessivos.

Compete ao Colegiado do Curso na forma de seu Regulamento:

- Promover a avaliação permanente do Curso, das metas e do perfil do profissional que se deseja formar, em consonância com as diretrizes fixadas no Projeto Político Pedagógico Institucional e no Projeto Pedagógico do Curso;

- Rever, periodicamente, o Projeto Pedagógico do Curso e propor que sejam feitas as devidas alterações, quando necessárias;
- Propor ao Coordenador do Curso as providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino ministrado;
- Encaminhar, por meio da Coordenação do Curso, propostas a serem discutidas no Conselho de Centro de Ciências Humanas e Sociais e na Diretoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE), conforme atribuições definidas no Regime Unificado do UNIFESO;
- A função deliberativa e normativa relacionada ao Projeto Pedagógico do Curso; aos órgãos ou funções que compõem o Curso; aos atos normativos internos, que visem estruturar ou modificar as atividades complementares, os trabalhos de conclusão de curso, a pesquisa e a publicação;

5.4 Perfil Docente

O Corpo Docente do Curso de Graduação em Direito é constituído de professores qualificados, de perfil diversificado, de formação de largo espectro e, de grande experiência acadêmica.

O Corpo Docente do Curso, na sua grande maioria de mestres e doutores, é composto de professores estritamente acadêmicos e que contribuem para a formação humanística dos alunos e por outros que, além de acadêmicos, atuam em áreas jurídicas diversas (juiz, advogado, defensor, promotor, delegado) e contribuem com uma diversidade de experiência fundamental para o nível de profissionalização dos alunos.

5.5 Corpo Discente

5.5.1 O Aluno do Curso de Graduação em Direito no UNIFESO

De acordo com o Perfil do Estudante do UNIFESO, os ingressantes do curso de Direito, em sua maioria, são moradores da cidade de Teresópolis. A média de idade dos alunos ingressantes no Curso é de, aproximadamente, 20 anos. Os alunos escolhem o Curso de Direito por aptidão, esperando, principalmente, obter sucesso profissional, melhores chances no mercado de trabalho e boa formação profissional. O nível de formação oferecido está dentro dos padrões nacionais de educação, sendo os alunos oriundos de escola pública.

5.5.2 Condições de Ingresso

O ingresso no Curso de Graduação em Direito é feito mediante processo seletivo, previsto em Edital próprio da IES. Este processo seletivo é feito por redação abrangendo os conhecimentos oferecidos até o ensino médio. Outras formas são o ingresso por transferência interna e externa, o ingresso de já graduados (reingresso de portadores de diploma de graduação), religamento de alunos afastados até 02 anos e o ingresso através do PROUNI (Programa Universidade para Todos).

5.5.3 Assistência ao Discente

Os programas de concessão de bolsas e aqueles desenvolvidos pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade (NAPPA) constituem os principais meios de proporcionar acessibilidade e fomentar maiores oportunidades aos estudantes do UNIFESO.

a) Das bolsas de estudo

O UNIFESO, ao longo dos anos, tem-se preocupado em realizar programas que justifiquem seu compromisso social com a comunidade e, através do seu Conselho Diretor, concede anualmente bolsas de estudo, cujo número é definido com base no Plano de Aplicações Financeiras.

A Reitoria aprova, após homologação pelo Conselho Diretor, e a Gerência da Secretaria Executiva do Conselho Diretor coordena todas as etapas concernentes à concessão de Bolsas de Estudo do UNIFESO. As bolsas de estudo podem ser integrais ou parciais. Os requerimentos devem ser protocolados na SEGEN, no período fixado para cada exercício. O resultado é divulgado no mês de janeiro do exercício seguinte e no caso de concessão a bolsa de estudo é concedida a partir do mês de fevereiro. As bolsas de estudo não são renovadas automaticamente, os alunos devem requerê-las anualmente, no prazo fixado.

b) Do apoio psicopedagógico

O apoio aos estudantes, em sua adaptação ao ensino superior, se faz por meio dos seguintes programas desenvolvidos pelo NAPPA:

- Programa de Acompanhamento Psicopedagógico e Psicológico;
- Programa de Recepção ao Estudante em Ingresso;
- Programa de Acessibilidade;
- Estudo do Perfil do Estudante do UNIFESO;
- Acompanhamento de Evasão.

A partir do levantamento do perfil do aluno realizado a cada semestre pelo NAPPA e pela avaliação de desempenho no vestibular, está sendo elaborada pela instituição uma política de inclusão.

5.5.4 Divulgação de Trabalhos e Produções dos Alunos e Apoio à Participação em Eventos

O Curso de Direito do UNIFESO tem uma tradição de divulgação do conhecimento através da publicação de estudos da comunidade acadêmica interna, nacional e internacional. Esta tradição foi interrompida durante algum tempo, mas está sendo retomada com a edição de periódicos próprios, bem como com a participação em congressos e publicação de trabalhos em veículos reconhecidos. Sendo assim, já existem instrumentos para que o estudante possa divulgar seus pensamentos (*Observatório Jurídico, Blog do CCHS, Revista UNIFESO*

– *Humanas e Sociais*), bem como estão em fase de implantação outros que fomentarão esta atividade (retomada dos Cadernos de Direito).

Além disso, todos os cursos da IES tem orçamento para colaborar com a divulgação de trabalhos e produções dos alunos, bem como para oferecer apoio à participação em eventos. As solicitações que são encaminhadas à Coordenação de Curso são analisadas em conjunto com a Direção do CCHS e o auxílio financeiro é liberado conforme disponibilidade orçamentária.

5.5.5 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento de egressos faz parte do projeto de levantamento do perfil do estudante do UNIFESO, elaborado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAPPA – com base em um modelo de avaliação que contempla três momentos: o *insumo*, que representa o ingresso do estudante, o acompanhamento do *processo*, que se desenvolve a partir de sua vivência acadêmica e, por fim, o *produto*, como resultado da formação profissional, o próprio egresso.

O Programa de Acompanhamento de Egressos, que se inicia com um cadastro preenchido no último período do curso, visa conhecer a trajetória de vida do estudante, sua perspectiva profissional e as possibilidades de oferta de educação continuada na instituição.

O Curso, através da Coordenação e da Supervisão de Atividades Complementares, busca desenvolver atividades que permitam a participação de egressos, procurando manter seu vínculo com a instituição, desenvolvendo atividades como cursos de extensão, eventos, ações sociais, congressos, seminários, encontros, simpósios, visitas, concursos, torneios, campanhas, palestras, entrevistas para publicar no blog do egresso institucional (site do UNIFESO), publicação de artigos, grupos de pesquisa, além de atividades complementares.

Para isto, o curso também busca manter atualizado seu banco de dados com e-mails dos egressos, com o fim de convidá-los para os eventos mencionados, além de convidá-los para participar de forma ativa, como palestrante ou organizador de eventos na IES.

Por derradeiro, através do *Blog do Egresso* – trabalho desenvolvido pelo NAPPA em parceria com os cursos – os egressos tem a oportunidade de divulgar suas conquistas e realizações, bem como de acompanhar o que seus colegas de curso e de instituição estão fazendo. Permitindo que o UNIFESO possa estimular o contato com seus ex-alunos verificando sugestões para o contínuo aperfeiçoamento de seus cursos e atividades.

Iniciativas utilizando-se das redes sociais estão também sendo utilizadas: no *Facebook* já há uma página de divulgação de informações e encontro de egressos. No caso do *WhatsApp*, ainda se encontra em fase de

planejamento a criação de grupo específico, bem como de conteúdos e metodologia de disseminação da informação para os egressos.

5.5.6 Representação Estudantil

O Centro Acadêmico do Direito (CAD) é o órgão de representação estudantil, instituído em abril de 2000. Possui estatuto próprio e tem por objetivo promover a interação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da qualidade do Curso. Participa de colegiados, como o Colegiado do Curso, com a representação de dois alunos, onde tem voz e voto, no Conselho do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), quando eleito e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

O CAD tem seus membros de Diretoria eleitos pelos alunos do Curso regularmente matriculados e com mandato de um ano.

5.6 Pessoal Técnico e Administrativo

A Coordenação do Curso de Graduação em Direito conta com a colaboração do seguinte corpo técnico administrativo:

- Um secretário e dois auxiliares administrativos que assistem o Coordenador nas atividades acadêmicas e administrativas, respondem pela documentação e arquivo da Coordenação e atendem a professores e a alunos em suas solicitações.
- Um secretário, um auxiliar administrativo e um estagiário, que assistem a Supervisora do NPJ nas atividades acadêmicas e administrativas pertinentes a este Núcleo e cuidam dos registros, documentos e pastas dos alunos do NPJ.
- Uma Assessoria Acadêmica, composta por membro do corpo docente do curso.

Capítulo VI

Espaços de Pesquisa e Prática

6.1 Pesquisa

6.1.1 Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão

A relação entre ensino, pesquisa e extensão procura orientar o ensino superior no Brasil. Embora o UNIFESO não seja uma universidade, em que a pesquisa é obrigatória, o Curso de Graduação em Direito na forma das Políticas Institucionais estabelecidas no PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional, bem como no artigo 96 do Regimento Geral do UNIFESO, busca estabelecer os primeiros passos para consolidar a atitude

investigativa como elemento de desenvolvimento de conhecimento em prol dos alunos e, por conseguinte, da sociedade.

O Curso de Graduação em Direito arregimenta esforços para estimular a pesquisa entre os professores e os alunos. Para tal meta, estimula a implementação de projetos e grupos de pesquisa com temas de interesse preferencialmente vinculados às Áreas Temáticas do Curso, bem como às linhas de pesquisa institucionais.

O Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão (PICPE) indica as linhas de pesquisa ligadas aos Centros. Desta forma, as linhas de pesquisa do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) que se vinculam ao curso de graduação em Direito, são:

- Democracia, Cidadania e Direitos Humanos;
- Abordagem transcultural dos Direitos Humanos;
- Controle Social, violência e garantias individuais;
- Direitos fundamentais e novos direitos;
- Gestão Pública;
- Políticas Tributárias e seus reflexos na gestão empresarial;
- Desenvolvimento socioeconômico;
- Ética e relações sociais.

Para a atividade de pesquisa, os docentes são incentivados por meio de atribuição de carga horária dedicada à pesquisa e tanto discentes como docentes podem receber bolsa de pesquisa institucional, concedidas por meio do PICPE (Programa de Iniciação Científica, Pesquisa e Extensão). As reuniões de trabalho são realizadas de acordo com as necessidades de cada grupo.

Além disso, como forma de incentivo, os alunos podem participar dos grupos de pesquisa e solicitar inclusão de carga horária semestral de atividade complementar, de acordo com sua efetiva participação. Os monitores também podem e são instruídos a contribuir para os grupos de pesquisa.

6.1.2 Produção acadêmica

O UNIFESO implementou, através do PDI 2013-2017, o *Programa de Apoio à Produção Docente e sua Divulgação* com o intuito de fortalecer as ações de incentivo à produção acadêmica institucionalizada e sua divulgação.

O Curso de Graduação em Direito participa de diversas ações vinculadas a este programa, dentre as quais podem ser indicadas:

- a) Mapeamento de toda a produção acadêmico-científica do curso, identificando a produção em função das linhas institucionais de pesquisa, através do Relatório Anual de Atividades;
- b) Prêmio à produtividade docente e carga horária específica vinculada à pesquisa e produção acadêmica;
- c) Criação, em 2014, do **Portal UNIFESO de Publicações Eletrônicas** (<http://revistasunifeso.filoinfo.net/>) que, através do *Sistema de Editoração Eletrônica de Periódicos (SEER)* – software desenvolvido para a construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas, recomendado pela CAPES – foi implantado para agregar todas as publicações eletrônicas do Centro Universitário Serra dos Órgãos;
- d) Publicação da **Revista UNIFESO - Humanas e Sociais** (<http://revistasunifeso.filoinfo.net/index.php/revistaunifesohumanasesociais>), publicação acadêmica com periodicidade semestral do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) – ao qual o curso de Direito está vinculado, participando do Comitê Editorial – que tem como objetivo a difusão de conhecimento na área das Ciências Humanas e Sociais. O periódico foi projetado visando alcançar, a médio prazo, a estratificação pelo sistema WebQualis.

Além destas ações, desde seu início, o Curso de Graduação em Direito demonstrou sua preocupação com a divulgação do conhecimento e a produção acadêmica através da edição de sua publicação semestral específica, o **Cadernos de Direito** (ISSN 16676-143X) que se caracteriza como uma publicação centrada na área de Ciências Sociais, com especial enfoque na área jurídica.

Destarte, este periódico foi produzido através da contribuição de profissionais de destaque no âmbito acadêmico nacional, seja na área do Direito ou em áreas afins, contando com a participação de ilustres juristas em seu Conselho Editorial, como Dalmo de Abreu Dallari, João Ricardo Dornelles, José Ribas Vieira, Luis Edson Fachin, Nilo Batista, Ricardo Pereira Lira, Roberto Fragale, dentre outros.

A publicação do periódico foi descontinuada entre os anos de 2005 e 2015. Contudo, em função da recente experiência com a publicação de periódicos através do *SEER*, já se encontra em andamento a construção dos **Cadernos de Direito** em versão on-line.

Nesta publicação há espaço para a divulgação da produção acadêmica de docentes e discentes, oriunda de diversas atividades realizadas pelo curso, além da publicação pesquisadores externos a instituição.

Por derradeiro, o curso incentiva a produção acadêmica, através do Observatório Jurídico, do Blog do CCHS e do incentivo a publicação e participação em congressos.

6.1.3 Monitoria

As atividades de monitoria tiveram sua regulamentação reformulada, por meio do Parecer CEPE 04/2005 e da Resolução CAS 06/2005. Além disso, foi elaborado um Manual de Monitoria que sintetiza as normas institucionais e as específicas para os Cursos do CCHS, criando padrões a serem utilizados nas atividades.

A monitoria na forma das políticas institucionais estabelecidas pelo PPPI e do Regimento Geral do UNIFESO em sua Seção II, artigo 73, § 3º, é uma atividade de iniciação científica e/ou de auxílio docente, coordenada e supervisionada pelo professor regente da disciplina. O monitor é indicado por processo seletivo, podendo candidatar-se à monitoria aquele que tenha Coeficiente de Rendimento Geral igual ou superior a 07 (sete). São concedidas, respeitadas as previsões orçamentárias, bolsas de estudo, a partir da publicação de editais e realização de processos seletivos.

6.2 Núcleo de Prática Jurídica

Na forma prevista no PPPI e considerando a importância da interação ensino-trabalho-comunidade e suas vantagens para a profissionalização dos estudantes em curso de graduação e de pós-graduação, as políticas de formação orientam-se pela confluência da teoria e da prática priorizando atuação em cenários reais com atores sociais (docentes, discentes e da comunidade) em interação, intervindo e modificando a realidade em consonância aos pressupostos da missão do UNIFESO.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Curso de Graduação em Direito do UNIFESO foi instituído pelo Parecer nº. 18/99 do CEP e Resolução nº. 25/99 do CAS e atende aos objetivos gerais estabelecidos no artigo 98 do Regimento Geral do UNIFESO.

Este Núcleo, cujo processo de implantação se deu a partir do segundo semestre de 2000, em âmbito do estágio não obrigatório, e no primeiro semestre de 2003, em âmbito do estágio obrigatório, é um centro de profissionalização destinado à capacitação e treinamento de seus estudantes através de atividades práticas reais e simuladas.

Pauta-se pelas políticas de estágio obrigatório e não obrigatório, obedecendo a Resolução nº. 9 do Conselho Nacional de Educação e demais legislações vigentes, bem como aos convênios celebrados entre o UNIFESO e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com o Ministério Público Federal, o CIEE, o Tribunal Regional Federal da Segunda Região, a Escola da Magistratura Federal, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dentre outros.

Ressalta-se, ainda, o credenciamento desta IES junto à Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB/RJ, para a realização simultânea do estágio obrigatório de caráter acadêmico e do estágio profissional.

Quanto ao estágio não obrigatório, inicia-se com o estudante regularmente matriculado a partir do 2º período do Curso de Graduação em Direito, propiciando a formação do mesmo para o exercício da advocacia. Tal estágio é realizado junto a vários órgãos do Poder Judiciário bem como à administração pública direta e indireta e escritórios de advocacia. O NPJ, através da realização do estágio não obrigatório, materializa uma das formas de atividades extensionistas do Curso de Graduação em Direito.

Tanto a prática do estágio obrigatório quanto a do não obrigatório assumem caráter de inserção da IES na realidade social deste município, efetivando, assim, um de seus principais objetivos institucionais.

O NPJ pauta suas ações na busca de uma formação jurídica global dos estudantes, fornecendo-lhes conhecimentos de ordem técnica e ética, visando a transmitir a vivência do Direito dentro da realidade social, inclusive àqueles que não visem o exercício da advocacia como principal atividade laborativa.

As atividades realizadas no exercício do estágio obrigatório são eminentemente práticas reais ou simuladas, através da prestação de serviços às comunidades carentes e destinam-se aos estudantes que tenham cursado 3/5 do currículo mínimo obrigatório. Tal estágio deverá ser cumprido integralmente no Núcleo de Prática Jurídica, não podendo ser substituído nem compensado por outra modalidade de estágio.

Quanto à metodologia utilizada pelo corpo docente que integra o NPJ cabe destacar, entre outras, o atendimento à população carente por meio de plantões diários, assistência de audiências, visitas a órgãos relacionados a atividades jurídicas, elaboração de peças processuais, intervenções forenses etc.

Vale ressaltar a existência de mecanismos efetivos de acompanhamento e de cumprimento da prática jurídica, através da correção mensal dos relatórios apresentados pelos estudantes, referentes a todas as atividades por eles desenvolvidas, sendo-lhes atribuída a respectiva carga horária e avaliação das mesmas.

O corpo docente do NPJ trabalha com grupos de até dez estudantes, possibilitando assim o acompanhamento e a orientação permanente no exercício do estágio obrigatório.

Quanto à prática de atuação jurídica oral, é feita quando da atuação dos estudantes nas audiências simuladas na sala do Tribunal do Júri do Curso.

Quadro Operacional do Estágio Curricular – NPJ

MATRÍCULA NO NPJ	O pré-requisito é ter cursado 3/5 do currículo mínimo obrigatório do curso de Direito.
LOCALIZAÇÃO	Rua Tenente Luiz Meirelles, nº 789, segundo andar, Várzea, Teresópolis - RJ- Tel. (21) 2743-6751.
ESTRUTURA OPERACIONAL	Coordenador do Curso Supervisor do NPJ Assistente Técnico da Supervisão Professores orientadores Estudantes matriculados no NPJ Funcionários do NPJ
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS	A média do número de alunos atendidos nos últimos três anos é de 200 por semestre.
ÁREAS ATENDIDAS	Penal (Incluindo Juizado) Trabalhista Família Cível (Incluindo Juizado)
NÚMERO DE ALUNOS POR GRUPO	Para atender a necessidade de aprendizado até dez alunos atuam em cada grupo.
ATIVIDADES EXERCIDAS NO NÚCLEO	Coordenador do Curso: coordena as atividades do estágio. Supervisor do NPJ: supervisiona, planifica, assiste, acompanha, promove e controla as atividades do Núcleo. Assessoria da Supervisão: assessora as atividades do NPJ relativamente ao estágio não obrigatório e auxilia a Supervisão. Professores Orientadores: buscam a conciliação entre as partes; orientam os estudantes na elaboração das peças processuais, na distribuição e acompanhamento dos feitos e elaboram as demais atividades pertinentes ao estágio. Os estagiários atendem e cadastram os clientes, sob a supervisão dos professores orientadores; elaboram minutas de peças processuais para serem submetidas a aprovação dos professores, realizam trabalho interdisciplinar, estudo de casos, estudo de casos em vídeo, atualidades jurídicas, audiências simuladas, audiências reais, intervenções forenses e visitas orientadas. Funcionários: atendem ao público, mantêm a organização de documentos e as condições apropriadas de trabalho.
PROFESSORES ORIENTADORES	Para atender às necessidades operacionais, o Núcleo de Prática Jurídica tem em seu quadro oito professores orientadores.
ÁREA TOTAL	A metragem total é de, aproximadamente, 250 metros quadrados. Espaço físico composto de recepção e dois banheiros para utilização do público; pequeno espaço para arquivo morto; duas salas para atendimento ao público, com um computador, duas salas com nove computadores para uso dos estagiários e professores, um gabinete para a acomodação dos professores e assistente técnica, com um computador, banheiro para os professores, escaninho para os professores. Possui ainda: gabinete do supervisor, sala de vídeo, pequena biblioteca e sala de estudo, dois banheiros para os estagiários, escaninhos para os estagiários, sala de reuniões com computador, sala de arquivo, secretaria, almoxarifado e copa.
ATOS REGIMENTAIS	Portaria número 18/99 – CEPE Resolução 25/99 – CAS. Regulamento Geral do Estágio Obrigatório – Parecer CEPE: 28/10. Resolução CAS: 27/10.

Capítulo VII

Bibliotecas e Instalações Físicas

7.1 Bibliotecas

A Biblioteca Central e as setoriais do Campus Paraíso, Unidade Pró-Arte e HCTCO formam o conjunto de Bibliotecas do UNIFESO. Compete ao setor toda a preparação técnica, disposição do acervo bibliográfico,

tratamento da informação e consequente suporte informacional aos usuários – alunos, professores, pesquisadores e funcionários – como também à comunidade em geral. Todo o acervo é tratado tecnicamente segundo a Classificação Decimal Dewey, o código de catalogação internacional AACR2 e as normas da ABNT.

7.1.1 Publicações Avulsas

O acervo de publicações avulsas é composto por livros, obras de referência, teses, literaturas, monografias, manuais, entre outras, disponíveis em base de dados institucional, apresentando um total de 23.655 títulos e 52.475 exemplares. O Curso de Graduação em Direito conta com aproximadamente 3.933 títulos e 9.831 exemplares.

7.1.2 Publicações Periódicas

O acervo de publicações periódicas é composto por jornais de grande circulação, revistas científicas, técnicas e informativas, boletins, anais, entre outras. O UNIFESO mantém assinaturas correntes de diversos títulos, assim como contato com outras instituições para intercâmbio por doação ou permuta. O acervo geral apresenta 58.262 fascículos, sendo direcionados para o Curso de Graduação em Direito os seguintes títulos:

TÍTULO	Local
Boletim IBCCRIM	Biblioteca Central
Revista de Direito Ambiental	Biblioteca Central
Revista de Direito Constitucional e Internacional	Biblioteca Central
Revista de Direito do Consumidor	Biblioteca Central
Revista de Direito Privado	Biblioteca Central
Revista dos Tribunais	Biblioteca Central
Revista Forense	Biblioteca Central
Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária	Biblioteca Central
Revista LTr : legislação do trabalho	Biblioteca Central
Revista IBDFAM - Famílias e sucessões	Biblioteca Central
Diário Oficial do Rio de Janeiro - Federal	NPJ
Revista de Processo	NPJ
Revista Síntese Direito de Família	NPJ

Acesso online:

1. **Arizona Law Review** - <<http://www.arizonalawreview.org/>>
2. **ActaUniversitatisDanubius.Juridica** -<<http://journals.univ-danubius.ro/index.php/juridica>>
3. **American University Law Review** -<<http://www.aulawreview.org/>>
4. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo** - <<http://www.saber.ula.ve/relacionesinternacionales/>>

7.1.3 Bases de Dados

O Sistema de Bibliotecas do Centro Universitário Serra dos Órgãos possui material virtual para acesso remoto que serve a todos os cursos:

A. Base de dados EBSCO HOST (AcademicSearchPremier)

Esta base de dados multidisciplinar fornece o texto completo de mais de 4.600 periódicos, incluindo texto completo para praticamente 3.900 títulos analisados por especialistas. Os arquivos em PDF datam de 1975 ou mais e estão disponíveis para mais de centenas de periódicos. Além disso, são fornecidas referências citadas pesquisáveis para mais de mil títulos.

B. Livros digitais – Portal “Minha Biblioteca”

A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Atlas, Grupo GEN e Saraiva. Essas editoras se uniram para oferecer às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet através da chamada computação nas nuvens. Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

7.1.4 Multimídia

O acervo de multimídia é composto de CDs, CDRs, fitas VHS, DVDs e outros materiais destinados à pesquisa acadêmica. Atualmente oferece cerca de 1.500 títulos e 1.950 exemplares, sendo 38 títulos e 61 exemplares voltados exclusivamente para o Curso de Graduação em Direito.

7.1.5 Comutação Bibliográfica

As Bibliotecas dispõem de serviços de comutação bibliográficas, ou seja, caso o usuário necessite de algum artigo que não está disponível em nosso setor, poderá localizá-lo em outras bibliotecas de todo o país. A busca e aquisição podem ser feitas por meio dos programas COMUT, SCAD e RIMA, diretamente no Setor de Periódicos da Biblioteca Central, localizada no Campus Sede, ou na setorial do Campus Paraíso.

7.1.6 Instalações e Serviços

Bibliotecas

Entre as bibliotecas, há uma vinculada ao poderpúblicomunicipal e existem duas do UNIFESO, estas integradas a um sistema de bibliotecas comatendimento nos vários campi da instituição e no Hospital das Clínicas de TeresópolisConstantinoOttaviano – HCTCO. A Biblioteca Municipal, aberta à comunidade, dispõe de um acervo com cerca de 12.000 exemplares. As bibliotecas do UNIFESO, comacervo aproximado de 43.000 exemplares, embora especificamente destinadas parao seu corpo docente e discente, são também

abertas à comunidade Destaque-seo peso histórico das aproximadamente 8.000 obras que pertenceram ao Dr. MiguelCouto, figura renomada do meio médico, doadas à FESO por sua família.

▪ **Biblioteca Central**

Av. Alberto Torres, 111

Alto – Teresópolis – RJ

Tel. (21) 2641-7011 / 2641-7043

E-mail: biblioteca@unifeso.edu.br

periodicos@unifeso.edu.br

- Atendimento informatizado;
- Livre acesso ao acervo;
- Área física com 1.453,76 m²;
- 280 lugares;
- 15 salas de estudo em grupo;
- Sala de audiovisual com TV, vídeo e DVD;
- Sala de informática com 12 computadores para acesso à Internet;
- Acesso remoto às publicações do acervo;
- Reserva on-line;
- 05 terminais para consulta ao acervo;
- Ar condicionado;
- 18 bancadas para estudo individual com pontos de rede e energia;
- Atende diretamente aos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Ciência da Computação;
- Orientação aos usuários nas pesquisas acadêmicas;
- Orientação aos usuários na normatização de trabalhos acadêmicos;
- Fontes de energia e pontos de rede para computadores pessoais;
- Atende indiretamente aos cursos de Pedagogia, Fisioterapia e Veterinária, assim como à comunidade em geral.

Horário de Funcionamento: 2^a a 6^a, das 8h às 23h;

Sábados, das 8h às 14h.

▪ **Biblioteca Setorial Quinta do Paraíso**

Estrada Venceslau José de Medeiros s/nº.

Vale do Paraíso – Teresópolis – RJ

Tel. (21) 2743-5305

E-mail: bibliotecaparaiso@unifeso.edu.br

- Sala de leitura com 30 lugares;
- 02 salas de estudo em grupo com 16 lugares;
- Livre acesso ao acervo;
- Atendimento parcialmente informatizado;
- Área física com 233,46 m²;
- 03 bancadas para estudo individual com pontos de rede e energia;
- Orientação aos usuários nas pesquisas acadêmicas;
- Sala de vídeo com 25 lugares;
- Sala de Informática com 05 computadores para acesso à Internet;
- Acesso remoto às publicações do acervo;
- 01 terminal para consulta ao acervo
- Atende diretamente aos cursos de Fisioterapia e Medicina Veterinária;
- Atende indiretamente aos cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Ciência da Computação e à comunidade em geral.

Horário de Funcionamento: 2ª a 6ª, das 8h às 17h30min;

Sábados, das 8h às 12h.

▪ **Biblioteca Setorial Pró-Arte**

Rua Gonçalo de Castro, 85

Alto – Teresópolis – RJ

Tel. (21) 2642-3960 – ramal

E-mail: bibiproarte@unifeso.edu.br

- Sala de leitura com 25 lugares;
- Sala de estudo em grupo com 40 lugares;
- Área física: 248,30 m²;
- Acesso restrito ao acervo;
- Atendimento parcialmente informatizado;
- 03 terminais de computadores com acesso à Internet;
- Acesso remoto às publicações do acervo;
- 04 pontos de energia e pontos de rede para computadores pessoais;
- Atende diretamente o Curso de Pedagogia;
- Atende indiretamente aos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia, Medicina Veterinária, Fisioterapia, Ciência da Computação e à comunidade em geral.

Horário de Funcionamento: 2ª a 6ª, das 16h às 22h;

Sábados, das 8h às 14h.

▪ **Biblioteca Setorial do HCTCO**

Av. Delfim Moreira, 2211

Vale do Paraíso – Teresópolis – RJ

Tel. (21) 2741-4900 – ramal 264

Email: biblioteca.hctco@unifeso.edu.br

- Área física com 28,00 m²;
- 18 lugares para estudo;
- Acesso restrito ao acervo;
- Atendimento parcialmente informatizado;
- 03 terminais de computadores com acesso à Internet;
- Acesso remoto às publicações do acervo;
- Atende diretamente ao Curso de Medicina e Enfermagem;
- Atende indiretamente aos cursos de Odontologia, Medicina Veterinária e Fisioterapia.

Horário de Funcionamento: 2^a a 6^a, das 8h às 17h.

7.2 Instalações Físicas do Curso de Graduação em Direito

O Curso de Graduação em Direito conta, atualmente, com dois espaços físicos: o espaço geral do Curso e o espaço específico do NPJ. Os dois espaços dispõem de instalações adequadas às necessidades das atividades acadêmicas e administrativas.

A Coordenação do Curso de Graduação em Direito encontra-se localizada no sexto andar do Prédio Flávio Bortoluzzi de Souza do Campus Sede, Antônio Paulo Capanema de Souza, do UNIFESO. Dispõe de, aproximadamente, 1000m², com a sala da coordenação do Curso, a sala da secretária da coordenação, a sala do Núcleo Docente Estruturante (NDE), a sala de professores e reuniões, copa e banheiro privativo de professoras. No mesmo andar encontram-se ainda: sala de laboratório jurídico (seminário e sala de vídeo), sala de gabinetes de orientação, sala de monografia e oratória, sala de grupos de pesquisa, auditório e a sala do Tribunal do Júri.

O curso conta com vinte salas adequadas para o número de alunos. Dispõe, ainda, de recursos de informática necessários ao andamento dos trabalhos acadêmicos e administrativos. O prédio que sedia a coordenação, sala do tribunal do júri e coordenação do curso de direito teve sua pedra fundamental lançada a 22 de maio de 2001 pelos Professores Dr. Dalmo de Abreu Dallari e Luiz Roberto Barroso, além das autoridades acadêmicas e do corpo docente da época.

No NPJ, com aproximadamente 250m², conta-se com amplas instalações: possui gabinete do supervisor, gabinete dos professores-orientadores, sala para aula em vídeo, sala para acomodação da secretaria, recepção, dependências sanitárias, copa, sala de reuniões, biblioteca, sala de arquivo, sala de estudo, sala com computadores conectados em rede com acesso a internet, que possibilita aos estagiários acesso ao banco de dados de jurisprudência, bem como ao cadastro de processos da Justiça Estadual e Federal e do Trabalho através da Internet. A utilização da informática para acompanhamento do andamento dos processos, para a elaboração de peças processuais, para cadastramento de clientes, processos e estagiários, torna mais eficaz e célere a realização de todo o trabalho jurídico, didático e assistencial prestado pelo NPJ, sempre acompanhados por um professor orientador.

Além destes espaços físicos, o Curso de Graduação em Direito, conforme quadro abaixo, conta, atualmente, com o apoio de uma infraestrutura geral para os cursos desta IES.

Infraestruturade Apoio

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CAPACIDADE
SALAS DE AULA	20	1.200 ALUNOS

COORDENAÇÃO E SEXTO ANDAR

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CAPACIDADE
GABINETE	01	
SECRETARIA	01	
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	01	
SALA DE PROFESSORES	01	
COPA	01	
SALA DE LABORATÓRIO JURÍDICO	01	40
SALA DE GABINETES DE ORIENTAÇÃO	06	12
SALA DE MONOGRAFIA E ORATÓRIA	01	40
SALA DE GRUPOS DE PESQUISA	01	40
AUDITÓRIO E TRIBUNAL DO JÚRI	01	80
BANHEIROS	03	

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CAPACIDADE
SALAS PARA GRUPOS	02 COM 04 BOX	48 LUGARES
SECRETARIA	01	6 lugares
GABINETE	01	
SALA DE VÍDEO	01	12 lugares
SALA DE PROFESSORES	01	2 lugares
BANHEIRO	05	
COPA/ COZINHA	01	
ALMOXARIFADO	01	
BIBLIOTECA	01	4 lugares
SALA DE ESTUDO	01	12 lugares
SALA DE REUNIÕES	01	9 lugares
ARQUIVO	01	
ARQUIVO MORTO	01	
RECEPÇÃO	01	16 lugares
SALA DE COMPUTADORES	01	15 computadores

SAD

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CAPACIDADE
ATENDIMENTO DOCENTE	01	
SALA DE PROFESSORES	01	
SALA DE MULTIMÍDIA A	01	88 LUGARES
SALA DE MULTIMÍDIA B	01	80 LUGARES
SALA DE VÍDEO	01	44 LUGARES
AUDITÓRIO	01	250 LUGARES
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	05	174 ALUNOS
BANHEIROS (PRED. AFIF FARAH).	02 POR ANDAR	10 MASC - 10 FEM
BANHEIROS (PRED. CENTENÁRIO)	02 POR ANDAR	08 MASC – 8 FEM
BANHEIRO P/DEFICIENTE (PRED. AFIF FARAH).	02 POR ANDAR	02 MASC – 2 FEM
GINÁSIO DE ESPORTE		336 m ²

ANEXO I

Ementário e Bibliografia do curso de Graduação em Direito

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO – 2016

1º PERÍODO

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: A Ciência Política no contexto das Ciências Sociais. Conceito de política e moral. Ética e política. Fundamentos do pensamento político moderno. Legalidade e legitimidade do poder político. Democracia e Cidadania. Escola Política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) COSTA, Nelson Nery. **Ciência política**. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

(recurso on-line) DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) REALE, Miguel. **Política e direito**. São Paulo: Saraiva, 2006.

(recurso on-line) CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Política sistema jurídico e decisão judicial**. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) CALQUETTE, Ana Cláudia Silva; SIQUEIRA NETO, José Francisco. (Orgs.). **60 Desafios do direito: política, democracia e direito, V.3**. São Paulo: Atlas, 2013.

WEFFORT, Francisco Correa. **Os Clássicos da Política**. 7ª ed. [s.l.]: Ática, 1998.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Elementos para uma crítica do estado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1990.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores; 21).

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 12ª ed. Brasília: UNB, 2004.

DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje: Ideias, debates, questões**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ARISTÓTELES. **A política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: O pensamento econômico na Antiguidade; A evolução das ideias econômicas na Idade Média; A ética protestante e o espírito do capitalismo; A Economia como ordem natural; A economia política clássica; Socialismo e Economia; Keynes e a evolução da macroeconomia; Globalização e internacionalização da economia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) VICECONTI, Paulo e NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) SAES, Flávio Azevedo Marques de. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FEIJÓ, Ricardo. **História do Pensamento Econômico: De Lao tse a Robert Lucas**. São Paulo: Atlas, 2001.

HUBERMAN, Leo; DUTRA, Waltensir; GUERRA, Marcia. **História da riqueza do homem: [Do Feudalismo ao Século XXI]**. 22 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 2 ed. São Paulo, 2001.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) MARQUES, Rosa Maria. **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2009.

(recurso on-line) TIMM, Luciano Benetti (Org.). **Direito e economia no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 15ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações: princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores; 28).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOUZA, Nali de Jesus. **Curso de economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 1998.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamiron Santana; BRIGNOLI, Hector Perez. **História econômica da América Latina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO JR., Hilário; CHACON, Paulo Pan. **História econômica geral**. São Paulo: Atlas, 1987.

OSER, Jacob; BALNCHFIELD, William C. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.

MELO FILHO, Murilo. **O milagre brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

Disciplina: INTRODUÇÃO AO DIREITO

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Acepções da palavra Direito. Norma Jurídica. Teoria Tridimensional do Direito. Aquisição, modificação e extinção dos Direitos. Relação Jurídica. Fato Jurídico. Negócio Jurídico. Ato ilícito. Personalidade e capacidade Jurídica. Lacunas e fontes do Direito. Lei de introdução às normas de Direito brasileiro. Eficácia da lei no tempo e no espaço. Hermenêutica e interpretação do Direito. Meios alternativos de pacificação social. Novos Direitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso físico e on-line](#)) FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação** São Paulo: Atlas, 2007.

([recurso físico e on-line](#)) REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso on-line](#)) MASCARO, Alysson Leandro Barbate. **Introdução ao estudo do direito**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso on-line](#)) POLETI, Ronaldo. **Introdução ao direito**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

([recurso físico e on-line](#)) NUNES, Rizatto. **Manual de introdução ao estudo do direito: com exercícios para sala de aula e lições de casa**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FULLER, Lon L. **O caso dos exploradores de cavernas**. Porto Alegre: Fabris, 1976.

SOUSA JR., José Geraldo de. **Para uma crítica da eficácia do direito: anomia e outros aspectos fundamentais**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1984.

Disciplina: SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA JURÍDICA

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: A Sociologia e o Direito. Conceitos sociológicos fundamentais e suas conexões com o Direito. A sociologia como instrumento de atuação profissional. A Sociedade e o Direito. A pesquisa em Sociologia Jurídica. Abordagem sociológica do sistema jurídico. A norma jurídica e a efetividade social. Legitimação formal e material do direito. Judicialização das relações sociais e o processo de democratização brasileira. Cultura e identidade brasileira: história e cultura afro-brasileira e indígena. Política de afirmação: cotas para grupos vulneráveis. Minorias étnicas (afro-brasileiros e indígenas).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) DIAS, Reinaldo. **Sociologia do direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social**. 2ª ed.. São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso on-line](#)) SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. 6ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim; WERNECK, Alexandre. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MACHADO NETO, Antonio Luís. **Sociologia jurídica**. 6.ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

([recurso on-line](#)) FARIA, José Eduardo. **Sociologia jurídica: direito e conjuntura**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

([recurso on-line](#)) SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOUDON, Raymond. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. **Sociologia aplicada ao direito**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

COLAÇO, Thais Luzia. **Elementos de antropologia jurídica**. 2ª ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

COSTA, Cristina. **Sociologia – Introdução à ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

LACOMBE, Marcelo Santos Masset. **De pasárgada à Quinta Lebrão: favela, sociedade e direito**. São Paulo: Publit Soluções Editoriais, 2006. (Coleção Feso/ Série Pesquisas).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7.ed.rev.ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

LEVY-BRUHL, Henri. **Sociologia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

MORAIS, Regis de. **Sociologia jurídica contemporânea**. Campinas: Edicamp, 2002.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

SOUTO, Cláudio. **Sociologia do direito: uma visão substantiva**. 2.ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

TREVES, Renato. **Sociologia do direito: origens pesquisas e problemas**. 3ª ed. São Paulo: Manole, 2004.

Disciplina: ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE TEXTO

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: A linguagem e a atividade social: práticas dialógicas e enunciativas. A textualidade: do espaço social de exercício interpretativo e produção de sentido ao evento discursivo e contextualizado. A literatura como ferramenta crítica de estudo dos processos hermenêuticos, argumentativos e do discurso jurídico. Estratégias discursivas e argumentativas nas modalidades da oralidade e escrita forense. Tipologias e gêneros textuais. Plágio e idoneidade intelectual. Normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MASIP, Vicente. **Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

(recurso on-line) DAMIÃO, Regina Toledo. **Curso de português jurídico**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) FETZNER, Néli Luiza Cavalieri. **Lições de argumentação jurídica: da teoria à prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PIMENTEL, Ernani. **Gramática pela prática**. Brasília: Vestcon, 2013.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 10.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NÓBREGA, Maria Helena da. **Estratégias de comunicação em grupo: como se apresentar em eventos empresariais e acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) FREITAS, Martinho Marcos de. **Português: bases gramaticais para a produção textual**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

(recurso on-line) MACEDO JR., Ronaldo Porto. **Direito e interpretação: racionalidades e interpretação**. São Paulo: Saraiva, 2001.

(recurso on-line) SABBAG, Eduardo. **Português jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Lições de linguagem jurídica: da interpretação à produção do texto.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de dificuldades da língua portuguesa.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2013.

ABREU, Antônio Suárez. **Curso de redação.** 12ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico.** 27ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. **A técnica da comunicação humana.** 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** 4ª ed. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 21ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

Disciplina: FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: O discurso filosófico: o advento da filosofia na cultura grega; retórica e argumentação. Filosofia e ética: virtudes e regras. Filosofia e Política: liberdade e igualdade. As concepções de justiça no pensamento antigo e moderno. A superação do jusnaturalismo pelos positivismos jurídicos e pela codificação do Direito. A superação do positivismo nos domínios teórico e decisivo: a tridimensionalidade do direito e a ponderação entre princípios. Temas contemporâneos: Direito e Justiça. Direito e poder. Direitos Humanos e questões étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

(recurso físico e on-line) BITTAR, Eduardo e ALMEIDA, Guilherme. **Curso de Filosofia do Direito.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.

(recurso físico e on-line) REALE, Miguel. **Filosofia do direito.** 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FULLER, Lon F. **O Caso dos Denunciantes Invejosos:** introdução prática às revelações entre direito, moral e justiça. São Paulo, SP: R T, 2003.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Cinco lições de filosofia do direito.** 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. 12. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) ZIPPELIUS, Reinhold. **Filosofia do direito.** São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) RACHELS, James. **Os elementos da filosofia moral.** 7ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

(recurso on-line) PISSARRA, Maria Constança Peres e FABBRINI, Ricardo Nascimento (Orgs.). **Direito e Filosofia:** a noção de justiça na história da filosofia. São Paulo: Atlas, 2007.

(recurso on-line) MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Ensaio de teoria do direito**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARENDT, Hannah; ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1999.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Para entender Kelsen**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001

COELHO, Luiz Fernando. **Fumaça do bom direito**: ensaios de filosofia e teoria do direito. Curitiba, PR: Bonijuris, 2011.

DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje**: Ideias, debates, questões. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINEZ, Soares. **Filosofia do direito**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 1995.

REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2003

Disciplina: Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade I - Ambiente Virtual de Aprendizagem
(modalidade semipresencial)

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: Transformação histórica dos conceitos e valores dos direitos humanos. Características conflitivas dos direitos humanos nas sociedades plurais. Educação dos direitos humanos e cultura democrática. Arte e educação crítico-sensível dos direitos humanos. Direitos humanos, sustentabilidade e gerações futuras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRANDÃO, Cláudio. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, c2014.

SATO, Michèle. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANM, Martha Ochsenhofer. **Ética e Direito: uma perspectiva integrada**. São Paulo: Atlas, 2009.

EDUCAÇÃO ambiental: abordagens múltiplas. 2. Porto Alegre Penso 2012.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos humanos das mulheres e a comissão interamericana de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

- KOHN, Ricardo. **Ambiente e sustentabilidade**: metodologias para gestão. Rio de Janeiro LTC 2015.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de direitos humanos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- NEVES, Thiago Ferreira Cardoso. **Direito & justiça social**: por uma sociedade mais justa, livre e solidária: estudos em homenagem ao Professor Sylvio Capanema de Souza. São Paulo: Atlas, 2013.
- RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SOUZA, Nelson Mello e. **Educação ambiental**: dilemas da prática contemporânea. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.
- TOZONI REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2 ed. rev. Campinas: Autores Associados, c2008.

2º PERÍODO

Disciplina: CRIMINOLOGIA

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Conceito, fundamentos e objeto da Criminologia. Sistemas de controle e desenvolvimento da Criminologia. História do pensamento criminológico. Evolução pré-científica do pensamento criminológico. Iluminismo e suas repercussões no pensamento criminológico. Positivismo e criminologia científica. Escolas sociológicas do delito. Teorias do consenso e do conflito. Pensamento criminológico contemporâneo. Crítica criminológica e marxismo. Abolicionismo penal. Reduccionismo, minimalismo ou garantismo penal. Repressão. Políticas de “lei e ordem” e expansionismo penal. Direito penal simbólico. A Criminologia da planificação social. Criminalização e questões étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- [\(recurso on-line\)](#) SÁ, Alvin Augustus; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Orgs.). **Criminologia e os problemas da atualidade**. São Paulo: Atlas, 2008.
- [\(recurso on-line\)](#) CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BARATTA, Alessandro; SANTOS, Juarez Cirino dos. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Revan, 1999. (Pensamento criminológico; 1).
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2 ed.rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999 .
- LOÏC, Wacquant; LAMARÃO, Sérgio. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]. 3. ed. [rev. e ampl]. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- [\(recurso on-line\)](#) MENDES. Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) MASSON, Cleber. **Código Penal comentado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

ALMEIDA, Gevan de Carvalho. **Modernos movimentos de política criminal e seus reflexos na legislação brasileira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos pensamentos criminológicos**. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BATISTA, Nilo. **Matrizes Ibéricas do sistema penal brasileiro - I**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. (Coleção pensamento criminológico)

CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de criminologia**. 8ª ed. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

CARVALHO, Salo. **Pena e garantias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade**. São Paulo: IBCCRIM, 2008.

COSTA, Álvaro Mayrink da. **Raízes da sociedade criminógena**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

DE GIORGI, Alessandro; LAMARÃO, Sérgio. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e segurança (entre pombos e falcões)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DOTTI, René Ariel. **Bases e alternativas para o sistema de penas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRAGOSO, Christiano. **Repressão penal da greve: uma experiência antidemocrática**. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**. São Paulo: Método, 2004.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Máximo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

RUSCHE, Georg. **Punição e estrutura social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. (Coleção pensamento criminológico)

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Disciplina: DIREITO PENAL I

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Fundamentos do direito penal. História do direito penal. Teoria da lei penal: norma penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Imunidades. Teoria geral do crime: conceito de crime; teorias da ação; causas de ausência de ação; tipicidade; estrutura do tipo nos crimes comissivos e omissivos; estrutura dos crimes dolosos, culposos e preterdolosos. Nexo causal. Etapas de realização do delito: Consumação; Tentativa;

Desistência Voluntária; Arrependimento Eficaz; Arrependimento Posterior; Crime Impossível. Ilicitude: causas de justificação da conduta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(**recurso on-line**) JUNQUEIRA, Gustavo. **Manual de Direito Penal: parte geral**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(**recurso físico e on-line**) MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquematizado: parte geral**. Vol. 1. 7ª ed. São Paulo: Gen/Método, 2013.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 15.ed. rev. ampl e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal**. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(**recurso on-line**) BRANDÃO, Claudio. **Curso de direito penal: parte geral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

(**recurso on-line**) MASSON, Cleber. **Código Penal comentado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(**recurso físico e on-line**) CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: Parte geral**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(**recurso físico e on-line**) BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral**, vol.1. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Juarez Cirino. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

ZAFFARONI, Eugênio Raul & PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral**. 10ª ed. rev. atual. São Paulo: RT, 2013.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. 8.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2011.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2ª ed. São Paulo: RT, 1997.

QUEIROZ, Paulo Cezar. **Funções do Direito Penal: Legitimação versus deslegitimação do sistema penal**. São Paulo: Editora Del Rey, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Direito penal brasileiro. V. 1**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Disciplina: HISTÓRIA DO DIREITO

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Estudo da dimensão histórica do Direito, especialmente do Direito brasileiro, com ênfase no processo de afirmação dos direitos humanos. História natural e História social: as primeiras civilizações e os monumentos jurídicos da antiga civilização oriental e clássica. A redescoberta do direito romano na Idade Média e a Carta Magna; o Direito Ibérico e sua aplicação no Brasil colônia. Brasil Império: a Constituição de 1824 e as primeiras codificações. O Direito no Brasil República e as Constituições republicanas. As codificações brasileiras no século XX e as reformas dos códigos. O ensino jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) BITTAR, Eduardo C. B. (Org.). **História do Direito Brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do direito geral e Brasil**. s.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de história do direito**. 8ª ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história: lições introdutórias**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **História constitucional do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**. 13.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) BRANDÃO, Cláudio. **História do direito e do pensamento jurídico em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2012.

(recurso físico e on-line) WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CICCO, Cláudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 3.ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2007.

GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

PINHEIRO, Ralph Lopes. **Historia resumida do direito**. 6.ed. Rio de Janeiro: Thex, 1997.

CERQUEIRA, Marcello. **Cartas Constitucionais: Império, República e Autoritarismo – ensaio, crítica e documentação**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

MARKY, Thomas. **Curso elementar de direito romano**. 8.ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 1995.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. **Lições de história do direito**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Disciplina: TEORIA DO ESTADO

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Teoria do Estado e Direito Constitucional. A noção de Estado sob a perspectiva histórico-jurídica. O conceito político e jurídico de Estado. Formas de Estado, formas de governo e sistemas de governo. A personalidade jurídica do Estado. Regimes políticos e Democracia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) PINTO, Kleber Couto. **Curso de teoria geral do estado: fundamento do direito constitucional positivo**. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 24. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. vls. I e II. Brasília: UNB, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe: escritos políticos**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de teoria geral do estado e ciência política**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

(recurso on-line) CUNHA, Alexandre Sanches. **Teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) REALE, Miguel. **Teoria do direito e do estado**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

(recurso on-line) RAMOS, Flamarion Caldeira. **Manual de filosofia política para os cursos de teoria do estado e ciência política, filosofia e ciências sociais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 5.ed. Coimbra: Almedina, 2002.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do estado**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **História constitucional do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CIOTOLA, Marcello. **Os atos institucionais e o regime autoritário no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEAL, Rogério Gesta. **Teoria do estado: cidadania e poder político na modernidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores; 14).

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SIEYES, Emmanuel Joseph. **A Constituinte burguesa: que é o terceiro estado?**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

VIEIRA, José Ribas. **Teoria do estado: a regulação jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Reflexões: política e direito**. 3.ed.rev.ampl. Malheiros, 1998.

Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Objeto e classificação das matérias do Direito Civil. Raízes históricas. O Código Civil. Direito objetivo. Norma jurídica. Teoria das relações Jurídicas. Direitos subjetivos. Direito intertemporal. Direito interespacial. Interpretação da lei. Direito Personalíssimo e as questões étnico-raciais. Pessoa natural. Pessoas jurídicas. Domicílio. Bens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: parte geral, V. 1**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso físico e on-line) GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil. Vol 1: parte geral**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol 1**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol 1** São Paulo, Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado, V. 1: parte geral. Obrigações e contratos (parte geral)**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) TARTUCE, Flávio. **Direito Civil 1 – Lei de Introdução e Parte Geral**. São Paulo: Gen Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Vol 1**. Rio de Janeiro, Forense, 2008.

(recurso físico e on-line) MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil. Vol .1**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. São Paulo: Atlas, 2007.

CHAVES, Cristiano e ROSENVALD, Nelson. **Direito Civil – Parte Geral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

Disciplina: LINGUAGEM JURÍDICA

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Competência linguística na expressão do raciocínio lógico em variados contextos e modalidades técnico-jurídicos. Percursos gerativos e interpretativos de variados gêneros de discurso jurídico. Lógica e a Argumentação. Argumentação persuasória. Discurso jurídico. Teorias da Argumentação Jurídica. Registro culto da língua aplicado às exigências da prática forense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem jurídica e argumentação: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

(recurso on-line) FETZNER, Néli Luiza Cavalieri. **Lições de argumentação jurídica: da teoria à prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso on-line) MACEDO JR., Ronaldo Porto. **Direito e interpretação: racionalidades e interpretação**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DAMIÃO, Regina Toledo e Henriques, Antonio. **Curso de português jurídico**. São Paulo Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Português forense: língua portuguesa para curso de direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no direito: linguagem forense**. 15.ed. rev. aum. São Paulo: Forense, 2004.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Latim no direito**. 5. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1996.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 27 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Lições de linguagem jurídica: da interpretação à produção do texto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso on-line) JUST, Gustavo. **Interpretando as teorias da interpretação**. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso físico e on-line) ATIENZA, Manuel. **As razões do direito: teorias da argumentação jurídica**. São Paulo: Landy, 2003.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DUARTE, Écio Oto Duarte. **Teoria do discurso e correção normativa do direito: aproximação à metodologia discursiva do direito**. São Paulo: Landy, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

ALVES, Alaôr Caffé. **Lógica: pensamento formal e argumentação**. 3.ed. São Paulo: Quartier Latim, 2003.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. 2.ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 1997.

FELIPE, Donaldo J. **Terminologia latina forense: do latim para o português**. 4ª ed. Campinas: Peritas, 1997.

**Disciplina: Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade II - Ambiente Virtual de Aprendizagem
(modalidade semipresencial)**

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: Ressignificação de conceitos relativos à cultura afro-brasileira e à indígena. Diversidade cultural brasileira: construção de uma visão mais humanizada e concreta sobre suas origens e principais elementos que a compõem. Nova percepção de um Brasil inter e multicultural. Conflitos socioambientais: relações de

dominação e subjugação tendo, como cenário principal, a posse da terra e a exploração desenfreada dos recursos naturais do país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EDUCAÇÃO ambiental: abordagens múltiplas. 2. Porto Alegre Penso 2012.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Cultura e poder**. 2. São Paulo Saraiva 2003.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, c2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, René Marc da Costa (Org.). **Cultura popular e educação: salto para o futuro**. Brasília, DF: MEC, 2008.

TOZONI REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2 ed. rev. Campinas: Autores Associados, c2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R. **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. 8. Porto Alegre ArtMed 2011.

CANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Cultura das transgressões no Brasil: cenários do amanhã**. São Paulo Saraiva 2011.

CULTURA brasileira: temas e situações. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Editora Gaia, 2004.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. ÚBiblioteca do Exército Editora, 1980.

KOHN, Ricardo. **Ambiente e sustentabilidade: metodologias para gestão**. Rio de Janeiro LTC 2015.

MOKHTAR, G. **História geral da África: África antiga**. Brasília: Unesco, c2010. v. 2 (Coleção História Geral da África da UNESCO).

SATO, Michèle. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre ArtMed 2011.

SOUZA, Nelson Mello e. **Educação ambiental: dilemas da prática contemporânea**. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.

3º PERÍODO

Disciplina: DIREITO PENAL II

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Culpabilidade. Concurso de pessoas. Teoria da Pena. Concurso de Crimes. Suspensão Condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação reabilitação Ação penal. Medidas de segurança. Cálculo da Pena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) JUNQUEIRA, Gustavo. **Manual de Direito Penal: parte geral**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado: parte geral, Vol.1**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso físico e on-line) BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte geral, vol.1**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte geral, Vol. 1**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 15.ed. rev. ampl e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

PRADO, Luis Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro. Vol. 1: parte geral**. 7ª ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos tribunais. 2007.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. 8.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) BRANDÃO, Claudio. **Curso de direito penal: parte geral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

(recurso on-line) MASSON, Cleber. **Código Penal comentado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2009.

BASTOS, João José Caldeira. **Curso crítico de direito penal**. 2. ed. rev., ampl. e atual. Florianópolis: Conceito, 2008.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: parte geral**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Juarez Cirino. **Moderna teoria do fato punível**. 3ª ed. Curitiba, PR: Fórum, 2004.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Direito Penal Brasileiro, Vol. 2, tomo I**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: Parte geral. V. 1**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal. Vol. I**. 24.ed. (rev.atual.). São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Sociedade internacional. Noções gerais. Direito Internacional e Direito interno. Fontes do Direito Internacional. Organizações Internacionais. Integração e Globalização. Nacionalidade. Extradicação. Condição jurídica do estrangeiro. Asilo. Órgãos do Estado. Ministro das Relações Exteriores. Agentes diplomáticos. Cônsules. Direitos Humanos. Modos de solução de litígios internacionais. Questões ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso físico e on-line](#)) REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 12ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

([recurso físico e on-line](#)) RAMOS, Andre de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos**: análise dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 2ª ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

MENEZES, Wagner. **Tribunais Internacionais - Jurisdição e Competência**. São Paulo: Saraiva, 2014.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011.

HOFMEISTER, Wilhelm. **Política social internacional**: consequências sociais da globalização. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Estrangeiros. **Transferência de pessoas condenadas**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

([recurso on-line](#)) MIRANDA, Jorge. **Curso de direito internacional público**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

([recurso on-line](#)) PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

ANDRADE, José H. Fischel de. **Direito internacional dos refugiados**: evolução histórica 1921-1952. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Organizações internacionais**: textos fundamentais. 2.ed.rev. Coimbra: Almedina, 1995.

KELSEN, Hans. **Direito internacional e estado soberano**. São Paulo, 2002.

LIMA, Sérgio Mourão Corrêa. **Tratados internacionais no Brasil e integração**. São Paulo: LTR Editora, 1998.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Guerra interna e direito internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1985.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Responsabilidade internacional do estado**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. V.1. 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

- MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público. V.2.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional americano:** estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional da integração.** Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- PABST, Harold. **Mercosul:** direito da integração. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- PARANHOS, Paulo. **O Brasil:** suas ligações comerciais internacionais e uma análise da integração regional do cone sul. Teresópolis: Verbete, 2004.
- RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais.** 7.ed.rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- RIO-BRANCO, Miguel Paranhos de. **Alexandre de Gusmão e o tratado de 1750.** Rio de Janeiro: MEC, 1953.
- SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- SUSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT.** 2.ed. São Paulo: LTR Editora, 1998.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cancado. **A proteção internacional dos direitos humanos:** fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva S/A Livrários Editores, 1991.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cancado. **Direitos humanos e meio ambiente:** paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.
- VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional público.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livrários Editores, 2012.

Disciplina: ÉTICA E TEORIA DA JUSTIÇA

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Análise crítica dos sistemas filosóficos antigos e modernos da moralidade e da justiça. Estudo interdisciplinar da moralidade e de suas relações com a problemática da justiça. Relações entre moralidade, justiça e os chamados “*hard cases*” (casos difíceis) decididos pelas Cortes Supremas e, notadamente, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Aristóteles e o problema da virtude e da felicidade como base da filosofia moral e da teoria da justiça. A modernidade e as teorias da justiça e da moralidade ancoradas no postulado da liberdade individual. Kant e a ética do dever. A liberdade como direito individual fundamental e condição do conceito de justiça distributiva na filosofia libertária. O utilitarismo como filosofia moral, política e teoria da justiça. John Rawls e a Teoria da Justiça. Temas contemporâneos: políticas públicas, direito das minorias e relações étnico-raciais. Direitos Humanos e relativismo cultural. Ética e desenvolvimento socioambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ([recurso on-line](#)) RACHELS, James. **Os elementos da filosofia moral.** 7ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- ([recurso on-line](#)) KRAUT, Richard (Org.). **Aristóteles: A ética a Nicômaco.** Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 7.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2007

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa?** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line)ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANM, Martha Ochsenhofer. **Ética e Direito: uma perspectiva integrada**. São Paulo: Atlas, 2009.

(recurso on-line)JUST, Gustavo. **Interpretando as teorias da interpretação**. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line)NEVES, Thiago Ferreira Cardoso. **Direito & justiça social: por uma sociedade mais justa, livre e solidária: estudos em homenagem ao Professor Sylvio Capanema de Souza**. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ARENDT, Hannah; ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação: sistema de lógica dedutiva e indutiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores; 34).

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FARIA, José Eduardo. **Direito e justiça: a função social do judiciário**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HURD, Heidi M. O combate moral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KELSEN, Hans. **O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Lumen Juris, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena de Souza. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

TORRENS, Haradja Leite. **A expansão do direito: estudos de direito constitucional e filosofia do direito**. s.ed. Rio de Janeiro:

VAZ, Henrique Claudio de Lima. **Ética e direito**. São Paulo: Landy, 2002.

WALZER, Michael. **Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Disciplina: OFICINA JURÍDICA I

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: O acesso à Justiça e a razoável duração do processo: análise teórica e prática sob o viés dos Direitos Humanos. A *ratio iuris* no novo CPC. Noções preliminares e práticas sobre representação: procuração, revogação de mandato, renúncia de mandato, substabelecimento e declaração de hipossuficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) CIANCI, Mirna. **O acesso à justiça e as reformas do CPC**. São Paulo: Saraiva, 2009.

([recurso on-line](#))MELO, Nehemias Domingos de. **Manual de prática jurídica civil: para graduação e exame da OAB**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos juizados especiais cíveis estaduais: teoria e prática**. 7ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

SALOMÃO, Luis Felipe. **Roteiro dos Juizados Especiais Cíveis**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gen Forense, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#))PALAIA, Nelson. **Técnica da petição inicial**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

([recurso on-line](#))IMHOF, Cristiano. **Código de processo civil interpretado: anotado artigo por artigo**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

([recurso on-line](#))CASTILHO, Ricardo. **Acesso à justiça: tutela coletiva de direitos pelo ministério público : uma nova visão**. São Paulo: Atlas, 2006.

([recurso on-line](#))CAMPESTRINI, Hildebrando. **Como redigir petição inicial**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

([recurso físico e on-line](#))CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e prática dos juizados especiais cíveis estaduais e federais de acordo com a Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública**. 13. São Paulo: Saraiva, 2011.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARNEIRO, Paulo César Pinheiro. **Acesso à justiça: juizados especiais e ação civil pública; uma nova sistematização da teoria geral do processo**. 2ª ed. (rev. e atual.). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

AZEVEDO, Carlos Vinícius da Costa. **Teoria e prática de processo civil**. Florianópolis, SC: Conceito, 2009.

ROBERT, Cinthia. **O acesso à justiça: manual de organização judiciária**. 3.ed.rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Teoria do negócio jurídico: elementos essenciais e acidentais; interpretação, forma e prova; defeitos: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores e simulação; existência, validade e eficácia. Prescrição e decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) TARTUCE, Flávio. **Direito Civil 1 – Lei de Introdução e Parte Geral**. São Paulo: Gen Forense, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil. Vol 1:** parte geral. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol 1**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol 1** São Paulo, Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) SIMÃO, José Fernando. **Prescrição e decadência: início dos prazos**. São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso on-line](#)) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado, V.1**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso on-line](#)) MAGALHÃES, Ana Alvarenga Moreira. **O erro no negócio jurídico: autonomia da vontade, boa-fé objetiva e teoria da confiança**. São Paulo: Atlas, 2010.

([recurso físico e on-line](#)) COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: parte geral, V. 1**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

([recurso físico e on-line](#)) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Vol 1**. Rio de Janeiro, Forense, 2008.

([recurso físico e on-line](#)) MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil. Vol .1**. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. São Paulo: Atlas, 2007.

CHAVES, Cristiano e ROSENVALD, Nelson. **Direito Civil – Parte Geral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL I

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Direito Constitucional. Poder Constituinte. Constituição. Histórico das constituições brasileiras. Teoria da norma constitucional. A organização federativa. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções essenciais da justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line)MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line)TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso físico e on-line) LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2013.
BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

(recurso on-line) DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Curso de direito constitucional**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) NOVELINO, Marcelo. **Manual de direito constitucional**, volume único. 9ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso físico e on-line)BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

(recurso físico e on-line)MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 30ª ed. São Paulo, Atlas: 2014.

(recurso físico e on-line)PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 5.ed. Coimbra: Almedina, 2002.

HESSE, Konrad. **A força normativa da constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

KISE, Alexandre; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; AIETA, Vânia Siciliano. **Direito urbanístico e ambiental constitucional: a valorização das cidades e dos cidadãos e do dever constitucional de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações no Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014.

LASSALLE, Ferdinand. **A essência da constituição**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis: pensamento político**. Brasília: UNIB, 1982.

SIEYES, Emmanuel Joseph. **A Constituinte burguesa: que é o terceiro estado?.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

4º PERÍODO

Disciplina: DIREITO PENAL III

Carga Horária: 80h/aula

EMENTA: Causas de extinção de punibilidade (art. 107 do CP). Dos crimes em espécie: crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado: parte especial, Vol. 2.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso on-line) JESUS, Damásio E. de. **Direito penal, V. 2** : parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso físico e on-line) JESUS, Damásio Evangelhista de. **Direito penal: parte especial, Vol. 2.** 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado: parte especial, Vol 2.** 5ª ed. São Paulo: Gen/Método, 2013.

(recurso físico e on-line) CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte especial, Vol. 2.** São Paulo: Saraiva, 2013.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte especial, Vol. 2.** 13. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral, Vol. 2.** 10ª ed. ver. atual. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) GALVÃO, Fernando. **Direito Penal: crimes contra a pessoa.** São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal: parte geral.** 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) MASSON, Cleber. **Código Penal comentado.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso físico e on-line) NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado.** 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

(recurso físico e on-line) BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte especial, Vol. 3.** 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: parte geral.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: parte especial, Vol. 2.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral, Vol. 3.** 10ª ed. rev. atual. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado.** 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2011.

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Noções Preliminares: Sociedade, Estado e Acesso à Justiça; Direito Processual: Fontes, Evolução, Interpretação; Eficácia no Tempo e Espaço; Princípios. Jurisdição: Características; Espécies; Teorias; Escopos; Tutela Jurisdicional; Princípios. Organização Judiciária: Noções Gerais; Órgãos; Magistrados; Ministério Público, Defensoria Pública e OAB. Competência: Limites; Critérios Determinantes; Competência Absoluta e Relativa; Modificação. Ação: Teorias; Natureza Jurídica; Condições; Elementos; Cumulação e Carência de Ação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line)MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**, V.1. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line)ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso físico e on-line)NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento**. Vol. I. 16ª ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. Vol. I. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: RT, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line)MONTENEGRO FILHO, Misael. **Código de Processo Civil Comentado e Interpretado**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line)CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**, V.1. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line)NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 24 ed. São Paulo: Malheiros. 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil, vol I**. 7 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 26. ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2009.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. Vol. I. 54ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CARNEIRO, Paulo César Pinheiro. **Acesso à justiça**: juizados especiais e ação civil pública; uma nova sistematização da teoria geral do processo. 2ª ed. (rev. e atual.). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

Disciplina: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Carga Horária: 80 h/aula

EMENTA: Conceito, elementos e fontes das Obrigações. Evolução dos sistemas de garantia do credor. Evolução dos sistemas de intervenção estatal na pessoa do inadimplente. Classificação das obrigações: quanto ao vínculo jurídico; quanto à prestação; quanto ao modo de execução; quanto à pluralidade de sujeitos e sua relação com o objeto. Obrigações mistas. Transmissão das obrigações: Cessão de crédito. Assunção de dívida. Extinção das obrigações. Pagamento. Formas anômalas de extinção. Consignação. Sub-rogação. Imputação. Dação. Confusão. Compensação. Remissão. Novação. Inexecução das obrigações. Inadimplemento absoluto e relativo. Mora. Perdas e danos. Dano emergente. Lucro cessante. Dano moral. Dano estético. Teoria da perda da chance. Juros: moratório e remuneratórios; juros das instituições financeiras. Anatocismo. Cláusula penal. Arras. Princípios clássicos dos contratos. Princípios contemporâneos dos contratos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ([recurso on-line](#)) NADER, Paulo. **Curso direito civil, V.2: obrigações**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- ([recurso físico](#) e [on-line](#)) TARTUCE, Flavio. **Direito Civil - Vol. 2 - Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil** - revista e atualizada. Editora: GEN, 2014.
- ([recurso físico](#) e [on-line](#)) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. v. 2: teoria geral das obrigações**. 10ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.
- ([recurso físico](#) e [on-line](#)) PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil. Teoria Geral das Obrigações. Volume: II**. 22ª ed. revista e atualizada de acordo com o Código Civil de 2002. Atualizador: Luiz Roldão de Freitas Gomes. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ([recurso on-line](#)) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Obrigações e contratos: pareceres**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- ([recurso on-line](#)) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado, V. 1: parte geral. Obrigações e contratos (parte geral)**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ([recurso físico](#) e [on-line](#)) COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil. V 2** São Paulo: Saraiva S/A Livreros Editores, 2012.
- ([recurso físico](#) e [on-line](#)) GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA Filho, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil. V. 2: Obrigações**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil. V. 2: direito das obrigações**. 7ª ed., rev., ampl, e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2013.
- MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil: direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva S/A Livreros Editores, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro V II**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V. 2**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil. V.2**. 30.ed. (atual.). São Paulo: Saraiva, 2008.

GOMES, Orlando. **Obrigações**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Disciplina: OFICINA JURÍDICA II

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Aplicação da Teoria da Pena: noções práticas de livramento condicional, progressão de regime, cálculo da pena e reabilitação. Análise da aplicação das medidas de segurança na atualidade e a influência da Lei de reforma psiquiátrica. Dignidade da pessoa humana e individualização da pena: análise prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro: fundamental e aplicação judicial**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) NUCCI, Guilherme de Souza. **Individualização da pena**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso on-line) NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. **Manual de prática penal**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

SANTOS, Juarez Cirino. **Moderna teoria do fato punível**. 3ª ed. Curitiba, PR: Fórum, 2004.

BUCH, João Marcos. **Execução Penal e Dignidade da Pessoa Humana**. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2014.

VALOIS, Luís Carlos. **Execução Penal e Ressocialização**. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) SANTOS, Elaine Borges Ribeiro. **Prática penal: como requerer do inquérito policial até a mais alta corte brasileira**. Rio de Janeiro: Método, 2012.

(recurso on-line) BICUDO, Tatiana Viggiani. **Por que punir? teoria geral da pena**. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) CARVALHO NETO, Inacio de. **Aplicação da pena**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

(recurso on-line) ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da pena: limites, princípios e novos parâmetros**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão causas e alternativas**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) ISHIDA, Válder Kenji. **Prática jurídica de execução penal**. 2. São Paulo: Atlas, 2014.

- ALMEIDA, Gevan de Carvalho. **Modernos movimentos de política criminal e seus reflexos na legislação brasileira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.
- ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- CARVALHO, Salo. **Pena e garantias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- OLIVEIRA, Álvaro Borges de; CALLFASS, Fernando; RIGHETTO, Luiz Eduardo Cleto. **Dosimetria da pena: teoria e prática**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- RUSCHE, Georg. **Punição e estrutura social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988**. 4.ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- LOÏC, Wacquant; LAMARÃO, Sérgio. **Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]**. 3. ed. [rev. e ampl]. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL II

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Jurisdição Constitucional. Direitos Humanos Fundamentais. Mutações Constitucionais. Controle de constitucionalidade. Diferença entre direitos e garantias. Instrumentos constitucionais de tutela das liberdades públicas. Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança. *Habeas Corpus*. *Habeas data*. A defesa do Estado e das Instituições democráticas. Ordem econômica. Ordem social. O Estado contemporâneo e a crise do direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ([recurso on-line](#)) CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.
- ([recurso físico e on-line](#)) BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- ([recurso físico e on-line](#)) MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 30ª ed. São Paulo, Atlas: 2014.
- BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição, sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RAMOS, Carlos Henrique. **Mutações constitucionais: Constituição e identidade constitucional evolutiva**. Curitiba, PR: Juruá, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ([recurso on-line](#)) BUSANA, Dante. **O habeas corpus no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ([recurso on-line](#)) CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual do mandado de segurança**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- ([recurso on-line](#)) CANOTILHO, J. J. Gomes; ARAGÃO, Alexandra. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 5ª ed. ed. rev. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livrários Editores, 2012.

- (recurso on-line) DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- (recurso on-line) DIMOULIS, Dimitri. **Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- (recurso on-line) FERRARESI, Eurico. **Ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- (recurso on-line) LUNARDI, Soraya. **Teoria do processo constitucional: análise de sua autonomia, natureza e elementos**. São Paulo: Atlas, 2013.
- (recurso on-line) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações constitucionais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.
- (recurso on-line) NUNES, Elpidio donizetti. **Ações constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- (recurso on-line) VARGAS, Denise Soares. **Mutação constitucional via decisões aditivas**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- (recurso físico e on-line) DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- (recurso físico e on-line) LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- (recurso físico e on-line) PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- (recurso físico e on-line) RODRIGUES, Geisa. **Ações Constitucionais**. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2014.
- BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. 5ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2012.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 5.ed. Coimbra: Almedina, 2002.
- DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2012.
- FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. **Processos informais de mudança da constituição: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais**. São Paulo: Max Limonad, 1986.
- KISE, Alexandre; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; AIETA, Vânia Siciliano. **Direito urbanístico e ambiental constitucional: a valorização das cidades e dos cidadãos e do dever constitucional de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações no Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. **Jurisdição constitucional e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

Disciplina: PSICOLOGIA JURÍDICA

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Psicologia Jurídica: aspectos históricos, éticos, étnicos e interdisciplinares. Relação entre a Psicologia e o Direito. Psicologia, Psicanálise, Psiquiatria. Psicologia e Direitos humanos. Psicologia Jurídica e Direito de Família. Psicologia Jurídica e Direito da Infância e Juventude. Temas atuais em Psicologia Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) FIORELLI, José Osmir. **Psicologia jurídica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDAO, Eduardo Ponte. **Psicologia jurídica no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. 3.ed. São Paulo: Pearson Education, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) PAULO, Beatrice Marinho Paulo. **Psicologia na prática jurídica**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) MESSA, Alcione Aparecida. **Psicologia jurídica**. São Paulo: Atlas, 2010.

(recurso on-line) REGATO, Vilma Cardoso. **Psicologia nas organizações**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

(recurso on-line) MYERS, David G. **Psicologia social**. 10ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos pensamentos criminológicos**. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BRAGHIROLI, Elaine Maria. **Psicologia geral**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1994.

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. **O Homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as formas jurídicas**. 3.ed. Rio de Janeiro: NAU, 2008.

LOURAU, René. **A análise institucional**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: procuram-se as vítimas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

CARVALHO, Irene Mello. **Introdução à psicologia das relações humanas**. 10.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV,

1979.

KATZ, Daniel; KAHN, Robert L. **Psicologia social das organizações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1978.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

KRUGER, Helmuth; KRUGER, Helmuth; RAPPAPORT, Clara Regina. **Introdução à psicologia social**. São Paulo: EPU, 1986.

5º PERÍODO

Disciplina: OFICINA JURÍDICA III

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Noções preliminares e práticas sobre o direito de petição e a aplicação dos remédios constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, ação popular. Ações Constitucionais: ADIN e ADPF. Direitos individuais e coletivos e os mecanismos para sanar ilegalidades e evitar o abuso de poder. Questões étnico-raciais e as garantias constitucionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) DIMOULIS, Dimitri. **Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações constitucionais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

(recurso on-line) NUNES, Elpidio donizetti. **Ações constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

(recurso físico e on-line) PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) RODRIGUES, Geisa. **Ações Constitucionais**. Rio de Janeiro: Gen/Método, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. 5ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) BUSANA, Dante. **O habeas corpus no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

(recurso on-line) CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual do mandado de segurança**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) FERRARESI, Eurico. **Ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

(recurso on-line) GAJARDONI, Fernando da Fonseca. **Direitos difusos e coletivos II : ações coletivas em espécie : ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) LUNARDI, Soraya. **Teoria do processo constitucional: análise de sua autonomia, natureza e elementos**. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso físico e on-line) BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

(recurso físico e on-line) LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Ação popular: projeção do erário, do patrimônio público, da moralidade administrativa e do meio ambiente**. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança: ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, 'habeas data'**. 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Jurisdição constitucional e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SIDOU, J. M. Othon. **'Habeas corpus', mandado de segurança, mandado de injunção, 'habeas data', ação popular**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Teoria e prática do mandado de segurança em matéria criminal**. São Paulo: Edijur, 2003.

Disciplina: DIREITO DOS CONTRATOS

Carga Horária: 80 h/aula

EMENTA: Teoria Geral dos contratos. Princípios fundamentais dos contratos. Função socioambiental dos contratos. Classificação dos contratos. Da formação e dos efeitos dos Contratos. Extinção dos Contratos. Dos contratos em espécie: Compra e venda, Doação, Locação de Coisas, Empréstimo, Prestação de serviços, Empreitada, Depósito, Mandato, Seguro, Corretagem, Transporte, Fiança, Transação e Compromisso. Contratos Eletrônicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) NADER, Paulo. **Curso de direito civil, v. 3: contratos**. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso on-line) THEODORO JR., Humberto. **O contrato e sua função social**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil. Vol 3**. Saraiva, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Cursodereitocivilbrasileiro V 3**. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Cursodereitocivil: direitosdoscontratos**. 3.ed., rev., ampl, e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil esquematizado, V. 2**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. **Contratos eletrônicos: validade jurídica dos contratos via internet**. São Paulo: Atlas, 2009.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, V.4, tomo 2** : contratos em espécie. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil. V4. Tomo 1: contratos: teoria geral**. 10ª ed. rev., atual. e reform. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

(recurso físico e on-line) MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil: direito das obrigações: 2ª Parte**. 35. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade** 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

(recurso físico e on-line) TARTUCE, Flávio. **Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. V. 3**. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil. V 3** 6. ed. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V 3** São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, Caio MáriodaSilva. **Instituições de direito civil. Contratos** Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2008.

DONNINI, Rogério Ferraz. **Responsabilidade civil pós-contratual no direito civil, no direito do consumidor, no direito do trabalho, no direito ambiental e no direito administrativo**. 3ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Processo: conceito; natureza jurídica; classificação; princípios informativos. Relação jurídica processual. Processo e procedimento. Sujeitos do processo: juiz (poderes e deveres); partes; pressupostos processuais: subjetivos e objetivos. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Fatos e atos processuais (forma, lugar e tempo). Prazos (preclusões). Nulidades processuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento, V.1**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line)THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso on-line)GRECO, Leonardo. **Instituições de Processo Civil. Vol. I**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense 2013.

(recurso físico e on-line)CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil, vol. I**. Rio de Janeiro: Lumen júris, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. II**. 22 ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil. Vol. I**. 7 ed. – São Paulo: Malheiros, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line)MONTENEGRO FILHO, Misael. **Código de Processo Civil Comentado e Interpretado**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line)NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento, vol. II**. 6 ed. São Paulo: RT. 2007

NERY Jr., Nelson.; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. I**. 54ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Instituição de Direito Processual Civil. Vol. II**. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. I**, 23 ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. I**. 16ª ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: RT, 2012.

Disciplina: DIREITO PENAL IV

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Dos crimes em espécie: Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra as finanças públicas. Crimes Ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso físico e on-line)MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado: parte especial, Vol 3**. 3ª ed. São Paulo: Gen/Método, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: parte especial, Vol. 3.** São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso físico e on-line](#))BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte especial, Vol. 4.** São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso físico e on-line](#))JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: parte especial, Vol. 4.** São Paulo: Saraiva, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

([recurso on-line](#)) MASSON, Cleber. **Código Penal comentado.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

([recurso físico e on-line](#))BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte especial, Vol. 5.** São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso físico e on-line](#))NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado.** 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Silvio. **Crimes ambientais – comentários à Lei 9.605/98.** São Paulo: RT, 2013.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: parte especial, Vol. 3.** 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: parte especial, Vol. 4.** São Paulo: Saraiva, 2011.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial, Vol.4.** 9ª ed. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO I

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Princípios constitucionais da administração pública. Sistema administrativo brasileiro. Administração pública brasileira no plano horizontal: descentralização política e territorial; no plano vertical ou funcional: administração direta e indireta. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Poder de Polícia. Atos administrativos. Agentes Públicos: espécies e regime jurídico. Controle da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso físico e on-line](#))ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de direito administrativo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

([recurso físico e on-line](#))CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 28ª ed. rev., ampl. e atual. até 31.12.2014. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo.** 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado.** 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) PESTANA, Marcio. **Direito administrativo brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso físico e on-line) MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Direito Administrativo**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

KISE, Alexandre; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; AIETA, Vânia Siciliano. **Direito urbanístico e ambiental constitucional: a valorização das cidades e dos cidadãos e do dever constitucional de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações no Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014.

DONNINI, Rogério Ferraz. **Responsabilidade civil pós-contratual no direito civil, no direito do consumidor, no direito do trabalho, no direito ambiental e no direito administrativo**. 3ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo contratual: licitações, contratos administrativos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo da economia**. 3ª ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

Disciplina: DIREITOS HUMANOS

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: Desenvolvimento histórico dos direitos humanos. As gerações dos direitos humanos. As Concepções jurídicas sobre os direitos humanos. Constitucionalização dos direitos humanos. Internacionalização dos direitos humanos. Direitos Humanos, cidadania e Globalização. Desafios atuais dos direitos humanos no Brasil. Direito e diversidade. Grupos, Etnias, Identidade Cultural e Heterogeneidade. Pluralismo jurídico. Multiculturalismo no Direito. Sujeito de Direito e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de direitos humanos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) BRANDÃO, Cláudio. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18ª ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e segurança (entre pombos e falcões)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena de Souza. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

[\(recurso on-line\)](#) PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

[\(recurso on-line\)](#) PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

[\(recurso on-line\)](#) GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos humanos das mulheres e a comissão interamericana de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

[\(recurso on-line\)](#) GUERRA, Sidney. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o controle de convencionalidade**. São Paulo: Atlas, 2013.

[\(recurso on-line\)](#) RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

[\(recurso on-line\)](#) SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

[\(recurso on-line\)](#) SOBREIRA, Fábio Tavares. **Direito constitucional e direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

[\(recurso físico e on-line\)](#) RAMOS, Andre de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos: análise dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

[\(recurso físico e on-line\)](#) PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PROJETO atitude legal: **defesa, garantia e promoção de direitos humanos dos adolescentes autores de ato infracional**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2005.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.. (Coleção primeiros passos).

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direitos humanos e conflitos armados**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

CARVALHO, Salo. **Direitos Humanos e globalização**: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica. s.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

6º PERÍODO

Disciplina: DIREITO AMBIENTAL

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Contextualização das questões Ambientais. Histórico da problemática e a tomada de consciência ambiental. Análise dos elementos essenciais e das características do direito ambiental. O Direito ao Meio Ambiente como Direito Humano. Agenda 21. Princípios do direito ambiental brasileiro. Sustentabilidade ambiental. Desenvolvimento sustentável. Direito internacional do meio ambiente (PNUMA, mudanças climáticas, Protocolo de Quioto, Convenção sobre diversidade Biológica). Identificação e análise dos mecanismos jurídicos de proteção ambiental no Brasil. Legislação ambiental brasileira (CRFB 88, Política Nacional de Meio Ambiente, lei de crimes ambientais) competência, licenciamento e fiscalização (L.C. 140/2011 e resoluções CONAMA). Políticas públicas ambientais - aspectos gerais (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Resíduos Sólidos) Responsabilidade Socioambiental. Inovações tecnológicas ambientais. Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line)ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line)GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito ambiental**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 10.ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **Curso de Direito Ambiental**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2013.

MILARÉ, Edis; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line)FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

(recurso on-line) MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso on-line) NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. São Paulo: Atlas, 2007.

(recurso físico e on-line)MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 9. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso físico e on-line)ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de direito ambiental**. 5ª São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line)AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013.

- ACSELRAD, Gilberta (Org.). **A Duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- AIETA, Vânia Siciliano; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; KISE, Alexandre. **Direito Urbanístico e Ambiental Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- BELTRÃO, Antônio F. G. **Direito ambiental**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2011.
- FLORES, Nilton Cesar (org.). **A Sustentabilidade Ambiental em suas múltiplas faces**. Campinas: Millennium Editora, 2012.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.
- PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2013.
- FREITAS, Vladimir Passos de. **A constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 2.ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- LOPES, Ignez Vidigal (Org.). **Gestão Ambiental no Brasil**: experiência e sucesso. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2000.
- MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente**. 2.ed.rev.ampl. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.
- VEIGA, Jose Eli. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.
- BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 26.d. São Paulo: Moderna, 2000.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 5.ed. ampl. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2011.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

Disciplina: OFICINA JURÍDICA IV

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: A Função Social da propriedade e Interesse Público. Noções preliminares e práticas sobre a posse e a propriedade e regularização fundiária: contratos de compra e venda; ações possessórias e suas implicações no direito ambiental. Demarcação de terras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ([recurso on-line](#)) NALINI, José Renato. **Regularização fundiária**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- ([recurso on-line](#)) VIANA, Marco Aurelio da Silva. **Da posse e das ações possessórias**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- ([recurso físico e on-line](#)) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V 5: direitos reais**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ([recurso físico e on-line](#)) GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 19.ed.rev.eatual. RiodeJaneiro, RJ: Forense, 2008.

(**recurso físico e on-line**) MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Limitações urbanas ao direito de propriedade**. São Paulo: Atlas, 2010.

ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. **Da função social da posse e sua consequência frente à situação proprietária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil: direito das coisas**. 37. ed. rev., e atual. por Carlos Alberto Dabus. São Paulo: Saraiva, 2013.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil – Direito das Coisas** - 28ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(**recurso on-line**) AQUINO, Álvaro Antônio Sagulo Borges de. **A posse e seus efeitos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(**recurso on-line**) ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de locação: Lei inquilinato anotada: questões práticas: modelos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. (**recurso on-line**) HARADA, Kiyoshi.

Desapropriação: doutrina e prática. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(**recurso on-line**) FUKASSAWA, Fernando. **Regularização fundiária urbana: Lei n. 11.977/2009**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(**recurso on-line**) GAZALLE, Gustavo Kratz. **Posse e ações possessórias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

(**recurso on-line**) THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Terras particulares: demarcação, divisão, tapumes**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

(**recurso on-line**) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Código Civil comentado, v. 12: direito das coisas, posse, direitos reais, propriedade, artigos 1.196 a 1.368**. São Paulo: Atlas, 2003.

(**recurso físico e on-line**) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil, V. 4: direitos reais**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

AVVAD, Pedro Elias. **Direito Imobiliário - Teoria Geral e Negócios Imobiliários**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil. V. 4** São Paulo: Saraiva/SALVAT Editores, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Vol. 4, Direito das Coisas**. SP: Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil. V. 5. Reais**. SP: Juspodivm, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Vol. 5. Direito das Coisas**. SP: Saraiva, 2013.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

TARTUCE, Flávio e SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil, Vol. 4. Direito das Coisas**. SP: Ed. Gen e Método, 2014.

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Domínio público: bens públicos, classificação e utilização. Domínio eminente do Estado: intervenção na propriedade individual e no domínio econômico. Meios específicos de intervenção estatal. Licitações e contratos. Serviços públicos: responsabilidade do Estado, direta e indireta. Responsabilidade civil do Estado. Improbidade Administrativa. Princípios de Direito Administrativo Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso físico e on-line) ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de direito administrativo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28ª ed. rev., ampl. e atual. até 31.12.2014. São Paulo: Atlas, 2015.

(recurso físico e on-line) MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Direito Administrativo**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso on-line) MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) PESTANA, Marcio. **Direito administrativo brasileiro**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

AIETA, Vânia Siciliano; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; KISE, Alexandre. **Direito Urbanístico e Ambiental Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

DONNINI, Rogério Ferraz. **Responsabilidade civil pós-contratual no direito civil, no direito do consumidor, no direito do trabalho, no direito ambiental e no direito administrativo**. 3ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo da economia**. 3ª ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo contratual: licitações, contratos administrativos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Processo de conhecimento: noções gerais. Finalidade, objetivo. Estrutura: Procedimento comum, sumaríssimo e procedimentos especiais. Petição inicial. Conceito, conteúdo e estrutura. Requisitos. Despacho inicial. Resposta do réu. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Prova. Teoria Geral da Prova: conceito. Meios de prova. Ônus da prova. Procedimento da prova. Provas em espécies. Audiência de instrução e julgamento. Conciliação. Sentença. Extinção do processo. Coisa julgada. Procedimentos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line)MONTENEGRO FILHO, Misael. **Código de Processo Civil Comentado e Interpretado**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line)CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil. vol I**. 24 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. II**. 16 ed. Salvador: Juspodvm, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento. vol II**. 6 ed., São Paulo, RT. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line)THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso físico e on-line)NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela**. 9. ed. Salvador, BA: Juspodivm, 2014

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil. Vol. III**. 5 ed. – São Paulo: Malheiros, 2005.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. I**. 23 ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: RT, 2012.

NERY Jr., Nelson.; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

NUNES, Elpidio Donizetti. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. V.3.** 45. ed. rev., e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: O conceito de processo penal. O processo penal e o direito de punir. Sistemas processuais penais. Inquérito Policial. Lei processual penal no tempo e no espaço. Início da Ação. Ação Penal de Iniciativa Pública, Condicionada e Privada. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Medidas cautelares reais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso físico e on-line](#)) OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 18ª ed., rev. e ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 22. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. Vol. 1. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Garantias constitucionais na investigação criminal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso físico e on-line](#)) NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

([recurso físico e on-line](#)) LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

DEMERCIAN, Pedro Henrique. **Curso de processo penal**. 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. **Manual de processo penal**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

NICOLITT, André Luiz. **Manual de processo penal**. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Processo penal de emergência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

Disciplina: POSSE E PROPRIEDADE

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Posse. Função Social da Posse. Ações possessórias. Propriedade em geral. Função social da propriedade. Modos de aquisição e de perda da propriedade imóvel e móvel. Direitos de vizinhança. Propriedade temporária resolúvel e fiduciária. A propriedade e o Direito Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso físico e on-line](#)) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, V. 5: direito das coisas**. 9. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recursofísico e on-line](#)) TARTUCE, Flávio. **Direito civil, V. 4:** direito das coisas. 6. Rio de Janeiro: Método, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil. V. 5.** Reais. SP: Juspodivm, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recursofísico e on-line](#)) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil, V.4:** direitos reais. 22. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil. V. 4** São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Vol. 4,** Direito das Coisas. SP: Saraiva, 2012.

GOMES, Orlando. **Direitos reais.** 19.ed.rev.eatual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2008.

KISE, Alexandre; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; AIETA, Vânia Siciliano. **Direito urbanístico e ambiental constitucional:** a valorização das cidades e dos cidadãos e do dever constitucional de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações no Estado Democrático de Direito. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014.

MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Curso de direito civil:** direito das coisas. 37. ed. rev., e atual. por Carlos Alberto Dabus. São Paulo: Saraiva, 2013.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil – Direito das Coisas -** 28ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V 5** São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA - Ambiente Virtual de Aprendizagem (modalidade semipresencial)

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: Fundamentos da Metodologia Científica. A Comunicação Científica. Métodos e técnicas de pesquisa. Distinções entre a metodologia científica e a metodologia jurídica. A pesquisa no Direito. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (Normas ABNT).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 6ª ed.. São Paulo: Atlas, 2011.

([recurso on-line](#)) MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica para o curso de direito.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4.ed. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2 ed.ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) BITTAR, Eduardo C. B.. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) MEZZARROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

CERVO, Amado Luíz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. New York: McGraw-Hill, 1983.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Princípios de direito**: introdução a filosofia e metodologia jurídicas. Porto: Rés Editora, s.d..

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico**: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito**: como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC) . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HUHNE, Leda Miranda. **Metodologia científica**: cadernos e textos e tecnicas. 7.ed. São Paulo: Agir, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

NUNES, Rizzatto. **Manual da monografia jurídica**: Como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 10. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

7º PERÍODO

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO I

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Noções propedêuticas e históricas. Definição. Denominação. Autonomia. Fontes. Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Empregado. Empregador. Empresa e Estabelecimento. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Identificação profissional. Contratos especiais de trabalho. Cargo de confiança. Efeitos no contrato de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Salário e remuneração. Salário mínimo. Adicionais legais. Salário profissional. Salário-família. Salário educação. Programa de Integração Social. Política salarial e reajustamentos salariais. Proteção do salário. Pagamento do salário. Equiparação salarial. Mora. Prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do trabalho**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso on-line) RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho esquematizado**. 2. Rio de Janeiro: Método, 2012.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 8ª ed. São Paulo, SP: Método Editora, 2013.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**, 9ª ed., São Paulo, SP: LTR Editora, 2013.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 12ª ed., São Paulo, SP: LTR Editora, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) SARAIVA, Renato. **Direito do trabalho**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso on-line) JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito do trabalho**. 7ª. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line) MARTINS FILHO, Ivês Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 22ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

CANDEMIL, Alexandra da Silva; SILVA, Alessandro da. **Curso de direito material e processual do trabalho: visão moderna dos direitos sociais**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

CARRION, Valentin, CARRION, Eduardo. **Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar/jurisprudência**. 37ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreros Editores, 2012.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Manual de direito do trabalho**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris Editora, 2004.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 24ª ed. São Paulo, SP: Atlas Editora, 2008.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: História e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. 28ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreros Editores, 2013.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Instituições do Direito do Trabalho**. 21ª ed. São Paulo, SP: LTR Editora, 2003.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Ordem dos processos no tribunal. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Homologação de Sentença Estrangeira. Declaração de Inconstitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil: teoria geral do recursos, recursos em espécie e processo de execução**. V.2. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

(recurso físico e on-line) CÂMARA, Alexandre. **Lições de Direito Processual Civil. Vol. II**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. III**. 11 ed. Salvador: JusPodivm, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#))BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil, V.5:** recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais: técnicas de controle das decisões jurisdicionais. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso on-line](#))SÁ, Renato Montans de. **Processo Civil 3:** recursos cíveis e outros meios de impugnação às decisões judiciais. São Paulo: Saraiva, 2012.

([recurso on-line](#))SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória.** 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

([recurso físico e on-line](#))THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DIDIER Jr., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. II.** 16 ed. Salvador: Juspodvm, 2014.

DIDIERJUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de direito processual civil:** meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 11. ed. rev., ampl. Eat all. Salvador, BA: Juspodvm, 2013.

HIROSE, Tadaaqui; SOUZA, Maria Helena Raude; COPETTI, Adriano. **Cursomodular de direito processual civil** São Paulo: Conceito Editorial, [Porto Alegre] Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (EMAGIS), 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento. Vol. II.** 6 ed., São Paulo: RT, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento. vol II.** 6 ed., São Paulo, RT. 2006.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado.** 13 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado.** 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. I.** Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Disciplina: PROJETO DE MONOGRAFIA

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: Linguagem do Direito e suas implicações metodológicas. A linguagem do jurista e a linguagem da lei. Pesquisa de jurisprudência nos tribunais. Normas e regras pertinentes ao trabalho jurídico. O trabalho de pesquisa no direito. Realização da Pesquisa. A elaboração do projeto de monografia. A Construção do projeto de monografia. A estrutura do projeto e seus elementos essenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) BITTAR, Eduardo C. B.. **Metodologia da Pesquisa Jurídica.** 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

([recurso físico e on-line](#)) NUNES, Rizzatto. **Manual da monografia jurídica:** como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 10ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livradores Editores, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito:** como elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) BRUSCATO, Wilges. **Quem tem medo da monografia?** 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Metodologia jurídica**: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Saraiva, 2012. (recurso on-line) MEZZARROBA, Orides. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2 ed.ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Princípios de direito**: introdução a filosofia e metodologia jurídicas. Porto: Rés Editora, s.d.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2003.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

OLIVEIRA, Olga Maria B. Aguiar. **Monografia jurídica**: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso. 3.ed. Porto Alegre: Editora Síntese, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Monografia jurídica**: uma visão prática. 2.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

Disciplina: RESPONSABILIDADE CIVIL

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Introdução ao estudo da responsabilidade civil e das relações de consumo analisando seus instrumentos. Proteção contratual, nas relações de consumo e sua repercussão no dano material e moral. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade contratual. Responsabilidade aquiliana. A liquidação dos danos no direito brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil objetiva e risco**. Rio de Janeiro: Método, 2011.

(recurso físico e on-line) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 7. ed., revista, aumentada e atualizada. São Paulo: Maheiros, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) MELO, Nehemias domingos de. **Da culpa e do risco: como fundamentos da responsabilidade civil.** 2. São Paulo: Atlas, 2012.

(recurso on-line)ROSSI, Júlio César. **Responsabilidade civil do advogado e da sociedade de advogados.** São Paulo: Atlas, 2007.

(recurso físico e on-line)GAGLIANO,PabloStolze;PAMPLONAFILHO,Rodolfo.**Novocursodedireitocivil. V. 3:responsabilidade civil.** SãoPaulo:SaraivaS/ALivreirosEditores, 2013.

RODRIGUES,Silvio.**Direitocivil. Responsabilidade Civil.** SãoPaulo:SaraivaS/ALivreirosEditores, 2008.

FARIAS,CristianoChavesde;ROSENVALD,Nelson;NETTO,FelipePeixotoBraga.Cursodedireitocivil:

Teoriageralda responsabilidade civil,Responsabilidade civilemespécie. Salvador,BA:Juspodivm, 2014.

TARTUCE, Flávio. **Direitocivil: direito das obrigações e responsabilidade civil.** 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2014.

STOCO,Rui.**Tratadoderesponsabilidade civil.**6.ed.rev.atual.SãoPaulo:RevistadosTribunais, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V 4** São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina: DIREITOS REAIS

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Condomínio. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Propriedade e Direito Ambiental. Direitos Reais na coisa alheia: De fruição: enfiteuse, superfície, servidão, usufruto, uso e habitação; De aquisição: Direito do promitente comprador; De garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso físico e on-line)PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil, V.4:** direitos reais. 22. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Vol. 4,** Direito das Coisas. SP: Saraiva, 2012.

COELHO,FábioUlhoa. **Cursode Direitocivil. V. 4**SãoPaulo:SaraivaS/ALivreirosEditores, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso físico e on-line)GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, V.5:** direito das coisas. 9. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line)TARTUCE, Flávio. **Direito civil, V.4:** direito das coisas. 6. Rio de Janeiro: Método, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil. V. 5.** Reais. SP: Juspodivm, 2013.

GOMES,Orlando.**Direitosreais.** 19.ed.rev.eatual.RiodeJaneiro,RJ:Forense, 2008.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil – Direito das Coisas - 28ª edição,** revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V 5** São Paulo: Atlas, 2006.

KISE, Alexandre; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; AIETA, Vânia Siciliano. **Direito urbanístico e ambiental constitucional**: a valorização das cidades e dos cidadãos e do dever constitucional de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações no Estado Democrático de Direito. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Prisão Provisória (em flagrante; preventiva; preventiva domiciliar; temporária). Outras medidas cautelares de natureza pessoal. Liberdade Provisória. Da Prova no Processo Penal. Das Provas em espécie. Sujeitos Processuais. Procedimentos. Procedimentos especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recursofísico](#) e [on-line](#)) LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. **Manual de processo penal**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

NICOLITT, André Luiz. **Manual de processo penal**. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. v.2. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recursofísico](#) e [on-line](#)) NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 22. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

([recursofísico](#) e [on-line](#)) OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 18^a ed., rev. e ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

DELMANTO, Dante. **Defesas que fiz no júri**. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

DEMERCIAN, Pedro Henrique. **Curso de processo penal**. 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO I Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA (modalidade semipresencial)

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Sistemas Processuais Penais. Inquérito Policial. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Medidas cautelares pessoais e reais. Recursos no Processo Penal. Ações autônomas de impugnação. Procedimento

comum ordinário, sumário e Procedimentos Especiais (Juizado Especial; Rito do Júri; Lei de Drogas; Lei Maria da Penha).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal: questões comentadas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

([recurso on-line](#)) NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. **Manual de prática penal**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2013.

([recurso on-line](#)) SANTOS, Elaine Borges Ribeiro. **Prática penal: como requerer do inquérito policial até a mais alta corte brasileira**. Rio de Janeiro: Método, 2012.

([recurso físico e on-line](#)) OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

([recurso físico e on-line](#)) NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DEMERCIAN, Pedro Henrique. **Curso de processo penal**. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) SILVA, Marco Antonio Marques da. **Código de Processo Penal comentado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

([recurso on-line](#)) MASSON, Cleber. **Prática penal: ministério público**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

([recurso on-line](#)) SILVA, Luiz Cláudio. **Manual de processo e prática penal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

([recurso on-line](#)) JESUS, Damásio de. **Código de processo penal anotado**. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

([recurso físico e on-line](#)) LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 9ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **As nulidades no processo penal**. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. **Manual de processo penal**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 22. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

JARDIM, Afrânio Silva. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

8º PERÍODO

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO II

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Jornada de Trabalho. Férias. Normas Gerais e Especiais da Tutela do Trabalho. Proteção ao Trabalho da Mulher. Proteção do trabalho do Menor. Medicina e Segurança do Trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio. FGTS. Seguro desemprego. Direito Coletivo do Trabalho. Organização Sindical. Negociação Coletiva do Trabalho. Direito de Greve.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) SARAIVA, Renato. **Direito do trabalho**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 12ª ed., São Paulo, SP: LTR Editora, 2013.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: História e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. 28ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 24ª ed. São Paulo, SP: Atlas Editora, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso físico e on-line) CASSAR, Volia Bonfim. **Direito do trabalho**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso físico e on-line) MARTINS FILHO, Ivês Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 22ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 9ª ed., São Paulo, SP: LTR Editora, 2013.

CARLOS, Vera Lúcia. **Discriminação nas relações de trabalho**. São Paulo: Método, 2004.

CARRION, Valentin, CARRION, Eduardo. **Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar/jurisprudência**. 37ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Manual de direito do trabalho**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris Editora, 2004.

SALEM NETO, José. **Direito coletivo do trabalho após a CF/88**. São Paulo, SP: LED s.d.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Instituições do Direito do Trabalho**. 21ª ed. São Paulo, SP: LTR Editora, 2003.

Disciplina: DIREITO DE FAMÍLIA

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Direito de família dentro da nova perspectiva do Direito Civil constitucional. Princípios constitucionais afetos ao Direito de Família – Princípios da dignidade da pessoa humana, da afetividade, da intimidade e do melhor interesse da criança e do adolescente. Casamento. Separação e divórcio. Relações de parentesco. Regime de bens. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. União estável. Tutela e curatela.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) TARTUCE, Flávio e Simão, José Fernando. **Direito Civil, Vol. 5: Direito de Família**. São Paulo: Ed. Método/Gen Forense, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil.v. 6: direito de família, as famílias em perspectiva constitucional**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. SP: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 06: Direito de Família**, 10ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil, V.5 : família, sucessões**. 7a ed.. São Paulo: Saraiva, 2014.

([recurso on-line](#)) MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

([recurso on-line](#)) AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito de família**. São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso on-line](#)) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, V.6: direito de família**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

([recurso on-line](#)) MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

([recurso on-line](#)) LADVOCAT, Cynthia. **Guia da adoção: no jurídico, no social, no psicológicos e na família**. Rio de Janeiro: Roca, 2014.

([recurso on-line](#)) MADALENO, Rolf. **A desconsideração judicial da pessoa jurídica e da interposta pessoa física no direito de família e no direito das sucessões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil v. 2: direito de família**. 38ª ed. rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

([recurso físico e on-line](#)) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil. V. 5: direito de família**. 16ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. V. 5**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil V.6: direito das famílias**. 5ª ed., rev., ampl, e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2013.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil. V.6: direito de família**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

WALD, Arnold. **O novo direito de família**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Tutela de execução: noções gerais. Responsabilidade patrimonial: fraudes do devedor. Títulos executivos. Ação monitória. Execução das obrigações de entregar coisa, fazer ou não-fazer e pagar quantia certa. Defesas na execução e Embargos de Terceiros. Insolvência civil. Tutela da urgência e tutela da evidência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line)MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil: teoria geral do recursos, recursos em espécie e processo de execução. V.2.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line)CÂMARA, Alexandre. **Lições de Direito Processual Civil. Vol. III.** 20ª ed., São Paulo: Atlas, 2014.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. V.** Salvador: JusPodivm, 2013.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro. Vol. III.** 22 ed. Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line)GONÇALVES, Marcos Vinícios Rios. **Novo curso de direito processual civil, V.3 : execução e processo cautelar. 7.** São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line)MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil : medidas de urgência: tutela antecipada e ação cautelar: procedimentos especiais, V.3.** 10. São Paulo: Atlas, 2014.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz .**Execução, V. III,** 4 ed. . São Paulo: Revista dos Tribunais. 2012.

ASSIS, Araken de. **Manual da Execução.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DONIZETTI, Elpidio. **Curso Didático de Direito Processual Civil.** 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado.** 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. II.** 48 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado.** 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual civil: Procedimentos especiais.** 38 ed., Rio de Janeiro: Forense. 2007.

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL E SOCIETÁRIO

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Relevância Social da Empresa. Atividade empresarial. Empresário Individual. Elementos da Empresa. Empresa, Constituição, Contrato ou Ata. Registro. Dever de Integralizar. Acionista Remisso. Direito de Preferência. Órgãos das Sociedades. Assembleia Geral, Conselho de Administração. Diretoria. Conselho Fiscal e Auditoria. Assembleia de Constituição, Geral Ordinária e Geral Extraordinária. Resgate, Reembolso e Amortização Dissolução, Liquidação Extinção. Destrato da Sociedade. Sociedade Empresarial e Simples.

Sociedade em Conta de Participação. Sociedade em Nome Coletivo. Sociedade em Comandita Simples. Sociedade Anônima. Sociedade em Comandita por Ações. Deveres e Direitos. Sócios e Acionistas. Debênture. Tipos de sociedade – Empresarial e Simples Sociedade Limitada e Sociedade Anônima. Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de sociedades. Dissolução, Liquidação e Extinção de Sociedade. Balanço, Resultado. Lucro ou Prejuízo. Distribuição de Lucros. Dividendos. Exclusão de Sócio. Empresa Solvente e Insolvente. Infração à Ordem Econômica – Tipos e Penalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) FAZZIO JUNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line) NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa. Vol. 1: teoria geral da empresa e direito societário** 10ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. **O direito da empresa à luz do código civil**. 12ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. 4ª ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Método, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) COELHO, Fábio Ulhoa. **O futuro do direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis. **Tipos societários**. São Paulo: Saraiva, 2009.

(recurso on-line) PARGENDLER, Mariana. **Evolução do direito societário: lições do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) PRADO, Viviane Muller. **Estudos empíricos sobre temas de direito societário**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) ROCHA, Dinir Salvador Rios da. **Direito societário: fusões, aquisições, reorganizações societárias e due diligence**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) ROCHA, Marcelo Hugo da. **Comercial**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso on-line) SILVA, Alexandre Couto. **Direito societário: estudos sobre a Lei de sociedades por ações**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso físico e on-line) MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. 37. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso físico e on-line) REQUIÃO Rubens. **Curso de direito comercial**. 27ª ed. rev. e atual. Vol. 1. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2008.

(recurso físico e on-line) TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11ª ed. rev. aum e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BULGARELLI, Waldirio. **O novo direito empresarial**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. **Direito empresarial: estudos e pareceres**. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 1995.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL III

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Nulidades processuais. Recursos. Ações autônomas de impugnação: *Habeas Corpus* e revisão criminal. Lei das Execuções Penais: objeto, aplicação, execução das penas. Suspensão condicional da pena. Dos incidentes da execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso físico e on-line)NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. v.3. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. v.4. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso físico e on-line)LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. **Manual de processo penal**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **As nulidades no processo penal**. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 7. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 18ª ed., rev. e ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 22. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO II Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA (modalidade semipresencial)

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Jurisdição: Tutela jurisdicional, competência jurisdicional. Ação: condições da ação; processo, procedimento, formação, suspensão e extinção do processo, direito probatório, sentença. Recursos. Procedimentos especiais. Meios alternativos de pacificação social: arbitragem, negociação, conciliação, mediação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line)COLNAGO, Rodrigo. **Prática forense civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

([recurso físico e on-line](#)) CÂMARA, Alexandre. **Lições de Direito Processual Civil. Vol. II.** 22 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) DONIZETTI, Elpidio. **Curso Didático de Direito Processual Civil.** 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil. Vol. V.** Salvador: JusPodivm, 2013.

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado.** 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de recursos no processo civil.** São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso on-line](#)) MELO, Nehemias Domingos de. **Manual de prática jurídica civil para graduação e exame da OAB.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

([recurso on-line](#)) PALAIA, Nelson. **Técnica da petição inicial.** 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

([recurso on-line](#)) IMHOF, Cristiano. **Código de processo civil interpretado: anotado artigo por artigo.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

([recurso on-line](#)) CAMPESTRINI, Hildebrando. **Como redigir petição inicial.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

([recurso físico e on-line](#)) NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

AZEVEDO, Carlos Vinícius da Costa. **Teoria e prática de processo civil.** Florianópolis: Conceito, 2009.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento. Vol. I.** 16ª ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil, vol I.** 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado.** 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.

THEODORO JR., Humberto. **Código de processo civil anotado.** 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

9º PERÍODO

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Origem do Direito Processual do Trabalho e evolução da Justiça do Trabalho no Brasil. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos e prazos processuais. Nulidades. Das partes, sua representação e procuradores. Dissídio individual. Procedimento Ordinário e

Sumaríssimo Resposta do reclamado. Provas. Sentença Trabalhista. Recursos. Execução. Dissídio Coletivo. [Procedimentos Especiais na Justiça do Trabalho](#).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito processual do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line) ALMEIDA, Amador Paes. **Curso prático de processo do trabalho**. 22ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

GIGLIO, Wagner D. **Direito processual do trabalho**. 16ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2007.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito processual do trabalho. Tomos 1 e 2**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 11ª ed. São Paulo, SP: LTR Editora, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) ULHOA, Marcos Dani. **Direito processual do trabalho no TST**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

(recurso on-line) DONIZETTI, Elpídio. **Redigindo a sentença trabalhista**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) MARTINS FILHO, Ivês Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 22ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

CANDEMIL, Alexandra da Silva; SILVA, Alessandro da. **Curso de direito material e processual do trabalho: visão moderna dos direitos sociais**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de direito processual do trabalho**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris Editora, 2004.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito processual do trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris Editora, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense**. 28ª ed. São Paulo, SP: Atlas Editora, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao processo do trabalho**. 3.ed. (rev. e atual.). São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2008.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Execução no processo de trabalho**. 8ª ed. São Paulo: LTR, 2004.

Disciplina: DIREITO DAS SUCESSÕES

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Direito das Sucessões: origem e desenvolvimento. Sucessão: conceito, abertura e espécies. Da herança: transmissão, aceitação e renúncia. A ordem de vocação hereditária e a capacidade para suceder. Da indignidade. Da Herança Jacente. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Testamento: conceito,

elementos, cláusulas, espécies, interpretação e ineficácia. Dos codicilos e dos legados. Das substituições. Do direito de acrescer. Da colação. Do inventário e da partilha

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) NADER, Paulo. **Curso de direito civil. v.6:** direito das sucessões. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

(recurso físico e on-line) GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil V.7.** São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **Direito civil:** direito das sucessões. 6.ed.rev., atual. São Paulo, SP: Método, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro V 6.** São Paulo, SP: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) DINIZ, Maria Helena. **Sucessão do cônjuge, do companheiro e outras histórias.** São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) GAGLIANO, Pablo Stolze. **O contrato de doação:** análise crítica do atual sistema jurídico e os seus efeitos no direito de família e das sucessões. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) MELO, Nehemias Domingos de. **Lições de direito civil. V. 5:** família e sucessões. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil. V. 5.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2013.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de direito civil: direito das sucessões.** 38ª ed.rev., São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: Direito das Sucessões** Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2007.

RODRIGUES, Silvío. **Direito civil. V.7.** 26ª ed. (rev. atual.). São Paulo: Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V 7** São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO I

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Introdução ao direito tributário. Do sistema tributário na Constituição. Legislação tributária. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: conceito e elementos. Fato gerador. Crédito tributário. Responsabilidade tributária. Administração tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Primeiras linhas de direito tributário e financeiro:** material e processual. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro.** 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado.** 6ª ed. São Paulo: Método, 2012.

CARRAZZA, Antônio Roque. **Curso de Direito Constitucional e Tributário**. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo tributário**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso on-line) CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013. ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária**. 6ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Teoria geral do tributo da interpretação e da exoneração tributária**. 3. ed. São Paulo: Dialética, 2003.

CREPALDI, Guilherme Simões. **Direito tributário: teoria e prática**. 3ª ed. : Forense, 2011.

FABRETTI, Lúdio Camargo; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Dilene Ramos; MUNHÓS, José Luiz. **Direito tributário aplicado: impostos e contribuições das empresas**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao código tributário nacional: artigos 1º a 95**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao código tributário nacional: artigos 96 a 138**. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 28ª/29ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Disciplina: DIREITO CREDITÍCIO

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Títulos de crédito: Conceito, Classificação, Características, Princípios Gerais, Princípio da Inoponibilidade das Exceções, Condições para a Executoriedade do Título. Aceite Obrigatório e Facultativo. Espécies de Endosso. Aval Simultâneo Sucessivo. Protesto Necessário e Obrigatório. Prazo para Ajuizamento. Prescrição. Estudo das principais modalidades de Títulos de Crédito: Letra de Câmbio, Nota Promissória, Duplicata, Triplicata, Cheque, Debênture, Conhecimento de Depósito, Warrant, Conhecimento de Transporte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial(v. 2): títulos de crédito**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line) MARTINS, Fran; SANTOS, Joaquim Penalva; SANTOS, Paulo Penalva. **Títulos de Crédito**. 16ª ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa**. 3ª ed. Vol. 2 São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

ULHOA, Fabio. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) GLICÉRIO FILHO, João. **Direito empresarial III: títulos de crédito e contratos empresariais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito, V. 3**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

(recurso on-line) RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de crédito**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) ALMEIDA, Amador Paes de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 25ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2006.

(recurso físico e on-line) GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Títulos de crédito e contratos mercantis**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2009.

BULGARELLI, Waldirio. **Títulos de Crédito**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. 36ª ed. rev, atual e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio Franco da; LEITE, Vivien Cabral Sarmento. **Títulos de crédito: jurisprudência atualizada esquemas explicativos**. 8ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2014.

Disciplina: TÓPICOS AVANÇADOS EM DIREITO I

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Disciplina de conteúdo variável, conforme previsão do Projeto Político-Pedagógico do curso. Tópicos de Direito Material.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado - Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Código civil interpretado: conforme a constituição da República**. Vol. 1. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. **Código civil interpretado: conforme a constituição da República**. Vol. 2. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de direito ambiental**. 5ª São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

(recurso on-line) LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil 3: contratos**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso on-line) PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 4ª ed. São Paulo: Método, 2014.
GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, V.4, tomo 2 : contratos em espécie**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: Parte geral**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil. V4. Tomo 1: contratos: teoria geral**. 10ª ed. rev., atual. e reform. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

(recurso físico e on-line) MARTINS FILHO, Ivês Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 22ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

(recurso físico e on-line) MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Direito Administrativo**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014.

(recurso físico e on-line) NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 13ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO III - Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA (modalidade semipresencial)

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Estudos da Prática Processual Trabalhista: A sistemática da reclamação trabalhista. Ação, jurisdição e processo. A defesa. Os procedimentos judiciais nas relações trabalhistas. A defesa do réu nas modalidades de exceção de incompetência e contestação e seu trâmite Procedimento Ordinário e Sumaríssimo. Sentença. Sistema de Recursos. Execução: embargos e agravo de petição. Ações especiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) DONIZETTI, Elpídio. **Redigindo a sentença trabalhista**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. 49ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) MARTINS FILHO, Ivês Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 22ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARRION, Valentin, CARRION, Eduardo. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**: legislação complementar/jurisprudência. 37ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito processual do trabalho. Tomos 1 e 2**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) ULHOA, Marcos Dani. **Direito processual do trabalho no TST**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

(recurso on-line) KLIPPEL, Bruno. **Direito sumular esquematizado: TST**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito processual do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) CHOIFI, Thiago. **Prática forense trabalhista**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso on-line) CARDONE, MARLY A. **Advocacia trabalhista**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso físico e on-line) ALMEIDA, Amador Paes. **Curso prático de processo do trabalho**. 22ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

CANDEMIL, Alexandra da Silva; SILVA, Alessandro da. **Curso de direito material e processual do trabalho**: visão moderna dos direitos sociais. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

GIGLIO, Wagner D. **Direito processual do trabalho**. 16ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2007.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 11ª ed. São Paulo, SP: LTR Editora, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**: doutrina e prática forense. 28ª ed. São Paulo, SP: Atlas Editora, 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao processo do trabalho**. 3.ed. (rev. e atual.). São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2008.

10º PERÍODO

Disciplina: ÉTICA PROFISSIONAL

Carga Horária: 40h/aula

Ementa: Da Ética, Ética e moral: Semelhanças e diferenças. Ética e profissão. Da utilidade dos códigos de ética profissional. Origens e evolução histórica da advocacia no Brasil. Dimensões éticas do exercício da advocacia. Direitos, garantias, deveres e responsabilidade do advogado. Fundamentos éticos do estatuto da Advocacia. (Lei 8.906/94 e Código de Ética e Disciplinas)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MAMEDE, Gladston. **A advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**: comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei no 8.906/94), Regulamento geral da Advocacia e ao Código de Ética e Disciplina da OAB. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LÂNGARO, Luiz Lima, **Curso de Deontologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOBO, Paulo Luiz Neto. **Comentários ao Estatuto da OAB**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERRARI, Irany. **Ética Profissional do Advogado**. São Paulo: LTR, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line)ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANM, Martha Ochsenhofer. **Ética e Direito**: uma perspectiva integrada. São Paulo: Atlas, 2009.

(recurso on-line)CARDELLA, Haroldo Paranhos. **Ética profissional simplificada**. São Paulo: Saraiva, 2011.

(recurso on-line)MARIN, Marco Aurélio. **Ética profissional**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso on-line)PAGAN, Marcos. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2010.

(recurso on-line)SOUZA, Josyanne Nazareth de. **Ética profissional da advocacia**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) VALE JUNIOR, Lincoln Biela de Souza. **Ética na OAB**: questões resolvidas. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line)COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia Jurídica**: Ética das Profissões Jurídicas. 4ª ed. Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2013.

BARBOSA, Rui. **O dever do advogado**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1994.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica** - Ética Geral e Profissional. 11ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**: A busca dos Fundamentos. 2 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003

BORGES, Maria de Lourdes. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

NALINI, José Renato. **Uma nova ética para o juiz**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

PERELMAN, Chaim. **Ética e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROBERT, Henri. **O advogado**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SÁ, A. Lopes. **Ética Profissional**. 4. ed. ver. ampl. São Paulo, RJ. Atlas, 2001.

VAZ, Henrique Claudio de Lima. **Ética e direito**. São Paulo: Landy, 2002.

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Carga Horária: 80h/aula

Ementa: Direito Internacional Privado. Noções gerais. Direito Uniforme, Direito uniformizado, comparado e DIP. Normas e Fontes. Nacionalidade. Condição Jurídica do Estrangeiro. Aplicação, prova e interpretação do direito estrangeiro. Regras de Conexão. Reenvio. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. Ordem Pública. Fraude à Lei. Instituição Desconhecida. Direitos adquiridos. Pessoa Jurídica. Direito das

Obrigações e DIP. Conceito. Regras de conexão. Direito brasileiro. Direito Empresarial e DIP. Direito das Coisas e DIP. Direito das Sucessões e DIP. Direito de Família e DIP. Direito do Trabalho de DIP. Competência internacional. Direito Aeronáutico Internacional. Direito marítimo internacional. Direito Penal Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso físico e on-line) DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional privado**. 11ª ed. rev, atual e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

(recurso físico e on-line) RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado - Teoria e Prática**. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado - Parte Geral - 11ª ed**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) BASSO, Maristela. **Curso de direito internacional privado**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) AMORIM, Edgar Carlos. **Direito internacional privado**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

(recurso on-line) JUBILUT, Liliana Lyra. **Direito internacional privado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) CAMPOS, Diego Araujo. **Direito internacional: público, privado e comercial**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ARAÚJO, Nádia de. **Contratos internacionais: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ARAÚJO, Nádia de. **Direito internacional privado: teoria e prática brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. **Direitos adquiridos no direito internacional privado**. Porto Alegre: Fabris, 1996.

COSTA, Tarcísio José Martins. **Adoção transnacional: um estudo sociojurídico e comparativo da legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

DOLINGER, Jacob. **Direito civil internacional: a família no direito internacional privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado - Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

LOCATELLI, Liliana. **Proteção ao consumidor e comercio internacional**. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

MENDES, Rodrigo Octávio Broglia. **Arbitragem, Lex Mercatoria e Direito Estatal**. São Paulo: Quartier Latim, 2010.

PARANHOS, Paulo. **O Brasil: suas ligações comerciais internacionais e uma análise da integração regional do cone sul**. Teresópolis: Verbete, 2004.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Arbitragem privada internacional no Brasil: depois da nova lei 9307 de 23/09/1996**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

SILVEIRA, Paulo Antônio Caliendo V. da. **Defesa da concorrência no Mercosul: acordos entre empresas, abuso de posição dominante e concentrações.** São Paulo: LTR Editora, 1998.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO II

Carga Horária: 80h/aula

EMENTA: Imposto de Exportação e imposto de importação, Imposto sobre a renda e provento de qualquer natureza. Imposto sobre produtos industrializados. Imposto sobre operações de créditos, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários. Imposto sobre serviços de transporte e comunicações de competência federal. Os demais impostos federais. Imposto sobre circulação de mercadorias. Imposto sobre transmissão de qualquer título de bens imóveis. Imposto sobre Veículos automotores. Imposto sobre propriedades predial e territorial urbana. Imposto sobre serviços de qualquer natureza. Aspectos extra fiscais dos impostos de estímulos ao desenvolvimento social. Taxas. Contribuição de melhoria. Fundo de garantia de tempo de serviço. Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico; Contribuições sociais. Contribuição parafiscais. Despesa pública. Orçamento: conceito, regime legal no Brasil e formas de controle de sua execução. Crédito público. Conceito e natureza jurídica. Empréstimos compulsórios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Primeiras linhas de direito tributário e financeiro: material e processual.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso físico e on-line) SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário.** 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.
MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário.** 28ª/29ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008.

FABRETTI, Lúdio Camargo; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Dilene Ramos; MUNHÓS, José Luíz. **Direito tributário aplicado: impostos e contribuições das empresas.** 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário.** 4ª/12ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo tributário.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito tributário: com anotações sobre direito financeiro, direito orçamentário e Lei de responsabilidade fiscal.** 17. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) CARNEIRO, Claudio. **Processo tributário: administrativo e judicial.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

((recurso físico e on-line) ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado.** 6ª ed. São Paulo: Método, 2012.

(recurso físico e on-line) AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro.** 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso físico e on-line) SQUIZZATO, Ana Carolina. **Direito Financeiro e Econômico.** Rio de Janeiro: Gen/Método, 2013.

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de incidência tributária.** 6ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

- BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- CARRAZZA, Antônio Roque. **Curso de Direito Constitucional e Tributário**. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Teoria geral do tributo da interpretação e da exoneração tributária**. 3. ed. São Paulo: Dialética, 2003.
- CREPALDI, Guilherme Simões. **Direito tributário: teoria e prática**. 3ª ed. : Forense, 2011.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao código tributário nacional: artigos 1º a 95**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao código tributário nacional: artigos 96 a 138**. São Paulo: Atlas, 2003.
- PAULSEN, Leandro. **Direito processual tributário: processo administrativo fiscal à luz da doutrina e da jurisprudência**. 4ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. 15ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Disciplina: DIREITO CONCURSAL

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Recuperação Judicial e Extrajudicial. Viabilidade Econômica da Empresas na Condição de Solvência e Insolvência. Meio de Recuperação da Empresa. Órgãos da Recuperação Judicial e da Falência. Assembléia Geral, Administrador Judicial e Comitê de Credores. Processo da Recuperação Judicial. Fases: Postulação, Deliberação e Execução. Convolação em Falência. Falência. Breve Histórico. Conceito. Introdução. Devedores Sujeitos às Normas da Lei de Recuperação de Empresas. Processo Falimentar: Requerimento do Credor ou Devedor. Defesa, Depósito Elisivo e Caução. Efeitos da Sentença Declaratória e da Sentença Denegatória. Termo Legal e Período Suspeito. Procedimentos Previstos. Administrador Judicial, Nomeação, Remuneração, Destituição e Prestação de Contas. Apuração do Ativo. Quadro Geral de Credores. Contratos. Impugnações e Ação Revocatória. Classificação dos Créditos e Pagamento aos Credores. Liquidação. Encerramento do Processo e Reabilitação do Falido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ([recurso on-line](#)) ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ([recurso on-line](#)) COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial, V.3: direito de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ([recurso físico e on-line](#)) TOLEDO, Paulo F. C. Salles de; ABRÃO, Carlos Henrique; BIOLCHI, Osvaldo. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 5ª ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

([recurso físico](#) e [on-line](#)) TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial. V. 3.** Falência e Recuperação de Empresa. 3a ed. Editora Atlas, 2014.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime de insolvência empresarial.** 6ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) IMHOF, Cristiano. **Lei de recuperação de empresas e falência: interpretada e anotada artigo por artigo.** 3. São Paulo: Atlas, 2014.

([recurso on-line](#)) MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.

([recurso on-line](#)) PACHECO, José da Silva. **Processo de recuperação judicial, extrajudicial e falência.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

([recurso on-line](#)) ROCHA, Marcelo Hugo da. **Comercial.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

([recurso on-line](#)) SALOMÃO, Luis Felipe. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência.** Rio de Janeiro: Forense, 2012.

([recurso físico](#) e [on-line](#)) NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa.** 2ª ed. Vol. 3 São Paulo: Saraiva S/A Livreros Editores, 2007.

CAMPINHO, Amaury. **Manual de falência e concordata.** 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Raquel. **Falência e recuperação da empresa em crise: comparação com as posições do direito europeu.** São Paulo: Campus/Elsevier, 2008.

UBALDO, Edson. **Recuperação judicial e extrajudicial de empresas: comentários aos artigos específicos da Lei 11.101/2005.** São José. SC: Conceito Editorial, 2008.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **Comentários à lei de falências.** 2ª ed. ver e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

Disciplina: DIREITO DA CIDADE

Carga Horária: 40 h/aula

EMENTA: Meio ambiente artificial – cidades. Teoria Geral do Urbanismo e Direito Urbanístico Aspectos constitucionais do Urbanismo no Brasil – direitos fundamentais e direitos sociais. Planejamento Urbanístico e suas espécies. Lei 10.257/200 – Estatuto da Cidade. A função social da propriedade urbana. Gestão Democrática das cidades. Cidades sustentáveis. Instrumentos do Planejamento Urbanístico Brasileiro. Ordenação e ocupação do solo urbano. Plano Diretor do Município. Áreas de interesse especial. Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. Responsabilidade do Gestor Público Municipal. O Processo da Regularização Fundiária frente a propriedade privada. Políticas Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) MUKAI, Toshio. **O estatuto da cidade: anotações à Lei n. 10.257, de 10/7/2001.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

([recurso on-line](#)) CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **Direito urbanístico.** São Paulo, Saraiva: 2010.

- MUKAI, Toshio. **O Estatuto da cidade**: anotações à lei n. 10.257 de 10-07-2001. São Paulo: Sarvier, 2001.
- LEAL, Rogério Gesta. **Direito urbanístico**: condições e possibilidades da constituição do espaço urbano. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- LUFT, Rosângela Marina. **Políticas públicas urbanas**: premissas e condições para a efetivação do direito à cidade. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.
- LIRA, Ricardo C. Pereira. **Elementos de Direito Urbanístico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- (recurso on-line) FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no estado democrático de direito. São Paulo: Saraiva, 2012.
- (recurso on-line) SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- (recurso on-line) BARRETO, Aires F. **Curso de direito tributário municipal**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ACSELRAD, Gilberta (Org.). **A Duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- AIETA, Vânia Siciliano; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; KISE, Alexandre. **Direito Urbanístico e Ambiental Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**. São Paulo: Método, 2004.
- DALLARI, Adilson Abreu. **Estatuto da cidade**: (Comentários à lei federal 10.257/2001). São Paulo: Malheiros, 2003.
- FIORILLO, Celso A. Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Estatuto da Cidade Comentado - Lei 10.257/2001 - Lei do Meio Ambiente Artificial - 6ª Ed.** São Paulo: Saraiva, 2014
- AGUIAR, Joaquim Castro. **Direito da cidade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

Disciplina: TÓPICOS AVANÇADOS EM DIREITO II

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: Disciplina de conteúdo variável, conforme previsão do Projeto Político-Pedagógico do curso. Tópicos de Direito Processual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- (recurso on-line) DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- (recurso on-line) CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Processo administrativo federal**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- (recurso físico e on-line) NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 13. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

([recursofísico e on-line](#)) LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de processo do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014.

([recursofísico e on-line](#)) ALMEIDA, Amador Paes. **Curso prático de processo do trabalho**. 22ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI, Hermes. **Curso de direito processual civil. V. 4: processo coletivo**. 9ª ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) DIMOULIS, Dimitri. **Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

([recurso on-line](#)) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil, volume único**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2013.

([recurso on-line](#)) NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de processo coletivo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

([recurso on-line](#)) NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

([recurso on-line](#)) SILVA, Luiz Cláudio. **Manual de processo e prática penal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

([recurso on-line](#)) MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo tributário**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

([recurso on-line](#)) COUTO, Reinaldo. **Curso prático de processo administrativo disciplinar e sindicância**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

([recurso on-line](#)) CAMPILONGO, Paulo Antonio Fernandes. **Processo penal e processo administrativo tributário: correlação entre fato e decisão**. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recursofísico e on-line](#)) ALMEIDA, Amador Paes. **Curso prático de processo do trabalho**. 22ª ed. São Paulo, SP: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2012.

([recursofísico e on-line](#)) MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

([recursofísico e on-line](#)) OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 18ª ed., rev. e ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2014.

([recursofísico e on-line](#)) RAMOS, Andre de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos: análise dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 13 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO IV – Ambiente Virtual de Aprendizagem-AVA (modalidade semipresencial)

Carga Horária: 80 h/aula

Ementa: A prática do processo no Direito de Família. Da ação de separação consensual e litigiosa. Da ação de conversão da separação judicial em divórcio. Da ação de divórcio direto. Da ação de reconhecimento e dissolução da união estável. Da ação de alimentos. Da ação de execução de alimentos. Da ação de interdição. Da ação de investigação de paternidade e maternidade. Da ação de guarda. Da adoção. Da ação de retificação de registro público. Da ação de modificação de cláusula. Das ações cautelares no direito de família. Audiência de conciliação. Audiência de instrução e julgamento. Petições comuns à prática forense no direito de família e na prática forense cível em geral. Mediação no Direito de Família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no direito de família**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil, V.5 : família, sucessões**. 7ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso físico e on-line) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil. V. 5: direito de família**. 16ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006.

(recurso físico e on-line) MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **Curso de direito civil v. 2: direito de família**. 38ª ed. rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil V.6: direito das famílias**. 5ª ed., rev., ampl, e atual. Salvador, BA: Juspodivm, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. V. 5**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) MADALENO, Rolf. **A desconsideração judicial da pessoa jurídica e da interposta pessoa física no direito de família e no direito das sucessões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso on-line) MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

(recurso on-line) AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito de família**. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso on-line) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, V. 6: direito de família**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) MADALENO, Rolf. **Curso de direito de família**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) TARTUCE, Flávio e Simão, José Fernando. **Direito Civil. Vol. 5: Direito de Família**. São Paulo: Ed. Método/Gen Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil.v.6: direito de família, as famílias em perspectiva constitucional**. 4ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8ª ed. SP: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro. Vol. 6:** Direito de Família, 10ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

OPTATIVAS

Disciplina: CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. A formação da Agenda Pública: políticas e opinião pública, consenso e dissenso na prática democrática. Implementação e avaliação das políticas públicas. Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática, movimentos sociais, cidadania e cultura política. Análise de políticas públicas e projetos sociais específicos. A questão indígena no Brasil. Políticas relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Política, sistema jurídico e decisão judicial. 2.** São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line)BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006.

(recurso on-line) PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária.** São Paulo: Atlas, 2013.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea.** 3.ed. Lumen Juris, 2004.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

SILVA, Fernanda Duarte Lopes da. **Princípio constitucional da igualdade.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RODRIGUES, Paulo Henrique; RODRIGUES, Paulo Henrique; SANTOS, Isabela Soares. **Saúde e cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS.** São Paulo: Atheneu, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 18ª ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no estado democrático de direito.** São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) DIAS, Reinaldo. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

(recurso on-line) SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e de discriminação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOVAES, Regina (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

WALZER, Michael. **Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUFT, Rosangela Marina. **Políticas públicas urbanas: premissas e condições para a efetivação do direito à cidade**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. **Gestão, trabalho e cidadania: novas articulações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direito, cidadania e justiça: ensaios sobre lógica, interpretação, teoria, sociologia e filosofia jurídicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança alimentar e nutricional: trajetória e relatos da construção de uma política nacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria geral da cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais**. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 1995.

LEAL, Rogério Gesta. **Teoria do estado: cidadania e poder político na modernidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

GERSCHMAN, Silvia; GERSCHMAN, Silvia. **A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

CORREIA, Maria Valeria Costa. **Que controle social? os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **América Latina: cidadania, desenvolvimento e estado**. Livraria do Advogado, 1996.

BONAVIDES, Paulo. **Reflexões: política e direito**. 3.ed.rev.ampl. Malheiros, 1998.

Disciplina: DEMOCRACIA E SISTEMA ELEITORAL

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: A Construção da Democracia; Os conceitos modernos de Democracia; Fundamentos do pensamento político contemporâneo; Sistemas políticos e partidários; Constituição Federal de 1988 e o Sistema Eleitoral;

Os Movimentos Sociais; Criação de novos direitos e novas formas de organização social da Liberdade; Democracia e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) BEÇAK, Rubens. **Democracia: hegemonia e aperfeiçoamento**. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

ROLLO, Alberto. **Eleições no Direito Brasileiro**: atualizado com a Lei nº 12.034/09. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Fávila. **Abuso de poder no direito eleitoral**. 3 ed. São Paulo: Forense, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) CERQUEIRA, Thales Tácito. **Direito eleitoral esquematizado**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) GODOY, Miguel Gualano de. **Constitucionalismo e democracia: uma leitura a partir de carlos santiago nino e roberto gargarella**. São Paulo: Saraiva, 2012. (Coleção de direito, desenvolvimento e justiça Série produção científica).

(recurso on-line) CALQUETTE, Ana Cláudia Silva; SIQUEIRA NETO, José Francisco. (Orgs.). **60 Desafios do direito: política, democracia e direito**, V.3. São Paulo: Atlas, 2013.

EMERENCIANO, Francisco. **Direito eleitoral brasileiro: teoria e prática**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

ROBERT, Cinthia. **Teoria do estado, democracia e poder local**. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Direito, humanismo e democracia**. São Paulo: Malheiros, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Reflexões: política e direito**. 3.ed.rev.ampl. Malheiros, 1998.

LIMA JR., Olavo Brasil de (Org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências - 1982-94**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1997.

VIEIRA, José Ribas. **O autoritarismo e a ordem constitucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1988.

BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Disciplina: MEDICINA LEGAL

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Discutir aspectos médico-forenses da responsabilidade penal e da capacidade civil. Observar relações interdisciplinares da medicina legal com outras disciplinas do direito. Conhecer e interpretar expressões e atos médicos de interesse forense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) FRANÇA, Genival Veloso de. **Fundamentos da medicina legal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

GOMES, Hélio. **Medicina legal**. 33. ed. rev. atual.: Freitas Bastos, 2004.

HERCULES, Hygino de Carvalho. **Medicina legal: texto e atlas**. São Paulo: Atheneu, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) BINA, Ricardo. **Medicina legal**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

([recurso on-line](#)) CROCE, Delton. **Manual de medicina legal**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

([recurso on-line](#)) DEL CAMPO, Eduardo Barreto Alcantara. **Medicina legal. V.1**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

([recurso on-line](#)) DEL CAMPO, Eduardo Barreto Alcantara. **Medicina legal. V.2**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

([recurso on-line](#)) FRANÇA, Genival Veloso de. **Pareceres 4 : esclarecimentos sobre questões de medicina legal e de direito médico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SANTOS, William Douglas Resinente dos. **Medicina legal à luz do direito penal e processual penal: teoria resumida e questões**. 5.ed.rev.ampl.atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

MARTINS, Celso Luiz. **Medicina legal**. São Paulo: Elsevier, 2007.

CROCE, Delton. **Medicina legal para provas e concursos**. 3. ed. ampl. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 1998

FRANCO, Paulo Alves. **Medicina legal aplicada: comentários, jurisprudência, questões, modelos, ilustrações, genética**. 2. ed. São Paulo: LED, 1998.

SILVA, Moacyr da. **Compêndio de odontologia legal**. São Paulo: Medsi, 1997.

Disciplina: ORGANIZAÇÕES JURÍDICAS EMPRESARIAIS

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Formas da Organização Empresarial. Efeitos do Registro. Dos atos na Junta Comercial. Dos atos no INPI. Dos atos na CVM. Elaboração de Contrato Social. Da Personalidade Jurídica e seus efeitos. Da Desconsideração da Personalidade Jurídica. Responsabilidade Tributária dos Sócios. Obrigatoriedade de Escrituração, Balanço e Prazos. Riscos da Organização. Insolvência. Falência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso físico e on-line](#)) TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial. Vol. 1** Teoria Geral e Direito Societário. 6a ed. Editora Atlas, 2014.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito comercial: direito da empresa**. 20ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2008.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa. Vol.1**. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) TAVARES, Andre Ramos. **Direito constitucional da empresa**. Rio de Janeiro: Método, 2012.

(recurso on-line) ARAUJO, Danilo Borges dos Santos Gomes. **Os grupos de sociedades : organização e exercício da empresa**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) COELHO, Fábio Ulhoa. **O futuro do direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2010.

(recurso on-line) VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito empresarial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

(recursofísico e on-line) MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. 37. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. 4ª ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Método, 2014.

INSTITUTO DANNEMANN SIEMSEN DE ESTUDOS JURÍDICOS. **Propriedade Intelectual Plataforma para o Desenvolvimento**. Editora Renovar, 2009.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11ª ed. rev. Aum. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial. Vol. 1**. 27 ed. atual. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2008.

CAMPINHO, Sérgio. **O direito de empresa à luz do código civil**. 12ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 1997.

KOURY, Suzi Elizabeth Cavalcante. **A desconsideração da personalidade jurídica (*disregard doctrine*) e os grupos de empresas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Disciplina: DIREITO DO CONSUMIDOR

Carga Horária: 40 h/aula

EMENTA: Conceitos iniciais: consumidor, fornecedor e formação da relação de consumo. A ordem constitucional e a proteção do consumidor. Princípios fundamentais. Código de Defesa do Consumidor: fundamentos e racionalidade. Defeito do produto/serviço. Responsabilidade civil. O Estado como fornecedor. Desconsideração da personalidade jurídica. As práticas abusivas no mercado de consumo. O acesso à justiça e o código de defesa do consumidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recursofísico e on-line) BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor esquematizado**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recursofísico e on-line) NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 8. São Paulo: Saraiva, 2013.

BENJAMIN, Antônio Herman; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. 4. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de defesa do consumidor**. 9. ed.: Forense Universitária, 2007.

NUNES, Luiz Antônio. **Curso de direito do consumidor**. 9. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) TARTUCE, Flávio. **Manual de direito do consumidor**, volume único. 3ª ed. Rio de Janeiro: Método. 2014.

(recurso on-line) DENSA, Roberta. **Direito do consumidor**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

(recurso on-line) MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) ALMEIDA, João Batista de. **Manual de direito do consumidor**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios; FIGUEIREDO, Simone Diogo Carvalho. **Minicódigo de defesa do consumidor anotado**. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2011.

DANNINI, Rogério Ferraz. **A revisão dos contratos no código civil e no código de defesa do consumidor**. 2.ed. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2001.

DONNINI, Rogério Ferraz. **Responsabilidade civil pós-contratual no direito civil, no direito do consumidor, no direito do trabalho, no direito ambiental e no direito administrativo**. 3. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **A publicidade no direito do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BATISTI, Leonir. **Direito do consumidor para o Mercosul: enfoque jurídico e econômico dos blocos de integração**. Curitiba: Juruá, 1998.

MELO, Sônia Maria Vieira de. **O direito do consumidor na era da globalização: a descoberta da cidadania**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

Disciplina: DIREITO COMUNITÁRIO E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Origem, evolução histórica e funções do processo de institucionalização das relações intergovernamentais: as funções de cooperação e de mediação potencial de conflitos. Conceito de institucionalismo. O surgimento de organizações – Da Liga das Nações à Organização das Nações Unidas. Organizações Internacionais de escopo global e regional: funcionamento, competência e objetivos. Organismos Internacionais. Blocos Econômicos, Zonas Livres de Comércio, Área de Integração: funcionamento, competência e objetivos. Direito Comunitário. Direitos Humanos. Questão indígena. Questões ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. São Paulo Saraiva 2011

([recurso físico e on-line](#)) MENEZES, Wagner. **Tribunais Internacionais** - Jurisdição e Competência. São Paulo: Saraiva, 2013.

([recurso físico e on-line](#)) PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 6ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

SOARES, Esther Bueno. **Mercosul: desenvolvimento histórico**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) BORGES, José Souto Maior. **Curso de direito comunitário**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

([recurso on-line](#)) MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2011.

([recurso on-line](#)) CRETELLA NETO, José. **Teoria geral das organizações internacionais**. 2. São Paulo Saraiva 2007.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011.

PARANHOS, Paulo. **O Brasil: suas ligações comerciais internacionais e uma análise da integração regional do cone sul**. Teresópolis: Verbete, 2004.

KELSEN, Hans. **Direito internacional e estado soberano**. São Paulo, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DALLARI, Pedro. **Constituição e relações exteriores**. São Paulo: Saraiva S/A Livreiros Editores, 2002.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional da integração**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Organizações internacionais: textos fundamentais**. 2.ed.rev. Coimbra: Almedina, 1995.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

CASELLA, Paulo Borba. **Comunidade Europeia e seu ordenamento jurídico**. São Paulo: LTR Editora, 1994.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **A ordem jurídica do MERCOSUL**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

LOBO, Maria Teresa Carcomo. **Ordenamento jurídico comunitário: União Europeia; Mercosul**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

DIREITO ECONÔMICO

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: A disciplina jurídica da atividade econômica. Conceito e teorias do Direito Econômico. Ordem econômica na Constituição de 1988. As fontes do Direito Econômico. Princípios e regras de Direito Econômico. Relações jurídicas no âmbito do Direito Econômico. A atuação estatal sobre e no processo econômico. Agências Reguladoras. A distribuição constitucional do exercício da atividade econômica entre o setor privado e o setor público. Parcerias Público-privadas. Direito da Concorrência. Ordem Econômica Internacional. Planejamento econômico e social. A propriedade, a empresa e sua função social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) MASSO, Fabiano Del. **Direito Econômico Esquematizado**. 2ª. Rio de Janeiro: Método, 2013.

(recurso físico e on-line) SQUIZZATO, Ana Carolina. **Direito Financeiro e Econômico**. São Paulo: Gen/Método, 2013.

(recurso físico e on-line) ALMEIDA, Luiz Carlos Barnabé de. **Introdução ao direito econômico: direito da economia, economia do direito, direito econômico, law and economics, análise econômica do direito, direito econômico internacional**. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito econômico**. 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) TAVARES, Andre Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. 3ª. Rio de Janeiro: Método, 2011.

(recurso on-line) FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de direito econômico**. 7. Rio de Janeiro Forense 2014.

(recurso on-line) ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo da economia**. 3ª ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 4ª ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 1998.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 2.ed. : Forense, 2004.

BALDAN, Édson Luíz. **Fundamentos do direito penal econômico**. Curitiba: Juruá, 2008.

NUSDEO, Fábio. **Fundamentos para uma codificação do direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia: introdução ao direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Os obstáculos à ampliação do acesso à Justiça. Acesso à justiça x acesso ao direito. Nova concepção da jurisdição e do papel do poder judiciário. Evolução dos métodos de solução de conflitos. Legislação brasileira, cultura do acordo e suas políticas públicas. Acessibilidade e Inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

([recurso on-line](#)) SCAVONE JR., Luiz Antonio. **Manual de arbitragem: mediação e conciliação**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

([recurso físico e on-line](#)) VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SOUZA NETO, João Baptista de Mello e. **Mediação em Juízo: abordagem prática para obtenção de um acordo justo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VERÇOSA, Fabiane. **Arbitragem e Mediação: Temas Controvertidos**. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual**. s.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

([recurso on-line](#)) SALLES, Carlos Alberto de. **Negociação, mediação e arbitragem: curso básico para programas de graduação em direito**. Rio de Janeiro: Método, 2012.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Arbitragem: lei nº 9.307/96**. 3.ed.rev.ampl e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARNEIRO, Paulo César Pinheiro. **Acesso à justiça: juizados especiais e ação civil pública; uma nova sistematização da teoria geral do processo**. 2.ed.(rev. e atual.). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **O acesso à justiça e o ministério público**. 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

ROBERT, Cinthia. **O acesso à justiça: manual de organização judiciária**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: O conceito de meio ambiente na legislação ambiental brasileira e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Teorias e percepções sobre o desenvolvimento: padrões de consumo e de

produção; Criação do conceito de desenvolvimento sustentável e suas apropriações contemporâneas; Responsabilidade ambiental e socioambiental; Conflitos socioambientais; Principais marcos institucionais de gestão e controle ambiental nos planos nacional e internacional. Questão indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) SOUZA, Carlos Leite de. **Cidades sustentáveis: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

(recurso on-line) REI, Fernando; CIBIM, Juliana Cassano; ROSINA, Mônica Guise; NASSER, Salem Hikmat. **Direito e Desenvolvimento - uma abordagem sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 26.d. São Paulo: Moderna, 2000.

CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 5.ed. ampl. São Paulo: Saraiva S/A Livres Editores, 2011.

REI, Fernando; CIBIM, Juliana Cassano; ROSINA, Mônica Guise; NASSER, Salem Hikmat. **Direito e Desenvolvimento - uma abordagem sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. São Paulo: Atlas, 2007.

(recurso on-line) FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

(recurso on-line) DIAS, Jean Carlos; GOMES, Marcus Alan de Melo (Coords.). **Direito e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

(recurso on-line) GODOY, Miguel Gualano de. **Constitucionalismo e democracia: uma leitura a partir de carlos santiago nino e roberto gargarella**. São Paulo: Saraiva, 2012. (Coleção de direito, desenvolvimento e justiça Série produção científica).

(recurso on-line) MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ACSELRAD, Gilberta (Org.). **A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ACSELRAD, Gilberta (Org.). **A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

AIETA, Vânia Siciliano; GONÇALVES JUNIOR, Jerson Carneiro; KISE, Alexandre. **Direito Urbanístico e Ambiental Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2013.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 10.ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BELTRÃO, Antônio F. G. **Direito ambiental**. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2011.

FLORES, Nilton Cesar; DE CARLI, Ana Alice. **A sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces**. Campinas: Millennium, 2012.

FREITAS, Vladimir Passos de. **A constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 2.ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LOPES, Ignez Vidigal (Org). **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 2000.

MARTINI JUNIOR, Luiz Carlos de. **Gestão ambiental na indústria**. Rio de Janeiro: Destaque, 2003.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável . São Paulo: Manole, 2013.

VEIGA, Jose Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.

DIREITO IMOBILIÁRIO

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Princípios do Direito Imobiliário. Função Social da Propriedade Imobiliária. Direitos Reais e Obrigacionais. Aquisição da propriedade imóvel. Contratos Imobiliários. Registro Imobiliário. Responsabilidade Civil e no Direito Imobiliário. Alienação Fiduciária de Bens Imóveis. Parcelamento do Solo Urbano. Locação predial Urbana. Condomínio Edilício. Incorporações Imobiliárias. Tutela da Propriedade e Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Condomínio e incorporações**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) SALLES, Venício Antonio de Paula. **Direito Registral Imobiliário**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

AGHIARIAN, Hercules. **Curso de Direito Imobiliário**. 11ª ed. São Paulo: Atlas Editora, 2012.

AVVAD, Pedro Elias. **Direito Imobiliário - Teoria Geral e Negócios Imobiliários**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso físico e on-line) SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Direito imobiliário: teoria e prática**. 6. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2013.

FIGUEIREDO, Ivanildo. **Direito Imobiliário**. São Paulo: Atlas, 2010

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direitos reais**. 19.ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Vol. V, Direito das Coisas**. SP: Saraiva, 2013.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Cursode Direitocivil. V. 4** São Paulo: SaraivaS/ALivreirosEditores, 2013.

TARTUCE, Flávio e SIMÃO, José Fernando. **Direito Civil, Vol. 4**, Direito das Coisas. SP: Ed. Gen e Método, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil, Vol. 5, Reais**. SP: Juspodivm, 2013.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil – Direito das Coisas** - 28ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil. V 5** São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 19.ed.rev.eatual.RiodeJaneiro,RJ:Forense,2008.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Histórico da política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil; A nova política de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: o advento da Lei n. 8069/1990; Disposições Preliminares da Lei n. 8069/1990 (Parte Geral); Direitos Fundamentais no Estatuto (Parte Geral); Política de atendimento no Estatuto (Parte Especial); Medidas Protetivas (Parte Especial); Prática de ato infracional e Medida socioeducativas (Parte Especial); Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Conselho tutelar; Acesso à justiça; e Crimes em espécie.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line) ISHIDA, Válder Kenji. **A infração administrativa no estatuto da criança e do adolescente**. 2ª ed.. São Paulo: Atlas, 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVEIRA, Mayra. **Estatuto da criança e do adolescente comentado: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Vol 2**. 9ª ed. Coleção Leis Especiais para concursos. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) TAVARES, José de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

(recurso on-line) DI MAURO, Renata Giovanoni. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) RAMIDOFF, Mário Luiz. **Direitos difusos e coletivos 4 : Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2012.

(recurso on-line) PORTO, Renato. **Publicidade digital: proteção da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge. **Direitos da criança e do adolescente em face da tv**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Siro Darlan de. **Da infância perdida a criança cidadã.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Carga Horária: 40 h/aula

Ementa: Conceito, autonomia, princípios e fontes. Proteção social: conceito, origem e relação jurídica. Previdência social e Sistema Previdenciário Brasileiro. Beneficiários. Prestações. Benefícios. Custeio. Acidente de Trabalho. Sistema Previdenciário especial. Previdência Privada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

(recurso on-line) VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de direito previdenciário.** 6ª. São Paulo: Atlas, 2013.

(recurso físico e on-line) CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de direito previdenciário.** 15. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

(recurso físico e on-line) CHAN, Betty Lilian. **Fundamentos da previdência complementar: da atuária à contabilidade.** 2. São Paulo: Atlas, 2009.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Resumo de Direito Previdenciário.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário.** 10ª ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SALIBA, Tuffi Messias. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador.** 5ª ed. São Paulo: LTR Editora, 2007.

BALERA, Wagner. **Legislação Previdenciária Anotada: Leis 8.212/91 e 8.213/91.** São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

(recurso on-line) BALREA, Wagner. **Direito previdenciário.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso on-line) HUBACK, Kerly. **Manual de direito previdenciário.** 8. Rio de Janeiro: Método, 2012.

(recurso on-line) KRAVCHYCHYN, Jefferson Luis. [et al.]. **Prática processual previdenciária: administrativa e judicial.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

(recurso on-line) LEITÃO, André Studart. **Manual de direito previdenciário.** 2. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) LENZA, Pedro. **Direito previdenciário esquematizado.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(recurso on-line) OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual prático da previdência social.** 16. São Paulo: Atlas, 2012.

(recurso on-line) SANCHEZ, Adilson. **Advocacia previdenciária.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

(recurso on-line) SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário esquematizado.** 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(recurso on-line) SERAU JR., Marco Aurélio. **Curso de processo judicial previdenciário.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

(recurso on-line) VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de direito previdenciária.** 6ª. São Paulo: Atlas, 2013.